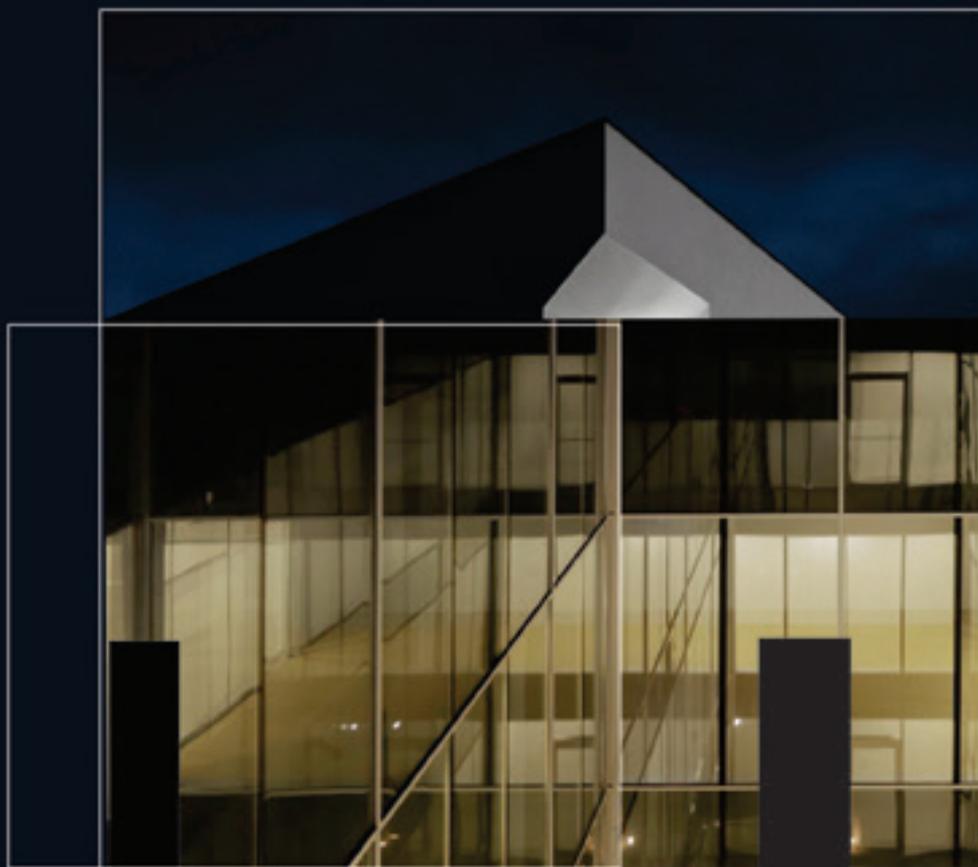


Cenário

#04



Revista associada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo
Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília

Revista CENÁRIO

Associada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília
www.unb.br

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Ivan Camargo

Centro de Excelência em Turismo

Diretor: Neio Campos

Programa de Pós-Graduação

Coordenadora: Maruschka Martini Moesch

REVISTA CENÁRIO

Editor Responsável: Everaldo Batista da Costa

Assessoria: Denise Bacellar

Administração do site: Denise Bacellar e Marcelo Barbosa

Projeto gráfico, capa e diagramação: Wagner Soares

Periodicidade: semestral

Divulgação eletrônica

Endereço para correspondência do CET/UnB

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, Bloco E - Av. L3 Norte, Asa Norte - Brasília-DF, CEP: 70.904-970

Telefones:

55(61) 3107 6000, 3107 6001, 3107 6002

Fax: 3107-5972

Cenário – Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília,

v. 3, n. 4 (2015). – Brasília

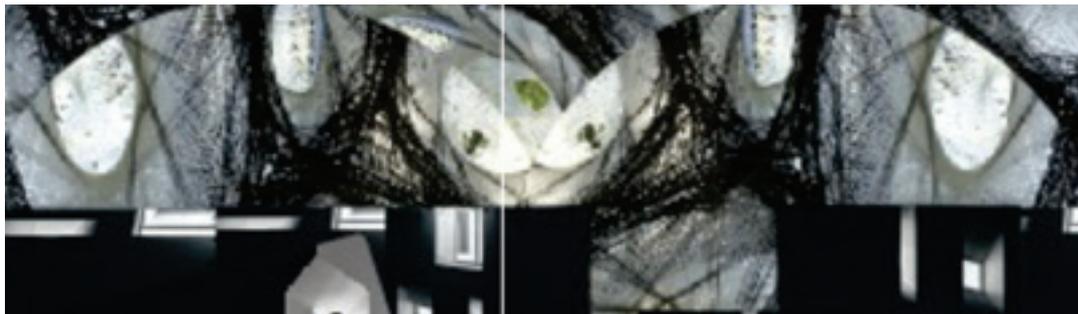
Semestral

1. Turismo. Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo.

COMITÊ CIENTÍFICO DA REVISTA

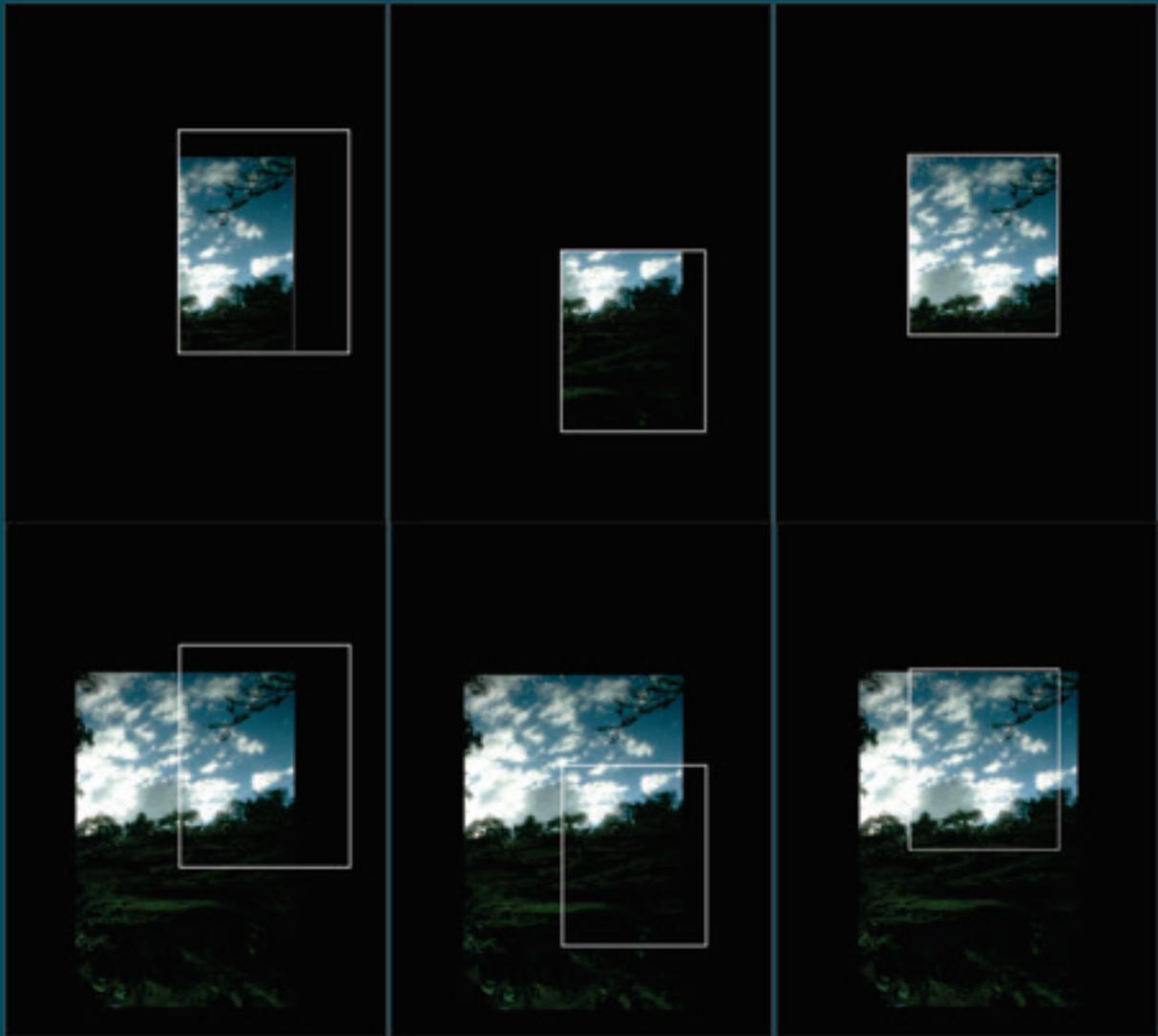
Prof. Dra. Ada de Freitas Maneti Denker, Universidade Anhembi Morumbi, Brasil
Prof. Dra. Alissandra Nazareth de Carvalho, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Brasil
Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. André de Almeida Cunha, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Antonia Marisa Canton, Universidade de São Paulo, USP, Brasil
Prof. Dr. Antonio Carlos Sarti, Universidade de São Paulo - USP, Brasil
Prof. Dra. Bernadete Caprioglio Castro, Universidade Estadual Paulista, UNESP
Prof. Dr. Carles Carreras, Universitat de Barcelona, Espanha
Prof. Dra. Donária Coelho Duarte, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Eduardo Abdo Yázigí, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Prof. Dra. Eloísa Pereira Barroso, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa, Universidade de Brasília. Departamento de Geografia. Centro de Excelência em Turismo, Brasil
Prof. Dr. Gilson Zehetmeyer Borda, Universidade de Brasília e Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Brasil
Prof. Dr. Harold Goodwin, Manchester Metropolitan University, Reino Unido
Prof. Dra. Helena Araújo Costa, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Iara Lúcia Gomes Brasileiro, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Júlio César Suzuki, Universidade de São Paulo, França
Prof. Dra. Karina e Silva Dias, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Leandro Beneditini Brusadin, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Maria do Carmo Pires, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof. Dra. María Dolores Sánchez Fernández, Universidade da Coruña, Espanha
Prof. Dra. Maria Elenita Menezes Nascimento, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Maria Geralda Almeida, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Brasil
Prof. Dra. Marília Steinberger, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Mario Carlos Beni, Universidade de São Paulo e Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Marutschka Martini Moesch, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Neio Campos, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Neuza Farias Araujo, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Nuno Alexandre Abranja, Instituto Superior de Ciências Educativas Ramada, Portugal
Prof. Dra. Regina Schluter, Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, Argentina
Prof. Dr. Rodrigo Meira Martoni, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof. Dr. Sérgio Molina, Centro de Empreendimento e Innovación, Chile
Prof. Dra. Simone Scifoni, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Dra. Solange T. de Lima Guimarães, UNESP - Rio Claro, Brasil
Prof. Dra Vera Lucia Bogaes Borges, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil

ARTISTA CONVIDADO



TATIANA TERRA é artista visual, com trânsito nas áreas de design gráfico, cinema, fotografia, curadoria e montagem de exposições, produção cultural, educação e turismo. Formada em Artes Plásticas pela Universidade de Brasília (UnB), é mestre no curso em Turismo (CET- UnB) e doutoranda em Artes Visuais (IdA - UnB). Participa do projeto de pesquisa Vaga-mundo: Poéticas nômades, do projeto de extensão universitária Brasília Bucólica e de exposições como artista desde o ano de 1995 no Brasil e no exterior. É professora voluntária do Centro de Excelência em Turismo – CET/ UnB e professora de Arte e Cultura, História da Arte e Manifestação de Cultura Popular do SENAC/DF.

SUMÁRIO



EDITORIAL, 7

Everaldo Batista da Costa e Eduardo Yázigi

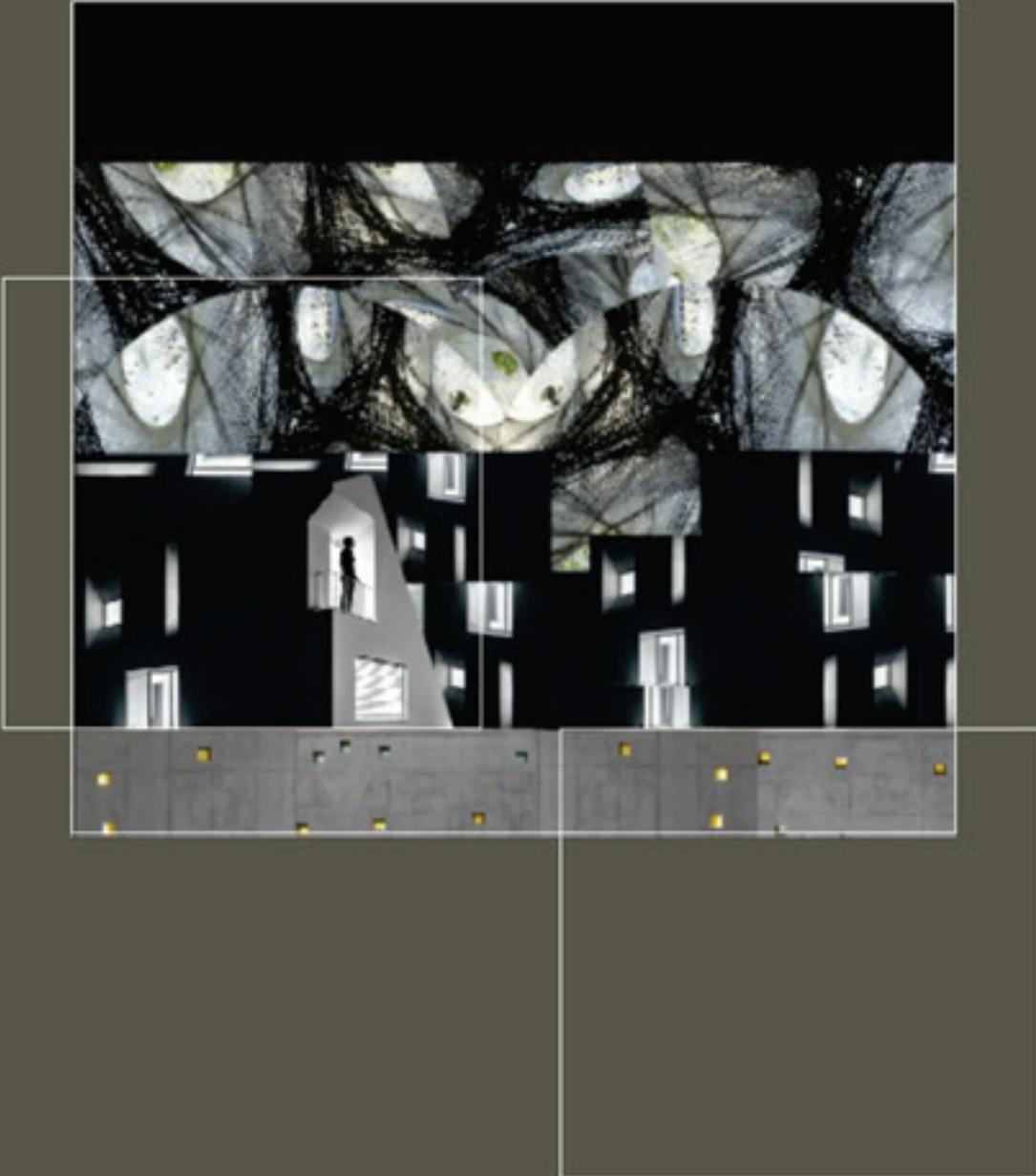
ARTIGOS

- **Las catedrales: ¿recursos preparados para un turismo accesible? Estudio de los casos de Palma de Mallorca y Barcelona, 9**
As Catedrais: recursos preparados para o turismo acessível? Estudo de casos de Palma de Mallorca e Barcelona, 9
Cathedrals: Resources prepared for accessible Tourism? Study cases of Palma de Mallorca and Barcelona, 9
María Abril Sellarés, María del Carmen Azpelicueta Criado, María Dolores Sánchez-Fernández
- **O Valor do Lazer no Jogo da Essência e Aparência das Relações Sociais Capitalistas, 25**
The Value of Leisure in the Game of Essence and Appearance of Capitalist Social Relations, 25
Shaiane Vargas da Silveira
- **Hospitalidade urbana e design de espaços públicos: a trajetória da Praça Almirante Tamandaré em Balneário Camboriú/SC. Brasil, 45**
Urban hospitality and the public space design: the path of Almirante Tamandaré Square in Balneário Camboriú/SC. Brasil, 45
Heron de Sousa Arruda e Luciano Torres Tricárico
- **A patrimonialização de São Luiz do Paraitinga: a refuncionalização turística e a preservação do patrimônio cultural, 63**
The heritagisation São Luiz do Paraitinga: the tourist refuncionalization and the preservation of cultural heritage, 63
Carlos Murilo Prado Santos
- **Cultura e Patrimônio: Fatores de Desenvolvimento Turístico em Luziânia-GO, 85**
Culture and Heritage: Tourism Development Factors in Luziânia-GO, 85
Carla Adriana Oliveira Silva e Eloísa Pereira Barroso
- **Políticas Culturais Patrimoniais e Planejamento Urbano na Cidade Imperial de Petrópolis (RJ), 105**
Heritage cultural policy and urban planning in the Imperial City of Petropolis, RJ, 105
Ana Paula Silva de Araújo
- **Ecoturismo em Unidades de Conservação: Proposta para o Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, Florianópolis-SC, 125**
Ecotourism in Conservation Units: Proposal for Natural and Municipal Park of the Ingleses and Santinho Dunes, Florianópolis-SC, 125
Fernando Bittencourt
- **A Imagética das Devoções Populares e os Espaços Sagrados no Semiárido Cearense, 147**
The imagery of popular devotions and sacred spaced in cearense semiarid, 147
Ivo Luís Oliveira Silva e Gláudia Mota Portela Mapurunga

RESENHAS

- **A Concretude do Fenômeno Turismo (de Everaldo Batista da Costa), 165**
The concreteness of the tourism phenomenon (from Everaldo Batista da Costa), 165
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo
- **A teoria do turismo e os conceitos fundamentais, 173**
The theory of tourism and the fundamental concepts, 173
Leandro Benedini Brusadin
- **Fórum ABRATUR-15: Internacionalização da Pesquisa em Turismo no Brasil, 179**
VIII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (SEMINTUR)
I Hospitalidade em Colóquio: Pesquisa e Ensino Relato de experiência de participação em eventos, 179
ABRATUR-15 Forum: Internationalization of Tourism Research in Brazil
VIII Mercosur Seminar of Tourism Research
I Hospitality in Colloquium: Research and Teaching
An overview about the conferences' experiences, 179
Ana Paula Garcia Spolon

EDITORIAL



Após compromissado trabalho de autores, revisores, editores e secretários, é com muita satisfação que disponibilizamos ao público o 3º volume / 4º número da Revista Cenário, do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília [CET-UnB].

A coletânea é composta de 8 artigos científicos e 3 resenhas, conformando importante diversidade temática, o que pode atender a diferentes interesses na área. São abordados temas como: turismo acessível e patrimônio; o lazer no contexto da sociedade capitalista; o patrimônio cultural paulista; desenvolvimento turístico goiano; planejamento urbano e políticas culturais; ecoturismo em unidades de conservação; hospitalidade urbana; devoções populares e espaço sagrado; abordagens teóricas no turismo.

O mundo contemporâneo caracterizado por ideias como a da efemeridade, da fugacidade, da efervescência e da fluidez exige da universidade maior atenção sobre as transformações socioespaciais reveladoras dos fatos que remetem a estas mesmas ideias. A Revista Cenário reconhece essa necessidade e publica trabalhos que, de alguma maneira, revelam tais transformações.

Na linha dos importantes temas tratados neste novo volume, é preciso que uma Revista como a Cenário invada os sistemas de governo, para evidenciar o quanto os dirigentes da nação nega o valor do conhecimento de importantes e variadas questões que lhes dizem respeito. É preciso ter bem claro que a Universidade existe para servir à sociedade, mormente esta que está no centro das principais decisões do país. Há muitas formas de servir à sociedade e a referente ao turismo costuma equilibrar a falta de perspectiva econômica, porque divisas são recursos que vem de fora. Apesar da séria crise econômica por que passa a França, por mais de vinte vezes tem ela sido o país que mais recebe turistas, como em 2014, cuja cifra chegou a 84,7 milhões de visitantes. Isso porque a França, como toda Europa Ocidental, aliás, sabe muito bem que a qualidade esmerada do território e de sua infraestrutura são fatores decisivos de atração. Os sistemas de governo brasileiros têm ciência do quanto isto pesa? Ao invés de melhorar o território, deixamos que o mesmo se deteriore. Em suma, ficamos “a ver navios” que passam ao largo para outros países.

Nesse contexto, a Revista Cenário assume também o papel de denunciar, por sua abertura e variedade de temas, nossas fraquezas: um verdadeiro alerta para os governantes que valorizam a ciência e usa a crítica para melhorar o mundo e não para destruí-lo.

Desejamos boa leitura a todos e todas!

Everaldo Batista da Costa - Professor da Universidade de Brasília – UnB, Editor Chefe.

Eduardo Yáziqi - Professor da Universidade de São Paulo – USP, Membro do Comitê Científico.

ARTIGOS



Las catedrales: ¿recursos preparados para un turismo accesible? Estudio de los casos de Palma de Mallorca y Barcelona

As Catedrais: recursos preparados para o turismo acessível? Estudo de casos de Palma de Mallorca e Barcelona

Cathedrals: Resources prepared for accesible Tourism? Study cases of Palma de Mallorca and Barcelona

María Abril Sellarés¹
María del Carmen Azpelicueta Criado²
María Dolores Sánchez-Fernández³

-
- 1 Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, España. Doctora en Didáctica de las Ciencias Sociales, Didáctica del Patrimonio, Máster en Gestión Cultural.
 - 2 Universitat de les Illes Balears, Illes Balears, España. Doctoranda Economía Empresa. Programa FPU Mº. de Educación, Cultura y Deportes. Licenciada en Ciencias del Trabajo.
 - 3 Docente, Investigadora na Universidade da Coruña. Facultade de Economía e Empresa. Departamento Análise Económica e ADE. Grupo de Investigación GREFIN. A Corunha, Galiza, Espanha.

Resumen

La diversificación de productos turísticos, la búsqueda de satisfacción del turista, cómo aumentar el gasto medio del turista y la reducción de la estacionalidad son sin duda retos que el destino turístico asume. Pero ¿los recursos sobre los que se basan los productos y servicios son siempre accesibles para el cliente-turista? Este artículo tiene como objetivo analizar la gestión que se llevan a cabo en las Catedrales de Palma de Mallorca y de Barcelona en cuanto a temas de turismo accesible se refiere. Los objetivos que se quieren alcanzar son tres: el primero dilucidar cómo gestionan las Catedrales los problemas que las personas discapacitadas a nivel físico se pueden encontrar en sus visitas turísticas; el segundo conocer en qué líneas de accesibilidad se ha trabajado: motriz, sordera o ceguera; y finalmente, el tercer objetivo es ver en qué grado se ha hecho la adaptación, si de un modo total o parcial.

Palabras Clave: Catedral, Turismo accesible, Recurso, Accesibilidad, Discapacidad.

Abstract

Tourist destination assumes certainly challenges as the diversification of tourism products, finding tourist satisfaction, how to increase the average tourist spending and reducing seasonality. But, are resources, on which products and services are based, always accessible to the client-tourist? This article aims to analyze the management holding the Cathedrals of Palma de Mallorca and Barcelona regarding issues of accessible tourism is concerned. There are three objectives to achieve: first one is to understand how the Cathedrals manage the problems of people with physical disabilities can find during their tourist visits on its places; the second one to know it's to find out which lines worked availability: drive, deafness or blindness; and finally, the third one is to see to what extent has become adaptation, if a fully or partially manner.

Key Words: Cathedral, Accessible tourism, Resources, Accessibility, Disability.

1. INTRODUCCIÓN

Según datos de la OMT en las dos primeras décadas del siglo XXI España se muestra plenamente consolidada como destino turístico receptor, situándose entre los cinco destinos más importantes a nivel internacional (OMT, 2013). El posicionamiento español en el sector turístico ha permitido, por un lado, la consolidación y la creación de nuevos productos como: realización de actividades con tipos transporte distintos: *segways*, *electric cars*; visitas guiadas especializadas en ámbitos temáticos concretos como gastronómicos, literarios, cineastas, entre otros y, a nivel global territorial, la creación de nuevas infraestructuras aeroportuarias y ferroviarias, entre otras.

Uno de los ámbitos el sector turismo que más ha sufrido transformaciones ha sido y es el del patrimonio cultural. Tanto el patrimonio tangible como el intangible forman parte, actualmente, de los pilares esenciales para que el turismo cultural pueda provocar flujos de visitantes y sea uno de los reclamos importantes de una ciudad (Abril, Azpelicueta y Sánchez-Fernández, 2015). ¿Pero los recursos que forman parte de los productos y servicios son siempre accesibles para el cliente-turista? Es evidente que hay un grupo de recursos que tienen más posibilidades que otros en poder adaptarse a las necesidades de la demanda, como por ejemplo las construcciones de nuevos museos y los centros de interpretación. Los accesos externos a los recursos patrimoniales son espacios en donde la adaptación resulta más sencilla que en aquellos recursos de construcciones antiguas donde las propias declaraciones de protección hacen, que en ocasiones sean inviables sus adaptaciones, como por ejemplo sucede en construcciones religiosas, palacios, castillos, entre otros recursos.

Pero, ¿qué se entiende por turismo accesible? El turismo accesible también conocido como turismo para todos es aquel que tiene por finalidad lograr que tanto los servicios, como los productos, como el entorno de los mismos puedan ser disfrutados en igualdad de condiciones por cualquier demandante turístico, ya sea o no discapacitado, por lo tanto no sólo se refiere a la eliminación de barreras físicas, sensoriales o de comunicación, sino a la integración completa en todos los elementos que constituyen la concepción del sector del turismo global. (PREDIF, 2014). Esta nueva manera de entender el turismo, ha hecho que tanto a nivel internacional como nacional se hayan producido, leyes y/o manuales básicos de actuación para asumir el hecho de que, hay que hacer cierta la premisa que todo el mundo tiene derecho a realizar actividades turísticas. Así en el año 2005 la OMT aprobó una resolución que pretendía dar los criterios básicos para el sector turístico, con el objetivo de permitir una igualdad de oportunidades para las personas con capacidades restringidas (OMT, 2005). Nueve años más tarde la propia OMT (2014) indica que facilitar un turismo accesible es uno de los hitos a tener en cuenta por parte de los gestores turísticos.

Pero a pesar de la ratificación realizada por parte de los países miembros de la Convención de las Naciones Unidas (2007) sobre los derechos de las personas con discapacidad, desgraciadamente, a menudo, los problemas de accesibilidad se siguen dando de modos diversos, ya sea en una parte del recurso, en una parte de un recorrido, en el acceso a la información, en el transporte y alojamiento del destino, entre otros.

En el año 2013 la OMT emitió un informe en el cual identificó que aproximadamen-

te el 15% de la población mundial, es decir, más de mil millones de personas tenían algún tipo de discapacidad, y que las tasas irían en aumento debido por un lado, al envejecimiento de la población y, por otro, al incremento de las enfermedades crónicas. Estos datos nos permiten afirmar que, ya no se puede vivir al margen de estos resultados y que se tendrán que afrontar mediante la aplicación de soluciones adecuadas con el fin de que, la máxima de turismo para todos sea una realidad (OMT, 2013). Tal y como se ha podido apreciar desde principios del siglo XX uno de los segmentos de mercado que mayor protagonismo ha cobrado en el ámbito turístico es el que hace referencia a las personas con discapacidad (Cánoves, Herrera y Villarino, 2014).

Respecto al ámbito territorial español se ha realizado un gran esfuerzo, en estas últimas décadas, para adaptar total o parcialmente muchos de los recursos turísticos a través de: la eliminación de barreras, la creación de normativas, entre otras, que permiten hablar de turismo accesible (SEGITUR, 2014). Esos esfuerzos se han visto reflejados en la firma de un acuerdo, en el año 2012 entre la ONCE, junto a la Fundación ACS, la *European Network for Accessible Tourism* (ENAT) y la propia OMT con el fin de potenciar y poner en valor la accesibilidad de los recursos patrimoniales de todo tipo, a través de un manual de buenas prácticas.

Es por ello, que creemos importante conocer cómo se está evidenciando el turismo accesible en dos recursos de la misma naturaleza, una Catedral, y en dos espacios gráficos considerados de destino maduro, Barcelona y Palma de Mallorca. Ambas catedrales situadas en España, en la península ibérica la Catedral de Barcelona y en las Islas Baleares, la Catedral de Palma de Mallorca. Se recoge su ubicación y otros datos de interés relevantes para este estudio en Sánchez-Fernández (2015). Consecuentemente surge el interés por analizar la gestión del turismo accesible en estas zonas geográficas.

En base a los objetivos planteados, la metodología empleada se fundamenta en dos fases: En primer lugar se lleva a cabo un análisis documental de la principal literatura científica sobre temas de accesibilidad, el cual permite argumentar a nivel teórico nuestros objetivos. Y en segundo lugar, se procede a realizar un análisis cuantitativo comparativo de ambos recursos, para ello retomamos un trabajo de campo precedente del año 2014 que versó sobre ambas Catedrales y su gestión turística, el cual permitió la apertura de nuevas investigaciones. Todo ello ha permitido recoger los datos necesarios incorporando los ítems a partir de un cuestionario base (Abril, Azpelicueta y Sánchez-Fernández, 2015), a este se le ha incorporado los ítems relacionados con las diferentes discapacidades, necesarios para realizar este estudio.

Finalmente, a través del análisis propuesto exponemos las conclusiones, las cuales nos permiten aseverar si los recursos turísticos de los destinos maduros aquí trabajados muestran o no una adaptación y en qué grado se encuentran. Además de verificar qué tipo de adaptación es la que se ha producido, desde este trabajo podemos afirmar, en el caso de que se esté llevando a cabo alguna adaptación, sobre qué tipo de discapacidad se está trabajando con más eficacia.

2. DISCAPACIDAD Y RECURSO PATRIMONIAL TURÍSTICO

La discapacidad según Bieler (2008) es una variable resultante de dos ítems, por un lado la funcionalidad de la persona y por otro el ambiente y la organización social. Siguiendo a este autor cabe señalar que, la discapacidad no tiene una dependencia única, la de la propia persona que la padece, sino que hay que entenderla cómo el entorno que está organizado en aquella sociedad en el que dicha persona no sólo desarrolla su vida habitualmente, sino también aquél donde realizan actividades de ocio, así como dotar y/o adaptar las infraestructuras necesarias y los recursos turísticos para que le permita a la persona poder ejercer su derecho de turismo para todos (Bieler, 2008).

El turista se puede encontrar con un conjunto de barreras que pueden impedir que ejerza su actividad de manera normal. Estas barreras pueden ser: de carácter físico, como la falta de espacio para poder desplazarse, no poder acceder tanto a nivel exterior como interior debido a la inexistencia de rampas y la existencia de escalones únicamente, no poder ir al baño por no estar adaptado o bien no obtener la óptima información debido a la mala colocación de las cartelas informativas. Estas barreras pueden ser de carácter comunicacional, como la falta de elementos interpretativos que se expresen con un lenguaje adaptado a sus necesidades (lenguaje de signos, o lenguaje braille) sin olvidar que, apenas existen profesionales que ejercen de guías que sepan adaptarse a sus necesidades, a menudo por falta de formación. Y finalmente también se pueden identificar las llamadas barreras sociales, que se dan cuando las personas que interactúan con ellas los tratan de un modo distinto, porque esa discapacidad les conduce a tener compasión y no un trato igualitario (Juncà, 2011).

En definitiva, estamos ante una variable que engloba diferentes parámetros ya que las discapacidades no sólo se refieren a una deficiencia física, sensorial (Campoy, 2004) o psíquica (Dito, Prieto y Yuste, 2004) sino que, también afecta a las personas mayores que tienen problemas de salud o movilidad por cuestiones de edad, o las que no teniendo ningún problema en un momento determinado de su vida se

encuentran frente a una discapacidad temporal, por ejemplo, las personas que han sufrido una rotura o esguince por un accidente, o las personas que llevan carritos de bebe, entre otras (De Lorenzo, 2003).

Por otra parte cabe señalar que, la importancia de las personas con una discapacidad dentro del ámbito turístico se basa en dos ideas: el primero, el aumento de este segmento de mercado (mencionado en el párrafo precedente) ya que disponen de más tiempo libre, lo que incrementa sus ganas de viajar, y el segundo, la existencia de un número mayor de ayudas técnicas, así como ayudas económicas, lo que les permite poder llevar a cabo sus deseos (De Lorenzo, 2003). Pero al igual que el turismo de masas ha llevado a la insostenibilidad a algunos espacios turísticos, el binomio patrimonio y turista requiere de un equilibrio compatible, y tal como se señala Juncà (2011) no caben “las medias tintas, y mucho menos la mediocridad, léase la chapuza, la improvisación o cualquier otro recurso para salir del paso”, es necesario, por tanto, que las actuaciones que se hagan no alteren ni sean discordantes con el conjunto patrimonial a tratar y que, al mismo tiempo, sean eficaces,

De modo que, para hablar de accesibilidad se tiene que iniciar por aquello que se convierte en una barrera innecesaria, en otras palabras, hay que partir del entorno físico poco adaptado, para posteriormente incidir en los espacios patrimoniales y en las necesidades individuales que requieren las personas que de un modo u otro padecen de una discapacidad, ya sea temporal o permanente (Westcott, 2005).

Por todo lo anteriormente expuesto deducimos que, todo recurso patrimonial tendrá que tener en cuenta, básicamente, tanto los obstáculos físicos como comunicativos, siendo los sociales menos dependientes de la propia gestión de dicho recurso. Es evidente que realizar modificaciones no siempre es posible, ya que o bien por falta de medios económicos o que por la propia estructura del recurso se convierte en inviable. Además no todos los países de la Unión Europea regulan de igual modo la obligatoriedad de las adaptaciones, de modo que, hay que basarse en un país en concreto con el fin de entender sobre qué estructuras se puede actuar y de qué manera hay que llevarlo a cabo.

3. GESTIÓN DE LA ACCESIBILIDAD DE LAS CATEDRALES DE BARCELONA Y PALMA DE MALLORCA

Para llevar a cabo el análisis en temas de gestión de la accesibilidad en las Catedrales de Barcelona y Palma de Mallorca, como base se utilizó un cuestionario precedente donde se pudo confirmar que ambos recursos disponían de una gestión turística (Abril, Azpelicueta y Sánchez-Fernández, 2015). Dicho estudio dejaba una

puerta abierta a la investigación orientada a la temática de accesibilidad, lo cual nos llevó a la confección de un segundo cuestionario específico para dicho tema.

Si bien se podría tratar la accesibilidad a todos los niveles los cuales hemos mencionado anteriormente, el diseño del segundo cuestionario se ha enfocado a dos especificidades, como son los temas motriz y sensorial, tanto *in situ* como a través de las páginas web de cada recurso. Todo ello nos ha permitido realizar un análisis comparativo de ambas gestiones y distinguir qué elementos son o no comunes. La elaboración y resolución de los cuestionarios se realizó durante el mes de diciembre de 2014.

El cuestionario está conformado por un total de veintitrés preguntas, de las cuales, tres se destinaron a la página web de cada recurso, uno de los cuales se podían añadir comentarios y las otras diecinueve preguntas están relacionadas para ser trabajadas *in situ* en los recursos. Respecto a las diecinueve preguntas, éstas se han agrupado, doce abarcan temas de accesibilidad motriz y siete temas sensoriales, todas ellas interrelacionadas con la actividad turística, como es el caso de las visitas que se pueden producir en el recurso.

Los primeros ítems de la investigación van dirigidos a los accesos que poseen los recursos e identificar cuáles de ellos estaban adaptados. Los datos obtenidos muestran un resultado dispar. Mientras que en la Catedral de Palma los tres accesos que posee, los tres han sido adaptados, por tanto un 100%, en la Catedral de Barcelona, sólo dos de las cinco puertas que permiten el acceso están adaptadas, lo que resulta un escaso 50%, si bien este último dato hay que matizarlo, ya que de las cinco puertas sólo tres están abiertas diariamente, hecho que modifica el porcentaje, ya que la realidad se manifiesta con un 60% del total, lejos no obstante del 100% que presenta la Catedral de Palma.

Podemos visualizar en la imagen 1, de las 5 puertas de acceso de la Catedral de Barcelona, una de las cuales no está adaptada y en la imagen 2, una de las puertas de entrada totalmente accesibles a la Catedral de Palma de Mallorca.

Imagen 1. Acceso a la Catedral de Barcelona



Fuente: Elaboración propia

Imagen 2: Acceso a la Catedral de Palma de Mallorca



Fuente: © Olaf Tausch / *Términos de derechos de uso: Reconocimiento-Compartir bajo la misma licencia 3.0 Unported* / Fuente (*Portal de la Catedral de Palma, Mallorca, España*) disponible en: http://antonioheras.com/ciudades/palma_mallorca/index.htm, 2015.

Mediante la recogida del conjunto de los siguientes ítems se pretende conocer cómo se podían desplazar los clientes – turistas con discapacidad motriz tanto en el interior de la iglesia como en la zona del claustro. Respecto al interior de la igle-

sia, ambos recursos muestran coincidencia, sólo una parte de los espacios que son objetivo turístico están habilitados para las personas que tienen discapacidad motriz. Se cuantificó el concepto “sólo en parte”. En el caso de la Catedral de Palma se cuantificó en un 80%, mientras que para la de Barcelona lo fue del 60%. En realidad las adaptaciones buscan soluciones centrándose, básicamente, en salvar los desniveles suaves con rampas, mientras en que las zonas donde se ubican las escaleras o los espacios estrechos no existe ninguna adaptación. Consecuentemente en las zonas de claustro de ambos recursos se obtienen los mismos criterios observados en el interior de las iglesias, al igual que los porcentajes.

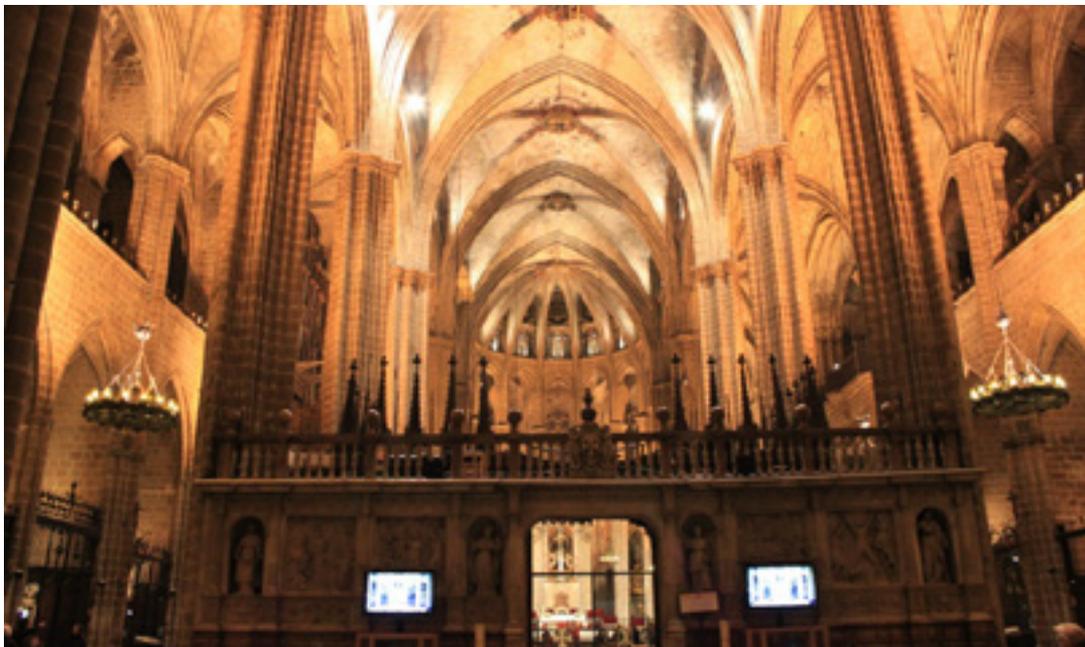
Plasmamos a continuación los resultados del resto de ítems analizados en el cuestionario: 1. La existencia de ascensores: la Catedral de Barcelona posee uno que permite el acceso a sus terrazas mientras que la de Palma no dispone de ninguno. Respecto al ascensor existente en la Catedral de Barcelona, éste es totalmente inaccesible para las personas con discapacidad motriz, ya que para llegar hasta él hay escaleras y no rampas, el ascensor no tiene anchura suficiente para que pueda entrar una silla de ruedas, en el recorrido analizado, la movilidad en las terrazas se realiza a través de unas superficies metálicas con agujeros (véase imagen 3), lo cual tampoco permiten un fácil recorrido. 2. Los servicios públicos, ambas Catedrales poseen cuarto de baño (WC). La Catedral de Palma tiene este espacio adaptado, mientras que en el momento de realizar este cuestionario en la Catedral de Barcelona tenía el espacio en obras y no supieron decirnos si se iba o no a adaptar. 3. Respecto a las cartelas informativas turísticas (véase imagen 4) queríamos saber si eran accesibles a un nivel de lectura adecuado para las personas que van en silla de ruedas. En ambas Catedrales se señala que sólo en parte están adaptadas dichas cartelas. En el análisis de este recurso en Palma no se pudo determinar el porcentaje que definiría el concepto “en parte”, en la de Barcelona se identificó con el porcentaje del 60% del total de las cartelas.

Imagen 3: Plataforma superior de las terrazas de la Catedral de Barcelona



Fuente: Elaboración propia

Imagen 4: Información de carteles y televisores Catedral de Barcelona



Fuente: Elaboración propia

Imagen 5: Altar mayor con baldaquino de la Catedral de Palma de Mallorca



Fuente: Catedral de Mallorca. La Catedral de Mallorca y Gaudí - E. Taltavull, Recuperado el 30 de junio de 2015:
<http://www.catedraldemallorca.info/principal/es/gaudi-menuitem/2584-la-catedral-de-mallorca-y-gaudi-e-taltavull>, 2015.

Finalizamos el análisis de los ítems relacionados con la discapacidad motriz y a continuación el análisis con referencia a temas sensoriales, sirviendo como elemento de unión las cartelas informativas. Con referencia a este elemento quisimos saber no sólo estuvieran situadas a una altura correcta sino si tenían, además, integrado el lenguaje braille. La coincidencia de ambos recursos es total, ni una sola cartela informativa está adaptada al lenguaje braille. Siguiendo con el carácter informativo quisimos investigar y analizar si los folletos turísticos que se entregan a los turistas – visitantes- utilizaban en algún lugar la lengua braille. La respuesta en ambas Catedrales volvió a ser coincidente, en ninguna de ellas estaba insertado dicho lenguaje en los folletos turísticos informativos de los recursos objeto de estudio.

El lenguaje para ciegos no aparecía en la gestión turística. Tampoco había ningún tipo de señalización lumínica para ayudar a las personas con ceguera parcial, de modo que, nuestra investigación se dirigió a saber qué tratamiento se daba a los

temas de discapacidad sensorial auditiva. Ambas Catedrales tienen un sistema de audio-vídeo para dar informaciones turísticas, pero dichos audios no tienen ningún sistema de subtítulos en lenguaje de signos. De modo que tanto la discapacidad sensorial visual como la auditiva quedaban poco tratadas a niveles de gestión turística.

La última parte del cuestionario se basaba en recabar información de las páginas web de los dos recursos. De nuevo ambas Catedrales estaban en asonancia, en toda la página web no hay ningún tipo de adaptación, sólo se señala a través de los iconos correspondientes, si los recursos, una vez in situ, están o no adaptados, pero la propia página web informativa, en sí misma, no está pensada para personas con discapacidad sensorial.

4. CONCLUSIONES

Después del análisis de los dos recursos, hemos podido observar cómo en temas de accesibilidad tanto motriz como sensorial aún queda un largo camino por recorrer. A nivel motriz se han realizado algunas actuaciones que permiten, como mínimo, el acceso al recurso y desplazarse por el mismo con una cierta facilidad, si bien no está todo el espacio al 100% habilitado, lo que sí podemos asegurar es que las personas con discapacidad motriz se pueden hacer una idea clara y aproximada de lo que significan las dos Catedrales.

Distinto es lo que acaece a nivel sensorial, donde sólo un sistema de audio se acerca a las personas con ceguera total o parcial, pero existen recursos adaptados en cuanto a luces o señalizaciones especiales, para que las personas con discapacidad parcial visual puedan hacer un recorrido con ayuda. Desgraciadamente respecto a las personas sordas no hay ninguna actuación, hecho que determina que las gestiones catedralicias a nivel turístico aún no aplican el concepto de turismo para todos.

Por otra parte cabe destacar que, las páginas web no están adaptadas al acceso informativo para personas con discapacidad, salvo en la forma de señalar sus adaptaciones motrices: formato con silla de ruedas o baños públicos adaptados. Es imprescindible entender que, una información adecuada en las páginas web permitiría tener, a una persona que sufre algún tipo de discapacidad, todos los criterios para saber si el recurso es accesible o no para su caso particular. Si la información es la adecuada, lo que hace es incrementar el potencial de atracción turística del segmento de la población que sufre alguna discapacidad, ya sea total o parcial, permanente o temporal.

5. REFERENCIAS

© OLAF TAUSCH / *Términos de derechos de uso: Reconocimiento-Compartir bajo la misma licencia 3.0 Unported / Fuente (Portal de la Catedral de Palma, Mallorca, España)*. Recuperado el 30 de junio de 2015, de: http://antonioheras.com/ciudades/palma_mallorca/index.htm, 2015.

ABRIL, M.; AZPELIQUETA, M.C.; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, M.D. Turismo religioso y destinos maduros. La gestión turística de dos catedrales: Palma de Mallorca y Barcelona. **International Journal of World of Tourism**, v.2, n.3, p.31-41, 2015.

BIELER, R. **Desafío para el desarrollo social e inclusivo**. Primer Congreso Interamericano y Tercer seminario nacional sobre discapacidad y derechos humanos. Panamá, 2008.

CAMPOY, I. Una aproximación a las nuevas líneas de Fundamentación de los derechos de las personas con Discapacidad. **Revista Telemática de Filosofía del Derecho**, n.8, p.125-155, 2004.

CÁNOVES, G.; HERRERA, L.; VILLARINO, M. Integración, turismo y discapacidad: ¿son accesibles los hoteles para las personas con discapacidad física? **Pasos. Revista de turismo y patrimonio cultural**, v.12, n.1, p.209-218, 2014.

CATEDRAL DE MALLORCA. **La Catedral de Mallorca y Gaudi - E. Taltavull**, Recuperado el 30 de junio de 2015: <http://www.catedraldemallorca.info/principal/es/gaudi-menuitem/2584-la-catedral-de-mallorca-y-gaudi-e-taltavull>, 2015.

DE LORENZO, R. **El futuro de las personas con discapacidad en el mundo**. ONCE. Madrid: Umbral, 2003.

DITO, E.; PRIETO, E.; YUSTE, J. El ocio y tiempo libre como claves integradoras en el deficiente mental. **Revista interuniversitaria de formación del profesorado**, n.18, p.181-194, 2004.

JUNCÀ, J. **Accesibilidad universal al patrimonio cultural. Fundamentos, criterios y pautas**. Madrid: Centro Español de Documentación sobre Discapacidad, 2011.

NACIONES UNIDAS. **Convención sobre los derechos de las personas con discapacidad**. Nueva York: Naciones Unidas, 2007.

OMT. **Accesibilidad: una ventaja competitiva en los destinos turísticos**. Madrid: OMT, 2013.

OMT. **Hacia un turismo accesible para todos**. Madrid: UWNTO, 2005.

OMT. **Manual de turismo accesible para todos: Alianzas público-privadas y buenas prácticas**. Madrid: UWNTO, 2014.

PREDIF. **Guía de Buenas Prácticas de Accesibilidad para los Recursos Turísticos de las Ciudades Patrimonio**. Ávila: Ministerio de Educación, cultura y deporte, 2014.

SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, M.D. **Catedral de Barcelona y Catedral de Palma de Mallorca**. Recuperado el 30 de junio de 2015: <http://mariadoloresanchezfernandez.blogspot.com.es/2015/06/catedral-de-barcelona-y-catedral-de.html>, 2015.

SEGITUR. **Spain info**. Recuperado el 28 de agosto de 2014, de Turismo Accesible: <http://www.spain.info/es/informacion-practica/turismo-accesible/>, 2014.

WESTCOTT, J. **Mejorar la información sobre el turismo accesible para las personas con discapacidad**. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 2005.



O Valor do Lazer no Jogo da Essência e Aparência das Relações Sociais Capitalistas

The Value of Leisure in the Game of Essence and Appearance of Capitalist Social Relations

Shaiane Vargas da Silveira¹

¹ Doutora em Políticas Públicas (Universidade Federal do Maranhão, Brasil/ Instituto de Estudos de Ocio, Universidad de Deusto, Bilbao, Espanha). Docente da Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, Piauí, Brasil.
E-mail: shaiane@pq.cnpq.br

Resumo

O artigo apresenta uma reflexão sobre o lazer, seus significados e contradições na sociedade capitalista, enfatizando o jogo da essência e aparência como metáfora explicativa. Trata do valor de uso e valor de troca como características fundantes da diferenciação da essência e aparência do lazer. Contempla o leitor como uma perspectiva vinculada aos conceitos de experiência valiosa e lazer humanista. O objetivo da pesquisa é compreender como é possível superar as contradições do lazer e romper a lógica do capital nas intervenções promovidas pelo Estado. A construção dessa análise crítica contemplou o referencial teórico que apresenta as contradições do lazer estimuladas pelas relações sociais capitalistas.

Palavras-chave: Lazer. Trabalho. Capitalismo.

Abstract

The article presents a study on leisure, its meanings and contradictions in the capitalist society, emphasizing the game of essence and appearance as an explanatory metaphor. It considers use value and exchange value as founding features of differentiation of the essence and appearance in leisure. It offers the reader a perspective linked to the concepts of valuable experience and humanist leisure in order to understand how it is possible to overcome the contradictions of leisure and break the logic of capital through interventions promoted by the State. The construction of such critical analysis envisaged the theoretical framework presenting the leisure contradictions stimulated by capitalist social relations.

Key words: Leisure. Work. Capitalism.

O debate internacional sobre lazer está historicamente centrado no contraste entre o tempo livre e o trabalho, consagrando um campo de estudos que ocupou a atenção dos pesquisadores nas áreas de economia, psicologia, saúde/esporte e sociologia. As contribuições teóricas, se demarcado como ponto de partida o final do século XIX, evidenciam essa constatação, mas revelam que a preocupação original sobre o assunto estava associada ao direito dos trabalhadores ao bem-estar, tempo livre e trabalho justo, temas amplamente discutidos por Lafargue (1980), Kropotkin (1973) e Veblen (2002).

Apesar de em 2011 já ter se passado um século da morte de Paul Lafargue, ainda hoje a publicação de “Direito à Preguiça”, de 1880, ganha espaço na discussão sobre o lazer, tanto pela inovadora percepção do autor, na época, como pela infundável

problemática do “dogma desastroso do trabalho”, que ainda persiste em nossas relações sociais, econômicas e políticas atuais.

Criticando a moral capitalista - como uma desprezível paródia da moral cristã, o autor, inspirado em Proudhon e Bakunin, intitula sua obra de “Direito à Preguiça” em negação ao direito ao trabalho - proclamado nas revoluções de 1848, que Alexis de Tocqueville também ironizou, denominando-o de “direito à fome”. Num contexto histórico perturbado pela espoliação do operariado, a produção intelectual da época abriu as portas para a reflexão sobre a idolatria do trabalho, seus males e consequências, tais como esgotamento das energias vitais, degeneração intelectual e outras misérias individuais e coletivas, que acompanham o capitalismo desde a sua origem.

Numa visão pendular da história, situando como central o momento da publicação da obra de Lafargue, temos a obrigação de observar o passado e o presente, ou seja, analisar os resultados que se consolidam dialeticamente no transcurso do tempo. É justamente nessa observação, que engloba as contradições da história, que poderemos compreender o processo transformador que trouxe para o âmbito do trabalho a discussão sobre tempo livre, lazer ou ócio. Sendo assim é imprescindível destacar o exemplo da sociedade burguesa europeia, que se submete às concessões do capital para a manutenção do *status quo* após as revoluções de 1848, abrindo mão dos direitos políticos, e da aliança de classes, em detrimento da manutenção de uma aristocracia financeira. Esta tal burguesia industrial liberal Veblen (2002) vai identificar, no cenário norteamericano de ascensão da propriedade privada, como uma classe ociosa, que nos interessa mencionar pela revelação do contraditório, com a supervalorização do trabalho para a massa operária, que é mantida alienada, paralela a sua hostilidade, que propaga uma espécie de “elogio ao ócio”, exclusivo das classes proprietárias.

A obra de Thorstein Veblen, “Teoria da Classe Ociosa”, publicada no final do século XIX, interpreta uma situação importante na construção deste referencial teórico, pois está focada na análise das condições do surgimento da classe ociosa e sua ostentação, desenrolando uma crítica sobre seus costumes, que incluem a demonstração ao público de que o tempo não ocupado com atividades laborais ou produtivas evidencia o status de cada indivíduo, ou seja, a pantomima simbólica de dominação de um lado e subordinação do outro. Dominação esta que foi permitida pelo aumento da produtividade e dos meios de subsistência suficientemente abundantes, para que uma certa parcela da humanidade esteja isenta do trabalho.

Descendente de emigrantes da Noruega nos Estados Unidos e sentindo-se ainda perdido em meio à elite industrial por ser um nostálgico da vida simples e livre, Veblen – considerado fundador da economia institucional - é descrito por Raimond

Aron como o mais famoso dos desconhecidos sociólogos americanos² mas teve sua obra registrada no *Books of the Century*, publicado pela Oxford University Press, em 1996, como uma das obras mais importantes do Século.

Na busca de evidenciar a contribuição desse autor no estudo do lazer devemos destacar dois aspectos relevantes de sua caracterização da classe ociosa, quais sejam: a exclusividade do tempo livre condicionada à classe social, especificamente aquela com domínio da propriedade privada e a discriminação das tarefas laborais como dignas ou indignas, sendo as últimas julgadas sem caráter honorífico pela burguesia, pois envolvem as ocupações de vida cotidiana, em que “não entra nenhum elemento apreciável de proeza”.

Como podemos observar na leitura de Veblen (2002), sobre a elite burguesa norte-americana, lazer e trabalho são considerados opostos e não se complementam já que o primeiro dirige-se a uma instituição cuja virtude é honrada por sua capacidade pecuniária, que permite uma vida de ociosidade, sem fazer nada produtivo. No topo da estrutura social essa classe ociosa impõe que, para adquirir bons modos, é necessário buscar o caráter honorífico do ócio, ou seja, o emprego não produtivo do tempo. Quem gasta tempo e energia com o trabalho não tem acesso à boa educação, pois esta exige tempo, aplicação e gastos.

Ao redigir *La conquista del pan*, Piotr Alexeyevich Kropotkin, ao contrário de Veblen, não se preocupa em caracterizar o lazer como privilégio de poucos abastados, mas traz uma perspectiva que indica a necessidade de ampliação deste privilégio para os trabalhadores. É lamentável que, assim como em Gramsci, a interpretação de sua obra tenha gerado abordagens equivocadas, como a ideia de que a qualidade do lazer definirá a qualidade do trabalho e o aumento da produtividade. Apropriada com outros fins, a perspectiva de Kropotkin (1973) foi utilizada para justificar que o trabalho intenso e produtivo é resultado do homem que dispõe de bem estar em proporção a seus esforços, apesar de que o autor descreve que a propriedade e/ou produção coletiva é que amplia para resultados ainda mais positivos essa tal produtividade.

Um período consagrado pelas descobertas, invenções e a busca pela paz mundial, o século XIX, em especial a última década, foi brindado com pensadores que inspiraram o comprometimento internacional com o trabalhador, compromisso esse estimulado pelo fim tardio da escravidão, pela luta por direitos humanos e a eclosão dos ideais do socialismo ocidental, mas que também sofreu influência de um dominante sistema social estabelecido pelo capital.

2 Prefácio Avez-vous lu Veblen ? escrito por Raimond Aron para a edição francesa de Teoria da Classe Ociosa

Mesmo visto o lazer como privilégio da classe desocupada, que no entendimento de Veblen (2002) constituía a classe ociosa e, por assim ser, com permissão ao tempo livre, um novo sentido sobre o tema acompanha as diversas transformações levadas a cabo ao final do século XIX. Esse novo sentido se enraizou pela insatisfação das condições laborais do operariado, cujo mérito se deve à abordagem crítica sobre a alienação do trabalho, o direito ao tempo livre e bem-estar dos trabalhadores.

Com tantas transformações tecnológicas era de se esperar que o mundo do trabalho acompanhasse essa evolução, posto que, como argumenta Kropotkin (1973), trabalhadores já conseguem prover toda a sociedade de suas necessidades e portanto com o bem-estar necessário. Se os “não trabalhadores” ocupassem seu ócio com trabalhos úteis nossa riqueza seria ainda maior, se multiplicaria, pois a força produtiva cresce mais que a população, crescendo também o número daqueles que vivem do trabalho alheio.

Na prática o que autor conclui é que existe uma limitação consciente e direta da produção necessária e uma duplicação da produção inútil destinada a divertir os ricos e explorar o público, inviabilizando assim o ideal do bem-estar coletivo, já que este depende que a propriedade privada se torne coletiva. Com uma produção que atenda às necessidades de todos, a sociedade estará livre para descansar e utilizar melhor suas forças, empregar melhor o tempo livre, consagrando assim o que autor nos convida à declarar como bem-estar: decidir você mesmo o que é seu bem-estar, o que é preciso para assegurá-lo e o que deve ser substituído. (KROPOTKIN, 1973)

Mas, se o século XIX foi de grandes descobertas e invenções, seria viável proporcionar a todos o acesso ao cinema, ao toca-discos, ao passeio no automóvel a gasolina, ao conhecimento das teorias psicanalítica e evolucionista, dentre outras conquistas materiais e culturais?

Kropotkin diz que o homem não é um ser que vive exclusivamente para comer, beber e dormir. Satisfeitas as necessidades básicas, materiais, o homem também tem necessidades de prazer e gozo material ou intelectual. São “necessidades de luxo mas que rompem a monotonia da existência e a torna agradável” (KROPOTKIN, 1973, p. 44, tradução nossa), tal qual expressará Marx, ao diferenciar as necessidades do estômago e da fantasia (MARX, 1996, p. 165).

Finalizando o pensamento kropotkiniano, nem todos os burgueses são ociosos e há muitos que trabalham duro, porém a diferença está em suas condições de trabalho, bem mais adequadas e que autor considera que deveriam ser condições para todos, sem exceção.

No entanto, diante da concreta situação da sociedade, as condições igualitárias

que deveriam atender a todos só se tornam possíveis quando associadas à produção de valores de uso sem dominação social do valor-capital, numa articulação emancipatória que substitua o domínio hegemônico por um projeto alternativo, com origem na classe trabalhadora.

Lembramos que a luta pelo direito ao lazer germinou do movimento por melhores condições de trabalho e conseqüentemente abriu espaço para uma série de questionamentos sobre bem-estar do trabalhador. Análogo a esta dinâmica se processou um deslocamento, onde a manipulação ideológica colocou o tempo livre a serviço do capital, como mera pausa para descanso e recomposição das forças produtivas, sustentando assim um sistema baseado na produção em massa, por meio da exploração da força de trabalho, baixos salários, redução de custos e ampliação dos lucros das indústrias. Essa trajetória de precarização é visível na análise da configuração que o capital imprime nas relações entre trabalho e liberdade, enfatizando que:

[...] com o capitalismo as atividades possíveis nos limites do tempo livre acabam se revestindo de potencialidade para que a produção de valor a mais se concretize por meio delas, o que propicia a extensão da mercantilização das coisas e das relações humanas. (MARTONI, 2014, p. 82)

O reducionismo do lazer e do tempo livre, a mera pausa entre dois momentos, inibiu a manifestação real destas categorias como fatores determinantes na satisfação das necessidades do trabalhador ou, como advertia Kropotkin, do bem estar de todos. É assim que o fenômeno do lazer só vai ser identificado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT a partir do momento que é sinalizado como problema³, pois prejudica o sistema de produção, exigindo medidas de contenção que não responsabilizaram a elite industrial pelos próprios erros cometidos. A preocupação política era a de assegurar um tempo mínimo de não-trabalho com a finalidade de disciplinar o trabalhador e manter os níveis de produção em expansão.

O sistema de controle do tempo livre e extensão da jornada de trabalho até o máximo em termos físicos trouxe impactos de grande escala nas sociedades industriais pós-fordismo e, no âmbito do lazer, podemos apontar que para os trabalhadores gerou o sedentarismo, inibiu a criatividade, incentivou hábitos e vícios nocivos à saúde, além de diminuir a noção de tempo livre.

Da centralidade do trabalho, do capital monopolista, vamos observando aos poucos uma nova trajetória, de centralidade no lazer, que segue a mesma proposta de manutenção do capital, por meio do controle social, tal qual se evidenciava nas

3 Para aprofundamento ver a Recomendação 45, que trata da Recomendación sobre la utilización del tiempo libre, datada de 1924. Disponível em <<http://www.ilo.org/dyn/normlex/es>>. Acesso em fevereiro 2014.

recomendações internacionais sobre o trabalho, que Brasil atendeu fielmente nos anos 40, com a funcionalidade do Serviço de Recreação Operária (SILVEIRA, 2015).

A centralidade no lazer, a serviço do capital, se revela como parte do jogo que também desloca a compreensão do trabalho em seu papel estruturante na sociedade e na construção da autonomia dos indivíduos.

Vejamos o exemplo recente, verbalizado em 2014, quando um dos membros da OIT, Jon Messenger⁴, afirmou que *as pessoas são mais produtivas com uma semana menor apesar da percepção de que com mais horas de trabalho os funcionários produzem mais mercadorias ou serviços*. Falando sobre a redução da semana de trabalho de cinco para quatro dias, tal especialista, Chefe do Grupo de Condições de Trabalho, reforça limites de paradigmas centrados na manutenção do sistema capitalista.

Aparentemente a redução das horas de trabalho ludibria pela ideia de incremento do tempo livre, entretanto, como vimos na visão do especialista, representa mais uma artimanha para ampliar a receita e diminuir as despesas das classes patronais, cujo interesse está sempre direcionado na ampliação dos lucros e acumulação da produção.

Contraditório por si mesmo, observamos que o lazer está vinculado ao trabalho e ao mesmo tempo precisa dele desvincular-se, sobretudo pela perspectiva de um sistema de necessidades imposto e limitado pela divisão do trabalho (HELLER, 1974), que justifica o lazer em seu caráter exclusivamente funcional.

Tal acumulação, apreendida com a leitura de Marx (2003) na Primeira Parte do Capital, sobre “Mercadoria e Dinheiro”, faz parte da descrição provisória da sociedade capitalista, cuja riqueza foi concebida pela “imensa acumulação de mercadorias”. Mercadorias estas que em sua origem satisfazem as nossas necessidades e cujas características determinam seu valor de troca, que nos dias atuais cada vez mais é independente das propriedades de seu valor de uso, como consequência da crescente produtividade e das mudanças na estrutura social, que de acordo com Heller (1974) promovem a conversão de necessidades de luxo ou de ostentação em necessidades necessárias⁵.

4 Artigo publicado originalmente em 07 de outubro de 2014 pela Rádio ONU: http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2014/10/especialista-da-oit-cita-beneficios-de-se-trabalhar-quatro-dias-por-semana/#.VLbs-szHF_fk

5 Sobre o tema a autora diz que necessidades de luxo podem ser interpretadas como aquelas que, por costume, não pertencem à classe trabalhadora ou aquele objeto, ou consumo, que fica fora da capacidade aquisitiva da classe trabalhadora. Enquanto isso, as necessidades necessárias são aquelas surgidas historicamente e não dirigidas a mera sobrevivência (como as necessidades naturais), nas quais o elemento cultural, o moral e os costumes são decisivos e cuja satisfação é parte constitutiva da vida normal dos homens pretendentes a uma determinada sociedade.

É assim que observamos o lazer, necessidade de luxo ou necessidade necessária, transformado em mercadoria intangível, cujo valor de troca, antes indeterminado nas relações sociais independentes da divisão do trabalho, se concretiza pela imposição da dualidade tempo livre x trabalho, e pelo controle e monetarização do tempo, como fatores determinados e controlados pelo domínio do capital.

O VALOR DO LAZER, NO JOGO DA ESSÊNCIA E APARÊNCIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS

A história registra que a primeira transição do significado do lazer ocorre quando o homem abandona a relação integral com o meio ambiente e passa a ter domínio sobre a natureza. De acordo com McLean (2012), ao narrar o início histórico da recreação e do lazer, não existia uma distinção clara entre lazer e trabalho nas sociedades primitivas e pré-tecnológicas. Talvez por isso muitos estudos antropológicos registrem que vários artefatos descobertos foram instrumentos de trabalho ou de práticas religiosas aproveitados para fins de recreação. Arcos e flechas sem utilidade para a caça, instrumentos musicais desocupados, enfim tudo que não tinha uso em sua forma original era reutilizado para o jogo, a festa, a estética, o esporte, etc. Capturamos em Cascudo (2004, p. 580) a confirmação de nossa visão, quando o mesmo afirma que “a necessidade lúdica, o desejo de brincar, o uso de jogo é uma permanente humana”.

O processo de resignificação do lazer é dinâmico e sempre esteve associado ao conceito de liberdade, justificando que seu significado muda de acordo com o grau de como o homem se percebe e concebe a si mesmo, como um ser independente e separado, assunto que nos interessa tratar com maior profundidade em outro contexto de análise.

Na sociedade primitiva, o homem se percebia e se autodeterminava pela sua relação com a natureza, tão simbiótica que trabalho e lazer não apresentavam fronteiras, apenas se complementavam. Com a introdução a divisão do trabalho, na sociedade primitiva mais avançada, ocorre a transição do estado de natureza para o estado civilizado, que passa de uma vivência nômade para uma vivência fundada na propriedade privada, na criação e na agricultura, onde a relação com a natureza não se perde, mas começa a se distanciar, e outros domínios controlam o ser humano, um deles é o poder.

Para ilustrar o domínio do poder lembramos que da sociedade medieval até os dias atuais ainda é praticamente normal aplicar à vida cotidiana provérbios (na maioria coercitivos) que justificam condutas e regulam o pensamento popular sobre os mais diversos assuntos em sociedade. São máximas expressas em frases curtas rimadas, que

se popularizaram como modelo de instrução eclesiástica na Baixa Idade Média (BRAGANÇA JÚNIOR, 2012) e que ainda hoje preservam de forma atemporal e imutável a sua expressão linguística, apesar das transformações na forma e estética da fraseologia.

O antigo ditado “Mente vazia, oficina do Diabo”, é um exemplo dessa apropriação popular atemporal e imutável, representando um desdobramento daquilo que o filósofo e teólogo Ramon Llull registrou sobre a ociosidade no Livro dos Mil Provérbios⁶, escrito no ano de 1302. Em tal registro encontramos o que o pensamento llulliano julga como verdades e nos deparamos com ditados do tipo “A alma do bem que é ociosa é diligente do mal”, “Devido à ociosidade estás negligente para ganhar virtudes”, “Repreende a ociosidade com a consciência, a contrição e a devoção” e, para fechar de forma inusitada, “A ociosidade e a tristeza são vizinhas”.

Csikszentmihalyi também exemplifica esse entendimento torpe, advertindo sobre um ditado característico da ética protestante: “O homem honesto tem suas dores e depois goza o prazer; o servente goza o prazer e, em seguida, sofre a dor” (CSIKSZENTMIHALYI, 2010, p. 315, tradução nossa).

A ociosidade encarnou essa representação medieval, de inimiga da alma, e a falta do que fazer representa uma ameaça que “incentiva o desenvolvimento de atividades não virtuosas” de ocupação do tempo livre, que privilegiam a satisfação imediata ao invés da gratificação adiada.

Como foi dito, o lazer está diretamente relacionado com a forma das relações de produção e com as concepções de liberdade e tempo vigentes em cada época. Da sociedade pré-tecnológica à sociedade industrial foi uma distante caminhada, incessantemente marcada pela ruptura, especialização, divisão e separação funcional que caracterizaram a constituição da sociedade moderna, tornando quase unânime, entre os teóricos dos anos 50, que o lazer se tratava de um fenômeno da modernidade, com objetividade e foco na organização e funcionalidade do tempo livre.

Adotando a perspectiva protestante, desde as primeiras formas de capitalismo as concepções dominantes foram de lazer como meio e não como fim em si mesmo, criando-se o mito da liberdade em relação ao tempo, sendo que o “livre” significava o “fora do trabalho”, contribuindo assim para a formulação de um conceito de lazer funcional, que auxilia na resposta às necessidades de descanso e recomposição da força produtiva individual.

Com base nessa teoria, o conceito de lazer também se deturpa, pois se limita a compensação das horas trabalhadas, ganhando equivalência de tempo livre e con-

6 No livro, publicado em 1302, Ramon Llull defende o provérbio como instrumento que certifica de maneira breve a verdade de muitas coisas. São compilados em 52 capítulos organizados de forma hierárquica, como um código de virtudes, no qual são estabelecidos novos valores à sociedade.

formando o dualismo histórico entre lazer x trabalho, tal qual já predizia Aristóteles ao enunciar que trabalhamos para ter ócio e fazemos a guerra para ter paz. O detalhe deste enunciado é que tal benefício do ócio é perseguido por toda gente porém, em detrimento da classe forçada a trabalhar, usufruem em toda sua plenitude apenas o grupo que Thorsten Veblen designará futuramente de “classe ociosa”.

Na sociedade capitalista, que reúne em suas mãos tanto os meios de produção como a força de trabalho, a relação do homem com os seus processos de trabalho e de não-trabalho foi afetada de tal forma que, ao mesmo tempo que sacia as necessidades também cria uma nova série delas, dentre as quais podemos evidenciar o surgimento do “valor de troca do lazer”, baseado no embate entre a necessidade alienada, produzida economicamente e a necessidade não alienada, que caracteriza o “valor de uso do lazer”, como uma categoria positiva, que se aproxima daquilo que Heller (1974, p. 80) identifica em Marx como a necessidade do “homem socializado”.

No interior de um sistema de produção capitalista, com princípios liberais, o fenômeno do lazer foi cada vez mais desviado da sua origem de gratuidade e liberdade que possibilitaria este “homem socializado”, incorporando um dualismo existencial que impôs uma relação duradoura com o universo do trabalho, *sui generis* ao desenvolvimento das sociedades primitivas onde a diversão, os jogos, as festas, as brincadeiras e outras atividades espontâneas faziam parte do dia-a-dia, entremetendo instantes de trabalho e práticas sociais, já que o trabalho não era uma necessidade imposta ou obrigatória socialmente.

Perigosamente se atribui que nos dias atuais é possível recuperar essa integração dos momentos de tempo livre com trabalho, a partir do discurso de que a sociedade moderna aplica valores subjetivos associados aos mesmos prazeres do lazer em atividades laborais, que lhe são gratificantes. (DE GRAZIA, 1966; DUMAZEDIER, 1999) Ou, como expõe Adorno & Horkheimer (1981), associa o entretenimento como uma extensão do trabalho, na reprodução dos processos tecnológicos ou imitando produtos que serviriam ao próprio trabalho no capitalismo tardio. De qualquer forma, fica evidente que, na essência, o intervalo, denominado tempo livre, reproduz ideologias e condições de dominação sob a forma de entretenimento coletivo e alienado, figurando um “lazer aparente” muitas vezes promovido pelo próprio Estado.

Cabe ressaltar que, como direito social, o lazer é uma dessas prestações sociais que o Estado deveria atender, e que é reconhecido, nos protocolos internacionais vigentes e na Declaração dos Direitos Humanos, como um bem social indispensável, cujo avanço abre as potencialidades dos sujeitos em busca de uma vida com qualidade.

Sabemos, em contrapartida, que a influência do discurso ideológico dominante do

Estado interfere no senso comum da sociedade, resultando na negação da necessidade do lazer e incorporando um conceito depreciado e pejorativo para a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009), que o qualifica apenas para a “classe ociosa vebleniana”. Nos países que ainda não alcançaram uma cobertura de bem-estar social satisfatória para sua população, em que o Brasil se mostra como exemplo, a realidade cotidiana se expressa pela busca individual dos direitos mínimos de sobrevivência e por serviços e infraestrutura básica que atendam a maioria de uma população carente, com poucas expectativas para o lazer.

Ainda assim, diante de um quadro que parece desfavorável e marcado pelo valor aparente do lazer, consideramos relevante o estudo deste tema, pois é na qualidade do uso do tempo livre que são fundadas as bases do desenvolvimento humano, passando Soma-se ainda o fato de que mesmo nas condições mais adversas sempre existe um espaço para a manifestação da brincadeira, da festa, do jogo e de tantas outras manifestações de lazer, que fazem parte da “casa e da rua” da população brasileira, até o momento em que não estejam subjugadas ao valor de troca e à manutenção do capital desenfreado que transforma o tempo de vida, designado por Antunes (2009), em tempo controlado pelo capital.

A partir deste olhar concreto, nos propomos a analisar a essência do lazer que se revela como um exemplo de submissão das relações de hegemonia poderosas e duradouras, que expressam determinações econômicas, políticas, sociais e culturais produzidas pelo modo de produção capitalista – que determina a quantidade e a qualidade do tempo livre do trabalhador.

Podemos observar um círculo vicioso do lazer que se adapta às mudanças da ordem socioeconômica estabelecida e convive em função dos fatores ideológicos que a mantem, favorecendo a criação incessante de novos bens de consumo para o tempo livre, que não satisfazem as necessidades de desenvolvimento pessoal dos indivíduos, mas criam outras de caráter puramente efêmero, cujos produtos veiculados pela mídia, pelo Estado e pelas classes patronais encobrem a real essência que lhe precede. Citamos como exemplo a atuação do Governo Federal diante da estruturação de um programa de acesso a cultura para o trabalhador, que movimenta a indústria cultural e do entretenimento, privilegiando em primeira escala grandes estruturas de cinemas, livrarias e negócios lucrativos de padronização cultural e artística.

Pellegrin (2006, p. 108) caracteriza o santuário, onde se estabelecem as trocas comerciais desta indústria cultural de lazer aparente, como “um campo vasto de investimento e exploração de negócios lucrativos, uma vez que é possível trabalhar a partir dessa demanda de ‘felicidade’ pelo consumo” sob a exploração de uma oferta diversificada de viagens, espetáculos, esportes, compras, tecnologia, etc.

É uma realidade que expressa o abandono da economia produtivista por uma economia consumista que Bauman (2001) vai identificar como a passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida, caracterizando a mudança de paradigmas, com o abandono da centralidade no trabalho em direção à valorização do consumo, que caracteriza a modernidade privada, regulada e compulsiva.

A busca daquilo que socialmente é moldado pela sociedade e tem prestígio perante o outro também se insere nas contradições do lazer, que de uma forma geral atende várias expectativas, sejam elas significativas ou simplesmente espetáculos que concretizam a alienação. Refletir sobre essas contradições faz parte do desafio de avaliar o valor do lazer no jogo da essência e aparência das relações sociais capitalistas, bem como de discutir a adesão ou emancipação do lazer diante desse universo material, simbólico e instantâneo da denominada “modernidade líquida”.

Diante do jogo das relações sociais capitalistas a superação do “valor utilitário” do lazer por seu “valor de uso” exige uma mudança qualitativa difícil, que equipare os valores hedonistas (bem-estar, felicidade, prazer e diversão) com os atributos de uma experiência pessoal consciente, capaz de garantir benefícios individuais e coletivos, os quais caracterizariam uma resposta à demanda coletiva das classes sem disposição para o consumo, mas abertas ao que Cabeza (2000) define como um modo de ser e perceber, um estado mental ou um âmbito da experiência humana.

No entanto, podemos concluir que em termos de perspectivas sobre as políticas de lazer, existem duas vertentes fundamentais: a perspectiva do lazer como direito e necessidade atendida exclusivamente pelo Estado Elitista e outra, denominada de Pluralista, onde as políticas devem ter a participação da iniciativa privada e não-governamental, o que pressupõe múltiplas formas de autoridade e um governo aberto e acessível. Essa última perspectiva vem cristalizando uma tendência de questionamento sobre a exclusividade do público nas políticas de lazer, ideia que se sustenta pela crítica de autores como Ian P. Henry (1993) e Thomas Burton (1982). O último introduz em sua análise quatro setores diferentes como policy-makers, ou desenhistas dessas políticas, quais sejam: governamental, privado, voluntário e comercial.

A questão intrigante é que tal perspectiva se instalou como forma híbrida de neo-institucionalismo, contrária a abordagem centralizada no Estado elitista, de matriz weberiana, e fundada numa matriz pluralista, onde o Estado tem a função neutra de agregar preferências e integrar a sociedade em valores consensuais.

Ambas concepções de Estado tem seus perigos, pois, enquanto uma age em favor da elite burocrática, outro atende à mesma elite, numa ação vinculada à servidão aos valores centrais e consensuais, que no final das contas são definidos pela própria elite.

O que nos alerta diante desta realidade é que as condições de vida do cidadão brasileiro vêm se transformando de forma acelerada, influenciadas, sob a tutela do Estado, pelo metabolismo socioeconômico (MÉSZARÓS, 2002), afetando a formas de mobilidade, de moradia, de trabalho, de relação com o meio ambiente e de uso do tempo livre, entre outros aspectos. Tais mudanças são acompanhadas de forma precária e anacrônica, por meio de pesquisas, estatísticas e estudos sem caráter transformador, já que atendem ao padrão de manutenção das verdades aparentes, sem desvelar que propostas, como a do programa de acesso à cultura citado, tenham sua intenção atrelada à formação social capitalista.

Como definiu De Grazia, transformar tempo livre em lazer é uma tarefa difícil, e profetizando aquilo que hoje se materializa como realidade nas estatísticas, alerta para o seguinte:

A forma não crítica e imóvel que se emprega o tempo livre – em casa, nas tardes, em atividades que não requerem nem pensamento nem esforço, principalmente como expectador em uma poltrona – parece se relacionar com o ritmo e a concentração de trabalho [...]. (DE GRAZIA, 1966, p. 292, tradução nossa)

De fato, a pesquisa piloto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, durante a PNAD Continua em 2009, indica que o padrão de uso do tempo⁷ dos brasileiros que vivem no espaço urbano de cinco unidades federativas, se caracteriza, no aspecto do lazer, pela concentração de um maior número de horas na dedicação de atividades relacionadas ao “uso dos meios de comunicação de massa”, que de acordo com a CONCLA⁸, se referem às atividades de leitura, assistir televisão e vídeo, escutar rádio e áudio, uso do computador e visita a biblioteca.

Outras atividades que caracterizam o uso do tempo livre dos brasileiros foram as relacionadas aos “eventos culturais, hobbies e esportes”, que apesar da relevância do tempo ocupado não superam os “afazeres domésticos”, principalmente se consideramos o tempo disponível da mulher, que se dedica 1 hora e 31 minutos a mais que os homens. A “socialização” também ocupa um tempo significativo dos brasileiros, que registram um total diário de 2 horas e 21 minutos para conversar, participar em eventos sociais, fazendo ou recebendo visita.

Inevitavelmente, percebemos que o tempo dedicado ao trabalho consome, e tende a ampliar, a maior parte do tempo do brasileiro que realiza essa atividade,

7 De acordo com o IBGE o levantamento piloto sobre o uso do tempo deveria servir para formatar a pesquisas futuras do órgão sobre o tema mas até o momento, desde 2009, não se realizaram publicações de avanços, deixando uma iniciativa promissora para as políticas de lazer, sem continuidade e sincronia com a realidade.

8 A CONCLA disponibiliza as classificações estatísticas nacionais usadas no sistema estatístico e nos cadastros administrativos do Brasil e as classificações internacionais.

restando pouca oportunidade de tempo livre⁹ e refletindo aquilo já evidente no cenário da concorrência global, onde países da América Latina e Ásia, com salários mais baixos, representam a principal força do competitivo mercado de trabalho internacional, que amplia e generaliza formas de trabalho parcial e precário.

Não apenas o tempo de trabalho é consumido pelo sistema sociometabólico totalitário, mas o tempo de não-trabalho também. O risco dessa apropriação do tempo-livre pelo capital é a transformação daqueles instantes que seriam do “reino da liberdade”, indicado por Marx (2003), em tempo de alienação, fetichismo e estranhamento, ou seja, indicações que expressam o caráter capitalista da sociedade contemporânea e sua lógica destrutiva (ANTUNES, 2002).

Consequente da redução da jornada de trabalho ou quando este deixa de ser determinado por necessidade ou utilidade, o “reino da liberdade” constitui um ideal imprescindível para uma experiência valiosa de lazer, entretanto, pressionado pelo fetichismo da mercadoria e pelo controle do capital, tal experiência se torna alienante, resultando na preferência de atividades sem autonomia, motivação, criatividade e satisfação.

As pesquisas sobre o uso do tempo apontam esse caminho, já que a preferência dos brasileiros é por um lazer passivo, dedicado a utilização dos meios de comunicação, como a TV e a internet. A população não faz o aproveitamento do espaço público e do espaço de convívio coletivo no seu tempo livre de obrigações, seja pela atratividade da casa, como espaço de lazer ou pela desvalorização da função urbana do lazer por parte dos gestores públicos.

O fenômeno descrito vai ao encontro do que Santos (2005) denomina de urbanização corporativa, que caracteriza o panorama de ocupação e organização das cidades a partir do Brasil moderno, pós-1964.

Incentivada pela expansão capitalista patrocinada pelos recursos públicos, a urbanização corporativa favoreceu o interesse das grandes empresas, com modelos preestabelecidos de categorias espaciais, dentre as quais aquelas que atendem aos objetivos da especulação e dos interesses do capitalismo monopolista.

Vazios urbanos, circulação rodoviária sobrecarregada, proliferação de espaços habitacionais periféricos, carência de infraestrutura, marketing urbano e especulação imobiliária são apenas alguns dos fatores que contribuem para a urbanização corporativa e demonstram a problemática do crescimento urbano nas cidades brasi-

9 Situação que é bem diferente quando comparamos com os 18 (dezoito) países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, sem esquecer as diferenças internas que caracterizam esse grupo de países, tendo em vista que as horas dedicadas ao lazer por eles superam à média das horas de trabalho, favorecendo a prática de atividades de livre escolha, que compõem o leque de opções do lazer.

leiras. Acrescentando ainda a seletividade dos espaços podemos perceber que não houve nenhum esforço no sentido da socialização dos lugares, ou como diria Santos (2005), em favor da “cidade social”.

A cidade econômica prevaleceu até meados dos anos 90, quando as consequências do processo corporativo se evidenciaram na forma de um crescimento acelerado das áreas urbanas e conseqüentemente a metropolização intensa, principalmente nas regiões sul e sudeste.

A realidade ainda é mais agravante quando constatamos que foi a população de mais baixa renda a maior prejudicada por essa dinâmica urbana, conseqüência que se reflete na percepção dos equipamentos culturais, cada vez mais distantes quando menor a classe de renda familiar¹⁰.

A lógica do capital está presente em quase todas as instâncias de nossas vidas e no que tange ao lazer a realidade não seria diferente, pois a “indústria do entretenimento” investe crescentemente numa concepção de lazer baseada no efêmero, que Silveira (2015) vai destacar na concepção das “políticas de instante”, como aquelas cujo aprofundamento das ações é fluído e inconsistente, combinado com uma temporalidade instantânea e descontínua, concebidas sob a pressão de paradigmas que legitimam o discurso ideológico dominante e atendem de forma aparente a problemática do direito ao lazer.

A centralidade do lazer, que muitos autores profetizam deslocar o trabalho do núcleo de nossas vidas, não desloca consigo a subordinação das relações sociais ao capitalismo tardio, pelo contrário, está a serviço dele, e pasmem, tem o Estado como principal protagonista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se no jogo da aparência, tanto o Capital como o Estado (por meio de seus aparelhos ideológicos e coercitivos) representam o lazer como direito, tempo livre e conquista dos trabalhadores, na essência encontramos os reais fundamentos, que revelam um conceito de lazer utilitário, instrumental e sem sentido, que controla e persuade o trabalhador, enlatando experiências postas ao consumo por uma “sociedade do espetáculo”, de Debord (1994) ou da “euforia perpétua”, como designou o filósofo francês Pascal Bruckner (2002).

10 Sobre este tema, ver a pesquisa do INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social/SIPS. Cultura. 1 ed. [S.l.]: IPEA, 2010 e Sistema de Indicadores de Percepção Social/SIPS. Trabalho e Tempo Livre. 2 ed. [S.l.]: IPEA, 2012.

O lazer se engendra na dinâmica de produção capitalista, como um fenômeno que se assume como experiência e ao mesmo tempo como produto de consumo, no qual não existe materialidade, já que é intangível e se concretiza de forma diferente para cada indivíduo. Assim, se o sistema capitalista de produção cria os objetos necessários para o desfrute do lazer, a distribuição reparte de acordo com as leis sociais e a troca reparte novamente de acordo com as necessidades individuais, ou seja, uma tem origem na sociedade e outra no indivíduo, tal qual descreve Marx (2003).

Ao se configurar tal abordagem, lembremos que as mercadorias devem satisfazer as necessidades humanas, sejam necessidades do estômago ou da fantasia (Marx, 2003; Heller, 1974) e que o valor do lazer se encontra expresso justamente nesta segunda categoria, que sugestivamente compreende o reino da liberdade.

Socialmente produzidas, as formas de manifestação e desfrute do lazer estão repletas de valor de uso, porém só na sociedade capitalista se reverteram em valor de troca, da mesma forma que se configuram as necessidades criadas a partir da divisão do trabalho, que segundo Heller (1974, p. 23), determina e limita sua estrutura.

Seja pelo caráter descrito por Cascudo (2004) como permanente humana desejada pelo lúdico e pela liberdade ou em função da satisfação de necessidades provocadas pela divisão do trabalho, o que se atenta é que o lazer ampliou o seu espaço de troca e se adaptou facilmente às relações simbólicas da modernidade, encontrando outra forma de circulação ainda mais incansável, representada pelo metabolismo social do capital, que de acordo com Mészáros (2002) tem seu núcleo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado.

Tais relações simbólicas entram em harmonia com as expressões da aparência e da essência do lazer. Estas apresentaram diversas configurações ao longo da história, como podemos observar no decorrer deste texto, que evidenciou contradições que se revelam nas formas de resistência ou de alienação da sociedade.

Levando em conta que o capital condiciona uma violenta imposição no comportamento dos indivíduos, entendemos que o vínculo com o trabalho dá conta de fornecer uma importante contribuição para a compreensão aprofundada das relações sociais, inclusive dos aspectos da essência e aparência do lazer na sociedade atual, cuja totalidade concreta é expressa por representação e conceito das coisas em si (KOSIK, 2010), ou seja por aparência e essência, que são mutáveis em função da forma de produção material da vida social.

Por isso dizemos que a busca de conteúdos originais que revelam o lazer como necessidade humana e direito social conquistado, e também perdido, pela luta dos

trabalhadores, configura uma experiência e um conceito de lazer que, adotando o conceito de *flow*, do psicólogo Csikszentmihalyi (2010), é designada como experiência valiosa¹¹ “ou que convertem-se no maduro e completo ócio humanista, de Cabeza (2000). Esta perspectiva se traduz nas seguintes características do lazer:

- Experiência pessoal não obrigatória, livre e permitida ou que permite, seja o descanso, o desfrute, o desenvolvimento humano enfim, tudo que não for guiado por metas ou utilidade.
- Necessidade humana que tem fim em si mesmo e tem relação com o estado físico, emocional, intelectual e espiritual da pessoa.
- Fenômeno individual e social, de autoafirmação e identificação do indivíduo e seu coletivo.
- Satisfação que se garante pela motivação e exercício da liberdade percebida, em contraposição ao exercício da liberdade determinada. Supõe a liberdade “para” ao invés da liberdade “de”.
- Experiência de caráter processual que faz parte de nossas vidas por meio de um diálogo temporal entre passado, presente e futuro, conformando uma vivência completa para além de atividades objetivamente consideradas, como o mero passatempo ou a recreação compensatória.

Logicamente o alcance desse novo lazer só será possível com a desintegração da subordinação do trabalho ao capital, fato que segundo Mézarós (2002) já podemos vislumbrar como possível mediante vários indicadores, inclusive pela questionamento dos intelectuais à autoridade do capital, devido ao crescente desemprego e à clivagem entre a formação e as oportunidades de emprego. Outro aspecto que é levado em conta pelo autor como indicador é a crise do montante crescente que ele denomina de “tempo supérfluo”, para designar esse lazer cuja essência se manifesta na manutenção de um amplo segmento da população em “estado de apatia, divorciado de suas próprias capacidades intelectuais”.

Observando estes sinais é possível falar em outro tipo de lazer, a partir da emancipação do trabalho, não em termos da “sociedade do lazer”, livre do trabalho, mas como nova forma de trabalho, que Antunes (2002, p. 132) diz realizar, em sua integralidade, a omnilateralidade humana, o livre desenvolvimento de individualidades e a emancipação do ser social.

11 Essa relação é discutida por Monteagudo (2004) ao se referir nos repertórios de lazer..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. , HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: _____. A Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1981, p. 113–156.

AMIGO, Jaime Cuenca. Tiempo ejemplar: El ocio y los mundos vivenciales. In: CABEZA, Manuel Cuenca; GUTIÉRREZ, Eduardo Aguilar. El tiempo del ocio: Transformaciones y riesgos en la sociedad apressurada. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, 2009, p. 57-73.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas/SP: Cortez Editora, 2002.

_____. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo/SP: Boitempo, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editores, 2001.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. A fraseologia medieval latina. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2012.

BRUCKNER, Paschal. La euforia perpetua: sobre el deber de ser feliz. Barcelona/Espanha: Tusquets Editores S.A, 2002.

CABEZA, Manuel Cuenca. Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, 2000.

_____. Valores que dimanam del ocio humanista. In: ORTUZAR, Aurora Madariaga y AMIGO, Jaime Cuenca (Org.). Los valores del ocio: cambio, choque e innovación. Documentos de Estudios de Ócio. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, n. 43, 2011. p. 17-48.

CASCUDO, Luis da Câmara. Civilização e Cultura. São Paulo/SP: Global Editora, 2004.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. Leisure and Socialization. In: ROJEK, C. (Org.). Leisure studies. Los Angeles/EUA: Sage, 2010. 315-323.

DE GRAZIA, Sebastian. Tiempo, trabajo y ocio. Madrid/Espanha: Editorial Tecnos AS, 1966.

HELLER, Ágnes. Teoria de las necesidades em Marx. Barcelona/Espanha: Ediciones Peninsula, 1974.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

- KROPOTKIN, Piotr Alexeyevich. La conquista del pan. Bilbao/Espanha: Zero, 1973.
- LAFARGUE, Paul. O Direito à Preguiça. São Paulo/SP: Kairós Livraria e Editora, 1980.
- MARTONI, Rodrigo Meira. Por uma ontologia do espaço turístico: contribuições para uma consciência do real e do possível. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2014.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2003. (volume 3)
- _____. O Capital: Crítica da Economia Política. Coleção Os Economistas, São Paulo/SP: Abril Cultural, 1996. (Tomo 1)
- MCLEAN, Daniel. Kraus' Recreation and leisure in modern society. EUA: Jones & Bartlett learning, 2012.
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2002.
- PELLEGRIN, Ana de. Lazer, Corpo e Sociedade: Articulações críticas e resistências política. In: PADILHA, Valquiria. (Org.). Dialética do Lazer. São Paulo/SP: Cortez, 2006. p. 104-125.
- SAN SALVADOR DEL VALLE, Roberto. Políticas de ocio. Bilbao/Espanha: Universidade de Deusto, 2000.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo/SP: Edusp, 2005.
- SILVEIRA, Shaiane Vargas. Da Política de Instante à Política para o Instante. Uma crítica de políticas públicas de lazer no Brasil. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis/MA, 2015.
- VEBLEN, Thorstein. Teoria de La Clase Ociosa. Madrid /Espanha: FCE, 2002.
- WORLD LEISURE ORGANIZATION. International Charter for Leisure Education. Cedar Fall/EUA: WLO, 1993



Hospitalidade urbana e design de espaços públicos: a trajetória da Praça Almirante Tamandaré em Balneário Camboriú/SC. Brasil

Urban hospitality and the public space design: the path of Almirante Tamandaré Square in Balneário Camboriú/SC. Brasil

Heron de Sousa Arruda¹
Luciano Torres Tricárico²

-
- 1 Professor de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia e Design de Interiores. Pós-graduado em Programa de mestrado em Gestão de Políticas Públicas. Mestrando em Turismo e Hotelaria.
 - 2 Professor do Programa de Mestrado em Turismo e Hotelaria da UNIVALI. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

Resumo

Esta pesquisa objetiva resgatar a história da Praça Pública Almirante Tamandaré em Balneário Camboriú/SC, evidenciando sua importância para a cidade e para o turismo, pela posição privilegiada, por ser um espaço multifuncional e, sobretudo pela sua história impar, descrita por vários atores da gestão pública de Balneário Camboriú. No contexto desta história da Praça Tamandaré, pretende-se explicitar a relação da hospitalidade urbana e o design de espaço público e a sua implicação no turismo da cidade. Com relação à metodologia, a pesquisa será qualitativa, exploratória, com caráter fenomenológico, aliado ao uso da história oral como método para coleta de entrevistas, além de pesquisa documental em arquivos históricos e bibliografia de autores contemporâneos que pesquisam na área de turismo. Entre os resultados revelou-se que a atividade turística prescinde dos espaços públicos das praças da área central de Balneário Camboriú, da forma como se apresentam atualmente.

Palavras-chave: Turismo. Hospitalidade Urbana. Praças Públicas.

Abstract

This research aims to rescue the history of Almirante Tamandaré public square in Balneário Camboriú/SC, evidencing its importance to the city and to the tourism, considering its privileged position and that it is a multifunctional space and, above all, its unique history, described by several actors of public management and citizens that live in Balneário Camboriú city. In the context of the Tamandaré Square's history, the research intends to make explicit the relation between the urban hospitality and the public space design, as well as the consequent implications on the tourism of the city. Concerning to the methodology, the research will be qualitative, exploratory, of phenomenological character allied to oral history as the method used to collect interviews, besides documentary research in historical files and bibliographies of contemporary authors. Among the results proved that tourism dispenses public spaces of the squares of the central area of Balneario Camboriu, the way in which they currently have.

Keywords: Tourism. Hospitality. Public Squares.

1. INTRODUÇÃO

Balneário Camboriú se destaca no cenário turístico nacional como um destino turístico consolidado, por ter condições excepcionais de balneabilidade nas suas praias, por um patrimônio paisagístico de grande importância e localização privilegiada pela proximidade dos grandes centros do sul do país (Florianópolis 83 km, Curitiba 224 km e Porto Alegre 522 km).

Em 1964 elevou-se à categoria de município emancipado da cidade de Camboriú, tornando-se rapidamente um destino turístico com infraestrutura para atender a demanda, e este crescimento veloz levou ao Primeiro Plano Urbanístico, cujos estudos se iniciaram no final dos anos 60, no mandato do primeiro Prefeito Municipal eleito, Higino João Pio e foi apresentado como Plano Diretor em 1974, na gestão do prefeito Gilberto Meirinho (MEMORIAL, 2014).

O projeto seguiu o modelo de desenho da época, modernista, inspirado no projeto de Curitiba – Plano Preliminar de Urbanismo para Curitiba, dos escritórios Jorge Wilhelm – Arquitetos Associados e Sociedade Serete de Estudos e projetos Ltda. Os desenhos urbanos da época sofreram influência da escola racionalista da Europa (NERY, 2013) cuja reorganização criou grande repercussão e muitos adeptos das soluções “técnicas” de problemas urbanos, como menciona Marcelo Lopez de Souza (2013, p.123), quando se refere ao planejamento físico-territorial, elaborado como uma tentativa de estabelecer uma “cidade ideal”. A materialização do projeto carregava todo ideário modernista, a começar pelo *master-plan*, definindo a cidade na escala macro, com intenções de implantar uma nova realidade para o futuro da sociedade, a partir de mudanças na organização espacial.

A Praça Tamandaré originou-se na implantação do plano urbanístico referido acima, quando a obra da Avenida Atlântica, a avenida beira-mar que margeia quase todos os sete quilômetros da orla da praia principal, estava sendo executada (MEMORIAL, 2014). Em uma situação paradoxal, onde a solução para um impedimento legal do traçado original da via acabou gerando um espaço público não planejado inicialmente, conforme se propõe apresentar neste trabalho, no capítulo “Praça Almirante Tamandaré”.

Localizada no centro geográfico e geométrico da orla da baía, porém não só pela localização, mas por muitos aspectos este espaço se configura como privilegiado tanto pelo caráter multifuncional, como por exemplo: celebração de comemorações, manifestações e outros eventos artísticos, culturais, de lazer e de comércio, de produtos artesanais; e também por se constituir como referência e síntese da memória urbana, tornando-se então, uma parte importante da história da cidade.

Este artigo busca resgatar a história da praça e estudar a relação entre a hospitalidade pública e o design urbano que se evidencia na história deste espaço público. Estudos sobre hospitalidade relacionada com os espaços urbanos têm sido tema sobre o qual muitos autores têm se debruçado, apresentados com maior profusão nas últimas décadas, segundo Lúcio Grinover (2009, p.123), cujos textos abordam conceitos inovadores sobre a hospitalidade urbana, apontando para um entendi-

mento mais amplo do que o simples acolhimento. A prática da hospitalidade estaria condicionada à infraestrutura existente, como patrimônio construído atraente.

A noção clássica de hospitalidade é questionada também no trabalho de Luiz Otávio de Lima Camargo (2009, p.2), onde ele se refere como “espaço desejável” de inserção na cidade na qual o visitante ou turista chega. Neste trabalho apresenta-se a fundamentação teórica que caracteriza estes espaços públicos das praças e a importância do projeto (design) para que a população local se aproprie destes lugares e que esta identificação proporcione a hospitalidade.

Parte-se do pressuposto de que este espaço público destinado ao lazer e ao turismo, a praça pública Almirante Tamandaré, não atende aos anseios da população local, tampouco serve adequadamente à atividade turística. Ou seja, podem existir problemas de hospitalidade urbana relacionados com o design inadequado da praça do centro da cidade.

Para entender a praça é necessário compreender o fenômeno urbano que se relaciona com os projetos que deram início ao sistema viário do balneário, e o Primeiro Plano Diretor Municipal, conforme contrato constante nos arquivos do Memorial Prefeito Meirinho (MEMORIAL, 2014). Este assunto será tratado no capítulo 3 “Contexto político e o Plano Diretor”.

Quanto à relevância da pesquisa, pode-se dividir em dois aspectos, sendo o primeiro teórico e o segundo, o aspecto social que a pesquisa pretende interpor.

I – Relevância teórica: Propõe-se um avanço interdisciplinar na reflexão sobre o tema, tornando a abordagem ampla no sentido de proporcionar maior trânsito de conhecimentos, e verificar a relação entre design urbano e hospitalidade pública nos espaços públicos da cidade. Justifica-se também pelo ineditismo do tema, registrando uma história recente de espaço público em área de enorme importância turística. II – Relevância social: Resgate de parte importante da história da cidade e a manutenção de valores e crenças do imaginário social urbano com adequada interpretação dos conceitos de hospitalidade pública e design urbano.

Com relação à metodologia, a pesquisa será qualitativa, exploratória, com caráter fonomenológico, aliado ao uso da história oral como método para coleta de entrevistas. Será construída em duas etapas distintas: I. Parte documental e bibliográfica em fontes secundárias. II. Em campo: entrevistas com pessoas envolvidas com a história das praças de Balneário Camboriú: gestores das instituições públicas municipais.

O recorte temporal escolhido foi o período a partir da implantação do Plano Urbano de Balneário Camboriú SC, em 1974, quando da criação deste espaço público, até 2013, com a última intervenção no design da praça.

Entre os resultados revelou-se que a atividade turística prescinde dos espaços públicos das praças da área central de Balneário Camboriú, da forma como se apresentam atualmente.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na antiguidade greco-romana, a praça era o espaço público de maior importância na cidade e funcionava como o espaço vital (ROLNIK, 1992 p.28). A Ágora desempenhava um papel preponderante: era o *locus publicci* da vida cidadina, e ali se concretizava o conceito de cidadania. Já nas cidades contemporâneas, criam-se necessidades antes não observadas – de informação, simbolismo, de atividades lúdicas, de espaços de trocas³. O ambiente criado no meio urbano se constrói de acordo com as expectativas, interesses e necessidades humanas, mas também se dá ao inverso: os espaços públicos determinam comportamentos, favorecem trocas, proporcionam oportunidades e realizam encontros, diálogos, ou seja, “um espaço público onde se pratica a hospitalidade”. (GRINOVER, 2009, p.7).

As praças representam espaços de sociabilidade propícios ao convívio e ao encontro dentro do contexto da *urbi*. São símbolos, referências, reservas e vazios da malha urbana, funcionando como descompressão ao fornecerem ruptura na paisagem edificada.

Para entender a praça é necessário compreender a história da cidade, sua formação e antecedentes históricos, as demandas sociais e modelos adotados de urbanização que definiram e definem ainda sua morfologia, refletindo, em certa medida, uma forma de ocupação e apropriação do espaço próprio da cultura. Aldo Rossi (2009, p.13) refere-se à cidade como memória coletiva dos povos; e como a memória esta ligada a fatos e a lugares, a cidade é o *locus* da memória destes; “princípio característico dos atos urbanos”. A memória coletiva se torna a própria transformação do espaço, e essa memória coletiva permite o entendimento da estrutura urbana e a sua relação com a coletividade.

Constantemente vemos a cidade se tornar uma mercadoria e o *city marketing*⁴

3 O conceito de Espaços de Trocas aqui utilizado, é amplamente discutido em “O Direito à Cidade”, de Henri Lefebvre LEFEBVRE (1991).

4 City Marketing (ou branding) é promoção da cidade ou parte dela, com o objetivo de incrementar determinados eventos ou atividades e costuma ser utilizado para enaltecer as características de um lugar, atraindo turistas. A “marca” de uma cidade serviria como propulsor de comercialização da cidade como um produto. A autora Fernanda Sánchez em seu livro “A reinvenção das cidades” discorre longamente sobre o advento do city marketing e a emergência de um mercado mundial de cidades, traçando um paralelo entre Curitiba no Brasil e Barcelona na Espanha, como sendo expressões emblemáticas das novas formatações urbanas.

pode se opor à *polis*, o mercado subordina, às vezes elimina a ágora. Cidades-imagens têm muito mais relação com o mercado do que com a vida cidadina onde temos cada vez menos cidadãos e cada vez mais acionistas da empresa cidade e os turistas tornam-se consumidores da cidade-mercadoria (SANCHEZ, 2002, p.49). Dentro deste contexto, a hospitalidade passa a ser refém dos investimentos em atratividade. Constroem-se atrações com intuito de angariar turistas para estes espaços edificadas, mas que representam uma imposição para a população local. Criam-se cenários, cada vez mais e mais caros, destinados à visitação pública, para sustentar um nível de atratividade mantendo a estatística alta de clientela turística.

O que tem um efeito negativo é a “maquiagem” de alto custo de algumas cidades, que drenam a economia local, em detrimento dos investimentos básicos necessários para a qualidade de vida dos moradores. Por outro lado, as praças podem ser o *lócus* adequado para diminuir barreiras físicas e simbólicas dentro do contexto urbano. Na história do ocidente a praça pública foi sempre o lugar hospitaleiro por definição, reunia funções de convívio, comércio livre, manifestações de toda ordem e referência da cidade.

A praça é um logradouro do espaço turístico urbano, para Boullón (2002, p.189), que a conceitua como área nítida, relativamente pequena diante da superfície total de uma cidade, mas muito importante na formação da imagem turística da mesma. Fábio Robba e Silvio Soares Macedo (2010, prefácio) definem a praça como espaço livre urbano, destinado ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos.

A praça pode ser a versão atual da Ágora, onde a hospitalidade se realiza, também por ser um espaço livre e democrático e hoje alicerçado nos preceitos fundamentais da sustentabilidade. O tema sustentabilidade é muito frequente nos artigos que tratam de espaços públicos urbanos. Por ser tão relevante em questões relacionadas com a qualidade de vida, ganham muito destaque e a praça pública se enquadra como um reduto da vida social saudável. Quando se propõe revitalização de centros de cidades, as praças deverão se tornar espaços privilegiados, tanto por serem multifuncionais, como por carregarem um conteúdo simbólico forte no imaginário coletivo.

A discussão conceitual encontrada na produção científica, relacionada com o tema aqui proposto, leva a considerar que, transportando os conceitos levantados para o objeto desta pesquisa, encontramos que o espaço estudado não corresponde exatamente à Ágora, por não comportar a característica de ponto de encontro, convergência ou manifestações sociais. Não é espaço de trocas ou um espaço público onde se pratica a hospitalidade, como foi sugerido por Lúcio Grinover (GRINOVER, p.127), mas se configura como um “vazio urbano”, espaço não edificado e disponível na malha urbana, perdendo muito do seu caráter hospitaleiro.

A Praça Almirante Tamandaré tem sido utilizada, desde a sua criação até a atualidade, como um espaço disponível para eventos, muito distante do que a população local se refere como o projeto ideal.

As entrevistas dos atores que participaram de alguma forma no processo de implantação do projeto da cidade demonstram que, apesar das constantes alterações na morfologia do lugar, a praça nunca esteve apropriada para estes moradores. Com a utilização do modelo de análise do Discurso do Sujeito Coletivo, DSC (Lefèvre e Lefèvre, 2000) foi detectada a ideia de praça pública idealizada pelos entrevistados, sendo recorrente a referencia aos jardins, playgrounds, quiosques, espaços para atividades físicas, bancos, serviços, e água (chafariz ou espelho d'água). Como a praça não oferece estes itens apontados como importantes para as pessoas, as expressões mais utilizadas foram “desconfortável” “não aconchegante” “sem equipamentos” e “sem atrativos”. Os poucos que se referiram ao espaço disponível para eventos, utilizaram a palavra “necessário” ou a expressão “tem que ter algum lugar para este fim”, demonstrando aceitação, com resignação da praça como um lugar vazio, para eventos apenas.

3.CONTEXTO POLÍTICO E O PLANO DIRETOR

Neste trabalho enseja-se relatar a história que se inicia com a implantação do Plano Urbano para a cidade de Balneário Camboriú, em 1974, cuja obra deu origem de maneira acidental, à Praça Almirante Tamandaré, segundo relato de alguns moradores que tiveram envolvimento com este projeto urbanístico.

No ano de 1973 o Brasil vivia sob o regime militar e o presidente vigente era o General Emílio Garrastazu Médici, cujo governo esteve entre os anos denominados de “anos de chumbo”⁵ (D'ARAUJO, *et al* 1994). O Programa de Governo se estruturava na execução do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 1973), que tinha por objetivo promover o crescimento econômico do País. Ainda alimentado pelo desenvolvimentismo⁶ que predominou nos governos militares no Brasil, o país captou muitos empréstimos no exterior e investiu em obras de grande porte em

5 A expressão passou a designar esse período de radicalização política, também fora da Europa — particularmente nos países do Cone Sul. Os Anos de Chumbo estão descritos no livro de mesmo nome de D'ARAUJO, M.C. SOARES, G.A.D. CASTRO, C. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

6 Desde os anos 1930 o Nacional Desenvolvimentismo exerceu uma forte influência ideológica e política nos principais debates da agenda nacional, até o seu ocaso nos anos 1990 com a ascensão do neoliberalismo. O desenvolvimentismo é uma política de resultados, e foi aplicado essencialmente em sistemas econômicos capitalistas, como no Brasil (governo JK) e no governo militar, quando ocorreu o “milagre econômico brasileiro”. O desenvolvimentismo foi uma resposta aos desafios e oportunidades criados pela Grande Depressão dos anos 30. Os projetos nacionais de desenvolvimento e industrialização na periferia nasceram no mesmo berço que produziu o keynesianismo nos países centrais. (Centro Celso Furtado).

todo o território nacional. Destes investimentos públicos surgiu o que se chamou de Milagre Brasileiro (SINGER, 1972).

Durante este período circunstancial da vida brasileira instaurou-se um pensamento ufanista de “Brasil potência”, que se evidenciou com a conquista da terceira Copa do Mundo em 1970 no México, quando vigorou o mote: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, que veio a exercer alta influência nas bolsas de valores brasileiras iniciada ao final da década de 1960 e resultou em um clima de euforia generalizada – incentivado por canções como Pra frente Brasil –, apelidado pelo autor de vários livros sobre este período, Elio Gaspari (2002) de “*patriotada*”. Segundo Reinaldo Gonçalves (2002), professor da UERJ e economista, o período do milagre econômico foi o que gerou maior crescimento do país desde a Proclamação da República. A proposta do ministro do Planejamento, Delfim Neto, consistia em concentrar a renda, formando um “bolo econômico”, a ser posteriormente dividido.

Em 1973 ocorreu a crise mundial do petróleo, que para o Brasil trouxe como consequência arrocho salarial, o desemprego, a recessão, o endividamento externo, o inchaço da máquina pública, a desnacionalização da economia e desperdício de recursos públicos.

Neste contexto inicia-se em Balneário Camboriú o governo municipal de Gilberto Américo Meirinho (iniciado em 1973 foi até 1977). A cidade contava com uma população de pouco mais de 10 mil habitantes⁷, segundo documentos do Arquivo Histórico da Cidade, e uma estrutura fundiária irregular, baseada nos assentamentos que se instalavam, nem sempre com respaldo legal no uso destas ocupações.

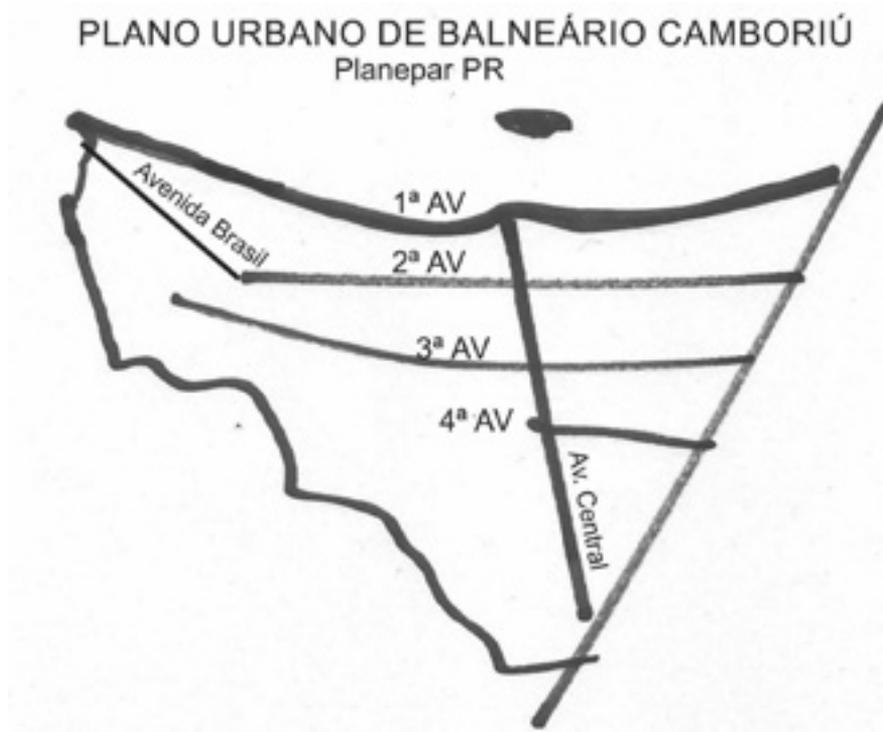
O prefeito recém-empossado contratou a empresa paranaense Planepar (**Plane-par**- Organização de Planejamento Técnico e Econômico) de Curitiba, com o intuito de dar continuidade ao Plano Urbano para a cidade de Balneário Camboriú, cujo estudo feito na gestão do Prefeito Higinio Pio já delineava o sistema viário e a numeração das ruas da cidade. (MEMORIAL, 2014).

Contando com uma grande equipe multidisciplinar, a empresa produziu um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, apresentando então, um conjunto de propostas para o desenvolvimento do município: cadastro técnico municipal, o projeto executivo do sistema de abastecimento de água, o projeto dos esgotos sanitários e o plano diretor do município do Balneário Camboriú, que seria o norte de todas as ações concretas de intervenção sobre o território, pelo setor público ou por qualquer outro agente.

7 Fonte: de acordo com dados fornecidos pelo Arquivo Histórico, Balneário Camboriú em 1970 contava com 10.180 habitantes.

Todo o trabalho foi orientado pelo prefeito e seus assessores diretos, sem participação dos moradores locais ou de seus representantes eleitos da câmara de vereadores, tal como comenta o Engenheiro Jorge Otávio Cachel, em entrevista aos autores desta pesquisa (informação verbal)⁸. Com tais características tecnocráticas e um discurso positivista, o projeto urbano veio com inspiração no modelo de Curitiba PR, com alguns princípios do urbanismo modernista, na divisão da cidade em zonas funcionais, a transformação de ruas em avenidas, a hierarquização do sistema viário em dois eixos principais (longitudinal e transversal) e a identificação das necessidades segundo um critério técnico, porém sempre amparado no conceito de “cidade para as pessoas”, conforme a fala do prefeito Gilberto Meirinho em entrevista para Paulo Leme (LEME, p.212). Na ilustração abaixo vemos o traçado do sistema viário proposto, inspirado no modelo modernista de Brasília.

ILUSTRAÇÃO 1. Croquis do Plano Urbano.



Fonte: Memorial Prefeito Meirinho.

8 Informação obtida do Engenheiro Otávio Cachel, secretário municipal de obras em 1974, em entrevista realizada em 25 de janeiro de 2014.

O critério adotado foi a escala humana, as avenidas não muito largas e com calçadão central, calçadas amplas (para os padrões da época) inclusive na beira-mar.

O passeio público da Avenida Atlântica foi determinado por decreto (Decreto nº 707 de 17 de fevereiro de 1974.)⁹ quando foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação na faixa de terras de marinha com a largura de seis metros em toda a extensão da Avenida. Não obstante o Código de Normas e Instalações, criado pela Planepar, prever calçadas largas na orla, muitas residências possuíam muros demarcando a propriedade até a faixa de areia. O prefeito Meirinho ordenou a derrubada destes muros, originando um embate judicial e dividindo a população entre os que viam na medida “uma arbitrariedade descabida” e os que percebiam no episódio uma “modernização da cidade, com a avenida e calçadão” (LEME, 2010).

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina deu ganho de causa para os reclamantes, permitindo que os ocupantes das terras de Marinha reconstruíssem os muros fora do alinhamento previsto pelo Código de Posturas da prefeitura, não levando em conta que as terras de frente para o mar são por lei, da Marinha do Brasil, conforme o artigo 180 da Constituição (JUSBRASIL, 2014).

O referido artigo ofereceu embasamento ao projeto, pois o texto determina que, a 33 metros da preamar média seguindo o mapa de 1831, todas as terras serão de propriedade da Marinha, e geridas pelo Serviço do Patrimônio da União. Este instrumento da lei permitiu que o prefeito, com o apoio da Marinha (CPSC – Capitania dos Portos de Santa Catarina), decretasse o suporte legal do calçadão, que foi sancionado pelo poder público local.

4.A PRAÇA ALMIRANTE TAMANDARÉ

A lei nº 104 de 15 de julho de 1969 criava um espaço desapropriado onde hoje está a praça pública, sendo posteriormente criada uma lei, de nº 113 em 29 de agosto de 1969, para denomina-la oficialmente como Praça Almirante Tamandaré, nome do patrono da Marinha do Brasil, título de Joaquim Marques Lisboa, tido como personagem heroico em guerras do Brasil Imperial. No entanto este espaço público não havia recebido nenhum tratamento ou projeto de apropriação real. Nem sequer havia uma área demarcada neste local, dando margem a ocupações indevidas.

O escritor Paulo Leme (2010) descreve no seu livro “O Semeador” a trajetória da urbanização da cidade neste período, com depoimentos dos atores envolvidos,

9 Fonte: Arquivo Memorial Prefeito Gilberto Américo Meirinho.

notadamente os agentes do setor público municipal. Com base neste relatos, nos documentos dos arquivos do Memorial Prefeito Meirinho, entrevistas com o secretário de obras, com o diretor administrativo e com funcionários do município deste período histórico, tomam-se como subsídios para este construto que, se não pode despir-se totalmente do filtro dos valores próprios dos autores, impõe-se um certo rigor metodológico para imprimir veracidade na pesquisa.

A questão das propriedades muradas até a faixa de areia da praia central de Balneário Camboriú não foi o único obstáculo encontrado pelo poder público, quando da execução da obra da Avenida Atlântica. No curso da nova avenida havia um tapume de obras, fechando uma área que, segundo os supostos proprietários, era privativa e um projeto aprovado permitia que ali se construísse um edifício. O prefeito, afirmando a não existência desta autorização, ordenou a derrubada do tapume e retirada de todo o material e pessoal do local, permanecendo ali, onde está até os dias de hoje, estacas do edifício iniciado. Determinou então que se contornasse a área, assim a avenida teria um desvio, mas não iria ser obstruída por um processo moroso na justiça. Com esta atitude, anexou-se esta área em litígio à orla, impedindo definitivamente qualquer edificação que não fosse pública. A reação foi imediata, com a prisão do calceteiro Candido, que trabalhava no calçamento da via pública, com o pedido de impugnação do mandato (*impeachment*) do prefeito e ordem de prisão para o secretário de obras. Novamente a interferência da Capitania dos Portos foi decisiva na solução *sui generis* da cidade, apoiando o prefeito, expedindo documentos defendendo como legítima a ação da prefeitura municipal¹⁰.

Em contrapartida a praça recebeu o nome do patrono da Marinha, com busto do homenageado, provocando indignação na população local, cujo primeiro prefeito eleito havia sido executado há pouco tempo (03/03/1969) na Capitania dos Portos da Marinha (CNV, 2014).

O exercício do poder, propiciado pela ditadura militar foi preponderante na história da praça. Assim como a imposição dos projetos desenvolvidos no gabinete do prefeito, todos os empenhos foram feitos no sentido de consolidar o balneário como destino turístico. O design dos espaços públicos foi submetido à esta orientação política.

Nestes quarenta anos de existência a Praça Tamandaré passou por três grandes transformações. Sua trajetória histórica do ponto de vista funcional transcorreu

10 Boletins da Capitania dos Portos estão na íntegra no Arquivo Histórico de balneário Camboriú. Dia 23 de fevereiro de 1974, o boletim nº3 com o título “MARINHA ALERTA”, A Capitania dos Portos de Santa Catarina alertava sobre o uso das terras sobre posse da Marinha do Brasil e a possível demolição de edificações irregulares, baseado no decreto federal nº 50.114 de 26 de janeiro de 1961.

com mudanças no uso e na apropriação de seu papel no contexto urbano. O conceito inicialmente era de um espaço destinado para eventos, onde foi instalada uma grande estrutura metálica de treliças espaciais e cobertura de policarbonato.

Havia então a intenção de propiciar apresentações públicas em uma área protegida e privilegiada pela localização na orla marítima da cidade. Em alguns momentos o espaço público foi visto também como um campo propício para divulgação de atividades de empresas privadas. Durante os anos 1985 até 1987 a cobertura da praça ostentava a logomarca da empresa construtora H. Schultz, de propriedade do prefeito neste período, em uma das atitudes usurpadoras do poder instituído se apropriando do espaço público. Na ilustração abaixo se pode ver a Praça Tamandaré com a cobertura e logomarca.

Figura 2. Praça Almirante Tamandaré 1983

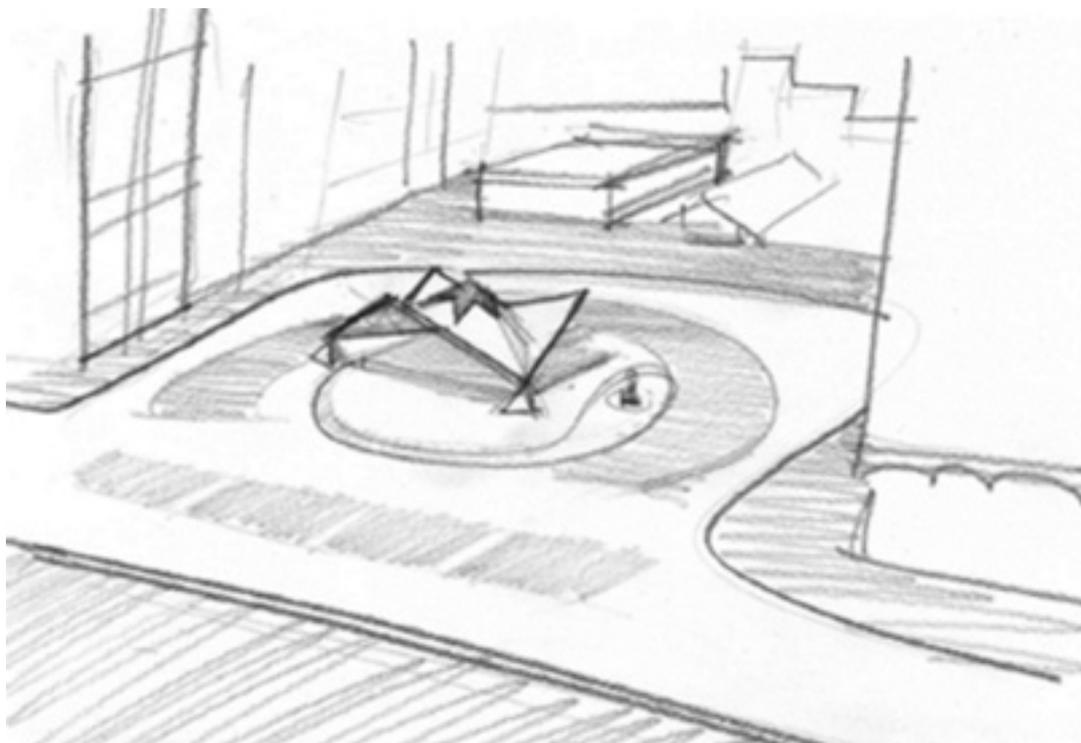


Fonte: Croquis do autor

Posteriormente a praça ganhou um novo conceito, como o desenho de um palco,

com vários níveis construídos em degraus, que favoreceriam as apresentações, com espaço para o público assistir. A política urbana estaria fundamentada na demanda turística e em propiciar atrações para esta demanda.

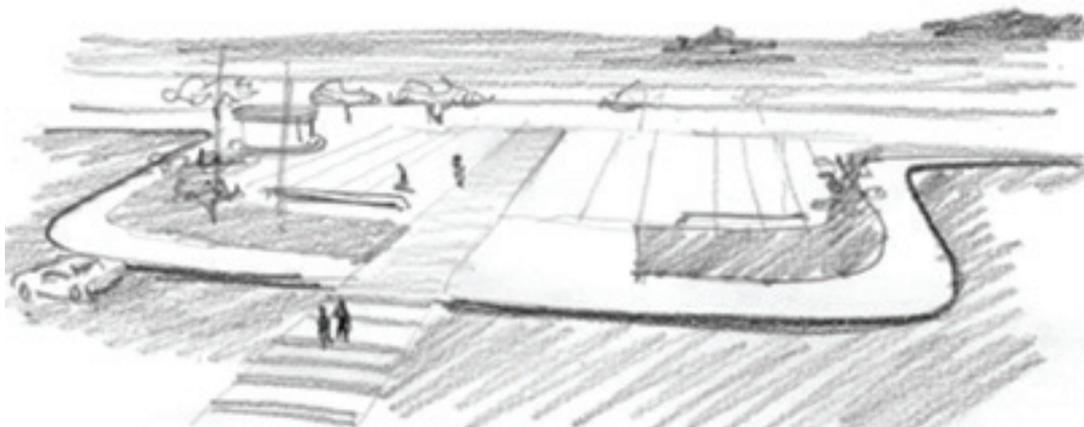
Figura 3. Praça Almirante Tamandaré 1990



Fonte: Croquis do autor

Com relação ao aspecto da representação simbólica, a praça está temporalmente delimitada pelo significado que a história lhe concedeu. Sem projeto que lhe defina a identidade, sem acessibilidade por sua localização incômoda, entre o fluxo intenso e o limite das barreiras físicas construídas, sem legibilidade na sua indecifrável concepção fragmentada em planos, para usar uma breve análise baseado nas três dimensões fundamentais descritas por autores contemporâneos, como Lucio Ginover (2006, p.30).

Figura 4. Praça Almirante Tamandaré 2013



Fonte: Croquis do autor

Na última revisão estética e funcional em 2013, adotou-se o espaço cívico como conceito, o espaço vazio, livre para eventos, porém com ênfase na circulação e lazer passivo. O conceito de espaço livre desenvolve-se como ordenamento espacial produzindo a dissolução da praça tradicional, como menciona Junia Caldeira (2007, p.8). A questão formal é predominante, pois existe um grafismo que se observa apenas do alto, orientando o fluxo.

Na fala do ex-diretor da Secretaria do Estado para o Turismo, SANTUR, e ex-secretário municipal de turismo, Osmar Nunes Filho¹¹: -“As gestões municipais priorizaram sempre a captação de volume de turistas”. A quantidade de pessoas na praia era motivo de comemorações. O turismo de massa, ou turismo de sol e praia, de baixo custo, passou a ser a característica do local. Com esta política a cidade definiu toda sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, organizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e para o lazer. O espaço público passou a ser utilizado como atração turística apenas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço escolhido para a pesquisa está no centro geográfico e geométrico da praia central de Balneário Camboriú. Configurando-se, portanto como uma área rara e cara, circundada de edifícios de alto luxo, em um balneário prestigiado pelo turismo nacional e estrangeiro.

¹¹ Entrevista concedida em 11/02/2013

O presente trabalho procurou entender a relação da hospitalidade e o design de seus espaços públicos, utilizando a trajetória deste, especial para a cidade, e a implicação que poderia ter na atividade turística local.

No discurso dos moradores encontrou-se a crítica aos projetos destes ambientes como não identificados com a população local. Como o discurso é algo construído social e historicamente, o entendimento exige obrigatoriamente uma análise do passado da cidade. Tratou-se de buscar na linha do tempo os dispositivos que supostamente teriam conduzido à construção da cidade de forma alheia aos desejos dos moradores.

A história desta praça, iniciando com o primeiro plano diretor da cidade até a atualidade, mostra um contexto de grandes equívocos, desde o aspecto ambiental, com o ambiente modificado em função do crescimento rápido e que prestigia empreendimentos da construção civil, desconsiderando questões importantes, como a sustentabilidade no lugar. Equivocado também, o caráter ideológico, com a inspiração modernista na concepção urbana contida no projeto de 1974: a praça com grande dimensão morfológica, mas transformada em espaço vazio, desarticulado do cotidiano, sendo utilizada apenas para eventos da atividade turística.

De forma transversa, também o nome da praça que homenageia o patrono da Marinha, assim como o monumento do Almirante, se configuram como uma imposição para o reconhecimento do espaço como praça pública.

Apesar da praça ter surgido como uma “salvaguarda” contra a voracidade dos que tomavam para si partes públicas do território, o destino dado à esta porção pouco contribuiu para a apropriação dos moradores locais. Pouco se investiu nestes espaços para torna-los lugares com acessibilidade, fornecem pouca legibilidade, por possuírem signos pouco definidos. Tampouco se percebe identidades próprias: análise das práticas e representações presentes nos espaços leva a perceber que o sentimento de pertencimento ao local ainda não tem respostas como identidade própria ou apropriada.

Porém, cabem ainda novos estudos que aprofundem a questão centrada nos territórios e nas suas especificidades, onde se destaca o patrimônio e os valores patrimoniais. Outros espaços públicos de praças na área urbana possuem características totalmente diversas destas aqui pesquisadas.

A valorização e promoção destes espaços, tornando-os acessíveis, legíveis e identificados, atendendo adequadamente a população local, pode ser um modo de galgar níveis de qualidade na atividade turística, dispondo de lugares com condições excelentes para receber turistas.

O que se pesquisou até a presente data (2014) em entrevistas abertas aos moradores¹², leva a crer que os projetos urbanos desenvolvidos pelo poder público local não estão em sintonia com a opinião da coletividade e os canais de comunicação com os gestores não estão funcionando.

A via democrática é a mais penosa e demorada, mas é a única verdadeira, nas palavras de Klaus Frey (2001), apontando para um equívoco comum das cidades turísticas: não considerar os desejos da população local, privilegiando as iniciativas para a demanda turística. A hospitalidade não pode se sustentar com “atrações construídas”, se a população não aprovar os projetos.

Este artigo buscou resgatar a história da praça e estudar a relação entre a hospitalidade pública e o design urbano que se evidencia na história deste espaço público. Porém é uma perspectiva parcial de um cenário muito amplo dos espaços públicos urbanos valiosíssimos, cujos projetos deveriam estar alinhados com os interesses da população local. Sugere-se que este estudo seja estendido para outros espaços públicos da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOULLÓN, Roberto. Planejamento do espaço turístico. Bauru: EDUSC, 2002.

CALDEIRA, Junia. A Praça Brasileira. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, 2007.

CAMARGO, Luiz O. L. A pesquisa em hospitalidade. Intercon – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Santos: XXX Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação, 2007

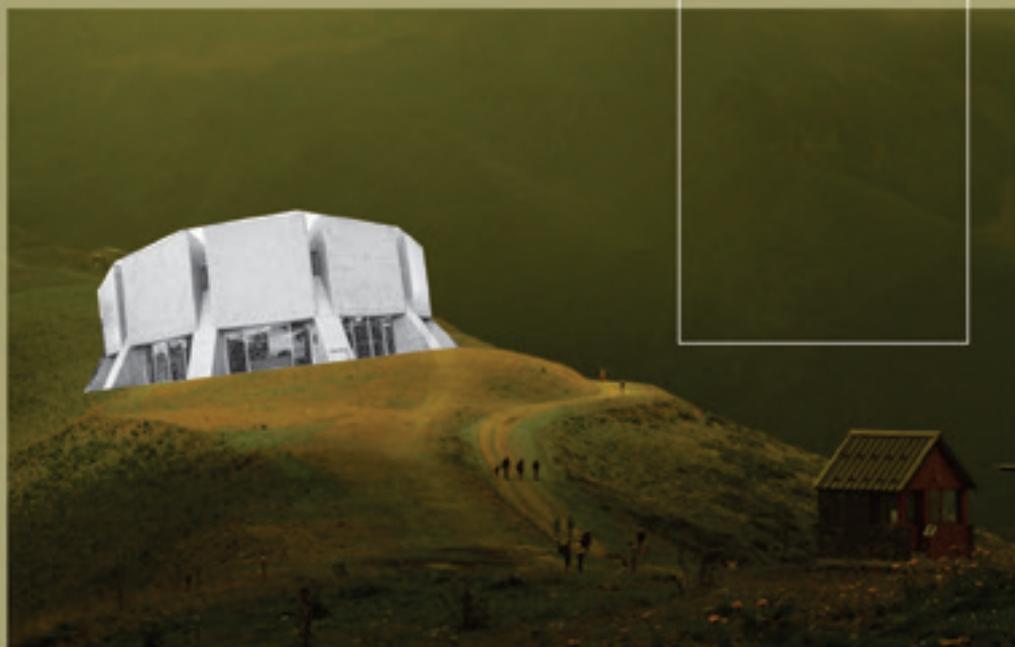
CNV. Comissão Nacional da Verdade. Laudo da morte do prefeito. Disponível em: <http://www.cnv.org.br> acesso em: 29/02/2014.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares et al. (Ed.). Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Relume Dumará, 1994.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. Ambiente & Sociedade, v. 9, n. 1, p. 115-148, 2001.

12 As entrevistas realizadas para a pesquisa de dissertação de mestrado de Turismo e Hotelaria serão apresentadas no Trabalho “Hospitalidade Urbana e Design de Espaços Públicos Urbanos: a trajetória das praças públicas na área central de Balneário Camboriú SC/Brasil” realizado pelos autores.

- GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e desnacionalização. Paz e Terra, 1999.
- GRINOVER, Lucio. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano III, n.2, p. 29-50, 2. Sem. 2006.
- JUSBRASIL. www.jusbrasil.com.br JUSBRASIL> www.jusbrasil.com.br/topicos/.../artigo-180-da-constituicao-federal-de-1937. Acesso em: 13/03/2014.
- LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramento) Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
- LEME, Paulo. O sementeiro – vida e obra de um sementeiro. Balneário Camboriú: Editora Taqui, 2010.
- MEMORIAL PREFEITO MEIRINHO. Arquivo de documentos da gestão pública municipal. Balneário Camboriú, 2014
- NERY, Raquel da Costa. Urbanismo Moderno. IPHAN, 2013.
- PND. Plano Nacional de Desenvolvimento 1973. www.Planalto.gov.br. Acesso em 03/10/2014.
- ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. Praças brasileiras: Public Squares in Brasil. São Paulo: Edusp, 2010.
- ROLNIK, Raquel. Anais: Seminário de história da cidade e do urbanismo. São Paulo: vol. 2 Ed. 1 p. 27-29. 2012.
- ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martin Fontes, 2001.
- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades. Chapecó: Argos, 2002.
- SINGER, Paul Israel. O "milagre brasileiro": causas e consequências. CEBRAP, 1972.



A patrimonialização de São Luiz do Paraitinga: a refuncionalização turística e a preservação do patrimônio cultural

The heritagisation São Luiz do Paraitinga: the tourist refuncionalization and the preservation of cultural heritage

Carlos Murilo Prado Santos¹

¹ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Instituto Taubaté de Ensino Superior (ITES), Taubaté, São Paulo, Brasil. E-mail: muriloslp@gmail.com.br

RESUMO

Com base em uma leitura espacial, foi feita uma análise do processo de refuncionalização turística que vem se dando no centro urbano de São Luiz do Paraitinga - uma pequena cidade localizada no Vale do Paraíba do Sul paulista e que preserva um significativo patrimônio cultural que remete à memória da cafeicultura e do caipira na região. A partir do processo de patrimonialização e refuncionalização turística, deu-se início a um processo de urbanização turística na cidade com vistas a adaptá-la ao recebimento de turistas, o que vem desencadeando na resignificação de suas materialidades e imaterialidades, agora, transformadas em produtos turísticos. Assim, a partir da análise do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga, foram feitos alguns apontamentos sobre a relação dialética entre a preservação do patrimônio cultural e a refuncionalização turística, visto que o desenvolvimento do turismo no lugar é pautado na patrimonialização do seu núcleo urbano.

Palavras-chave: Patrimonialização, Refuncionalização Turística, Produção do Espaço, São Luiz do Paraitinga.

Abstract

Based on a space reading, an analysis was performed in the tourist refuncionalization process, which has been going on in the inner city of São Luiz do Paraitinga, a small town located in Vale do Paraíba do Sul, São Paulo, which preserves a significant cultural heritage referring to the memory of coffee and rustic in the region. From the process of heritagisation and tourist refuncionalization, a tourist urbanization process was initiated in the city in order to adapt it to receive tourists, which has promoted there definition of their materiality and immaterialities, now turned in to tourist products. Thus, from the analysis of the cultural heritage of São Luiz do Paraitinga, some notes were made on the dialectical relationship between the preservation of cultural heritage and tourism refuncionalization, since the development of tourism in the place is based on the heritagisation of its urban core.

Keywords: Heritagisation, Tourist Refuncionalization, Production of Space, São Luiz do Paraitinga.

PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO: PROBLEMAS E HORIZONTES

Ao escrever e pesquisar sobre o patrimônio cultural brasileiro, logo de início se é levado a alguns questionamentos que a temática coloca. Como classificar um patrimônio cultural dentro dos espaços das cidades contemporâneas, sendo que o que é visto e tratado como patrimônio cultural são as práticas e interações socioespaciais

cotidianas. Esta questão se torna mais complexa, pois, com a valorização estética dos espaços das cidades (Harvey, 2006) e a sua rápida transformação em produtos voltados ao entretenimento na qual as formas espaciais, materiais e imateriais passaram a ser espetacularizadas, o que e como classificar um patrimônio cultural de uma cidade? Como pensar o patrimônio cultural por um viés espacial?

O patrimônio material é composto por um conjunto de bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais. Bens móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (Lemos, 1987). O patrimônio cultural imaterial, segundo a legislação brasileira (Decreto nº 3.551), é compreendido como

“(…) os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam” (Fonseca e Cavalcanti, p. 12, 2008).

Com a evolução da política patrimonial no Brasil, em 2006, o Iphan incorpora o caráter processual na definição de patrimônio imaterial, complementando com a Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006, incluindo

“as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social” (Fonseca e Cavalcanti, p.12, 2008).

O patrimônio cultural, material e imaterial é fundado nas práticas culturais. A cultura tem sua significação e a sua definição com base no jogo de relações sociais, relações estas que são sempre espacializadas, com isso, amparadas e baseadas em um território. Este repertório de relações irá atribuir características peculiares ao lugar, com um sistema de objetos e ações específicos compondo uma formação paisagística. Segundo Paes (2009, p.163),

“(…) interpretando desta maneira, o patrimônio não é só a expressão da sociedade, ele movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, entre o sujeito e o seu meio, entre uma razão prática e uma razão simbólica. O patrimônio cultural torna-se um fato social”.

O patrimônio cultural em suas interações espaciais se trata de uma expressão espacial de uma determinada paisagem.

Partindo do patrimônio enquanto um fato social, um conjunto de práticas e técnicas pretéritas produzidas na dinâmica de evolução espacial, quais as consequências do desenvolvimento turístico para a preservação do patrimônio cultural, na medida

em que estes lugares terão de suas formas materiais e imateriais adaptadas para receber turistas? A partir do momento em que se inicia a refuncionalização turística², qual será o papel dos agentes turísticos na dinâmica de produção espacial destes lugares? O turismo é uma atividade que vai dar suporte para o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, para a preservação do patrimônio cultural?

Vislumbrando o turismo no processo de produção do espaço³, através de sua dinâmica de implantação e funcionamento pode-se considerar que é uma atividade que produz e consome espaço (Cruz, 2000), participando ativamente da produção espacial nos lugares turísticos. Assim, o desenvolvimento do turismo segue a lógica de reprodução do capital, apropriando dos lugares que serão refuncionalizados, transformando o próprio lugar na mercadoria a ser consumida. No turismo, o espaço é a mercadoria a ser consumida, porém, o espaço em si não é vendido, mas, sim, seus símbolos e signos, recaindo em uma apropriação simbólica do espaço.

Através de construções simbólicas no espaço turístico, são construídas imagens positivas destes lugares e o espaço é transformado em força de produção, na medida em que,

“o espaço geográfico turístico é constituído por um conjunto indissociável de objetos e ações, ou seja, sujeitos e idéias comunicados por formas e palavras. Estas, que não traduzem apenas a realidade, mas, através do poder de comunicação em agregar significados às palavras, elas (por si só!) fabricam imagens” (Castrogiovanni, 2010, p.185).

O setor turístico passa a ter um peso decisivo na produção do espaço nestes lugares, recaindo em um processo de estetização de suas formas e de consumo de suas funções.

Necessitando de atividades econômicas distintas para seu funcionamento pleno, o turismo é calcado em uma base material e uma base imaterial (símbolos e signos), dando origem, com isso, a novas espacialidades para receber o turista, o que muitas

2 Enfatiza-se que adotaremos o termo refuncionalização turística por considerá-lo mais adequado para uma abordagem geográfica do turismo, considerando que este processo está presente nas intervenções urbanas contemporâneas denominadas por revitalização, renovação, requalificação, restauração, enobrecimento, gentrification, dentre outros termos. Mesmo considerando seus diferentes usos, estes termos são geralmente utilizados como sinônimo de interferências materiais. Por se tratar de uma leitura espacial do turismo, optou-se pelo termo refuncionalização turística pois ocorrerão mudanças na esfera do simbólico, onde antigas materialidades passaram a desempenhar novas funções, que são dependentes, esteticamente, das materialidades pretéritas. O desenvolvimento do turismo pautado no patrimônio cultural altera as funções das antigas formas, agora voltadas ao entretenimento. A alteração mais significativa se dá no nível da paisagem, pois produz-se uma paisagem para o turismo.

3 O espaço geográfico é entendido nesta pesquisa enquanto um conjunto de materialidades e imaterialidades que compõem um sistema de objetos e um sistema de ações, onde, “(...) sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, do outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma” (Santos, 2002, p. 63).

vezes acontece a partir de políticas fragmentadas e desconectadas com a realidade destes lugares. Recai sobre estes lugares um processo de urbanização turística⁴ (Paes, 2000). As novas funções criadas pelo e para o turismo vão transformar os objetos, revalorizar o espaço e redimensionar o cotidiano do lugar, podendo colocar em

“colapso um sistema complexo e dinâmico que é a cidade (...) apropriada de maneira voraz pelo turismo, quando organizado por agentes afoitos, imediatistas e desinformados, que negligenciam a sociedade e os lugares” (Costa 2010, p.31).

Pensando o turismo no processo de produção espacial, a medida que ele produz e consome espaço, o turismo irá dar origem a lugares híbridos compostos pelos equipamentos turísticos, criando no mesmo espaço, na mesma cidade, espaços para os turistas e espaços para a população nativa. Em cidades em que o fluxo de turistas é sazonal- como é o caso de São Luiz do Paraitinga-, são produzidos espaços efêmeros e temporários, pois são criações que têm curta duração e dependem da visitação para serem produzidos. Como aponta Cruz (2000),

“(...) para que o turismo possa acontecer, os territórios vão se ajustando as necessidades trazidas por essa prática social. Novos objetos e novas ações; objetos antigos e ações novas; novas paisagens, velhas e novas ações: essa é a lógica da organização socioespacial promovida pela prática do turismo” (p.21).

No caso analisado, por se tratar de uma pequena cidade, a atividade depende, essencialmente, da refuncionalização espacial para se efetivar, produzindo nestes espaços as condições ideais para sua realização. Em lugares em que são necessárias maiores intervenções urbanas para o recebimento de turistas, os interesses e objetivos relacionados à demanda turística passam a nortear o processo de produção espacial.

Diante do exposto a respeito das mudanças espaciais necessárias para o recebimento de turistas, dialeticamente, o processo de patrimonialização valoriza estes lugares e os coloca em destaque, lugares estes que, rapidamente, são tomadas de assalto pelos interesses do mercado turístico. Com as mudanças necessárias para a refuncionalização turística, descoladas das políticas e práticas de preservação, o patrimônio destes lugares passa a ficar sob o risco de descaracterização e transfor-

4 De acordo com Paes (2000, p. 108) “(...) a urbanização turística coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais. Algumas cidades chegam a definir toda sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e para o lazer. (...) As regiões, as cidades, os lugares turísticos vestem-se de novas materialidades: galerias, shopping centers, edificações, condomínios fechados, infra-estrutura viária e uma infinidade de objetos e serviços especializados para o turismo”.

mação. Com isso, sustenta-se que a patrimonialização⁵ desencadeará em um processo de refuncionalização turística, onde a preservação das materialidades e das imaterialidades passa a ser submetida à lógica do mercado turístico.

Nesse aspecto, a abordagem central do referido texto está calcada no processo de produção espacial de São Luiz do Paraitinga em seu movimento histórico a partir das políticas desenvolvidas pelos órgãos de preservação e de desenvolvimento turístico, inseridas no processo de ressignificação da memória e de refuncionalização da paisagem. Assim, foi feita uma leitura crítica propositiva da gestão territorial de uma pequena cidade interiorana que está passando por um processo de refuncionalização turística ancorada no uso de seu conjunto arquitetônico e das suas práticas culturais, afirmando que a refuncionalização que está ocorrendo se dá no nível da paisagem, consolidada a partir da preservação de suas formas urbanas.

Partindo do binômio “preservação X refuncionalização turística”, dialeticamente, a partir do tombamento de um conjunto arquitetônico de uma pequena cidade, abriu-se caminho para o desenvolvimento das atividades do turismo por meio de ações público-privadas que estão sendo implementadas, principalmente, na área com a presença de bens tombados. Com isso, a preservação não se efetiva de fato e o processo de patrimonialização vem servindo mais para colocar em destaque os espaços que se tornarão turísticos, tendo como consequência direta a descaracterização das materialidades e das imaterialidades presentes no lugar.

O turismo é constantemente divulgado como uma atividade que pode gerar rendas para as comunidades nativas dos lugares turísticos e, ao mesmo tempo, auxiliar na preservação de seu patrimônio cultural, situação questionável na cidade, na medida em que a implantação do turismo vem exigindo intervenções nas materialidades destes lugares - como é caso das intervenções que foram realizadas na Praça Oswaldo Cruz a partir de 2003.

Para entender a relação dialética entre a preservação do patrimônio e a refunciona-

5 Entende-se como patrimonialização o ato de criar e institucionalizar o patrimônio cultural, seja este patrimônio material ou imaterial. O processo de patrimonialização tem seu início com o tombamento e a institucionalização deste patrimônio. A partir daí, essas formas e práticas passam a ser colocadas em evidência na dinâmica socioespacial destes lugares, passando a sofrer intervenções em suas estruturas formais e ritualísticas para em seguida, partir para o desenvolvimento das atividades do turismo e do entretenimento (Prado-Santos, 2015). A partir da análise da dinâmica espacial de um pequeno núcleo urbano, aponta-se que o processo de patrimonialização passa por três etapas. A primeira etapa consiste na institucionalização do patrimônio por meio do tombamento e da valorização do espaço construído, processo desencadeado pelo Estado. Na segunda etapa, estes espaços passam a sofrer intervenções materiais que visam adaptá-los e torná-los atrativos, numa ação também realizada pelo Estado. Finalmente na terceira etapa, ocorre a implantação das atividades do setor turístico e do entretenimento, colocando este patrimônio à mercê das demandas, valores e regulações do mercado. Destaca-se que o objetivo da patrimonialização é a preservação dos bens tombados, porém, com a ausência de uma política mais efetiva de preservação no Brasil, estas áreas passam a ser produzidas e reproduzidas sob os ditames mercadológicos, processo que coloca em risco a preservação do patrimônio e segrega as populações locais (Prado-Santos, 2015).

lização turística, foram analisadas as políticas e ações destinadas ao desenvolvimento turístico de São Luiz do Paraitinga, assim como a inserção e o uso do seu patrimônio cultural para tal propósito. A partir do caso de São Luiz, pondera-se que o processo de refuncionalização turística vem gerando alterações no sentido e na forma de seu patrimônio cultural, tendo como possíveis consequências, a perda de identificação da população para com estes novos espaços e práticas que foram criados para o turismo. Por meio de um processo de ressignificação e transformações simbólicas, tanto do ponto de vista material quanto imaterial, estes bens estão sendo como que recriados culturalmente e passaram a ser tratados enquanto um atrativo para o recebimento de turistas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com o objetivo de dar suporte metodológico para entender a relação entre a preservação do patrimônio cultural e a refuncionalização turística, a pesquisa em questão foi baseada em autores da geografia crítica⁶ e na pesquisa empírica, ação necessária devido ao rigor da ciência. Para atingir os objetivos propostos para o tema analisado, a pesquisa foi construída a partir de cinco eixos que ordenaram o seu desenvolvimento. Os eixos norteadores da pesquisa são os seguintes: levantamento documental e bibliográfico, levantamento de dados primários e secundários, aplicação de entrevistas, leitura da situação espacial e redação final.

Com relação ao levantamento de dados primários, foram realizadas segundas incursões de campo, onde foram feitos levantamentos de dados quantitativos e qualitativos sobre a situação do desenvolvimento turístico e da preservação do patrimônio cultural da cidade. Foram entrevistados agentes públicos e privados, turistas e a população em geral, buscando, a partir destes dados, realizar um contraponto entre as instâncias sociais e institucionais que atuam na cidade. Destaca-se que com relação aos dados estatísticos a respeito do turismo – devido à falta de uma coleta de dados mais sistemática na cidade com relação ao volume de visitantes recebidos ao longo do ano –, os números são aproximados a partir de dados disponíveis pelo poder público municipal. Devido à carência de dados estatísticos mais exatos, as entrevistas e depoimentos de pessoas que trabalham com o setor turístico na cidade foram fundamentais para sustentar as reflexões e apontamentos que foram feitos

6 Entre os autores da Geografia Crítica destacam-se: Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, David Harvey, Edward Soja, Ana Fani Alessandri Carlos, Maria Laura Silveira, Paulo César da Costa Gomes, Hildebert Isnard, Maria Encarnação Beltrão Spósito, dentre outros. Dentre os filósofos, antropólogos e sociólogos que auxiliam no desenvolvimento da leitura espacial, destacam-se: Henri Lefebvre, Manuel Castells, Mark Gottdiener, Jean Baudrillard, Michel Maffesoli, Karl Marx, Boaventura de Souza Santos, George Friedmann, Peter Burke, Antonio Augusto Arantes, Henri-Pierre Jeudy e José Ortega Y Gasset.

na pesquisa. Destaca-se que os dados qualitativos, em muitos momentos, refletem posicionamentos políticos, sociais e culturais dos entrevistados, assim como interesses econômicos, o que exige um cuidado acurado com relação às falas utilizadas.

Na execução das entrevistas quantitativas, foram aplicados 100 questionários aos visitantes que estiveram na cidade durante a Festa do Divino de 2013, tendo como meta principal auferir o conhecimento e o interesse dos visitantes em relação ao patrimônio cultural local. Num segundo momento, foram aplicados 200 questionários às pessoas da comunidade local, tendo como objetivo avaliar os desdobramentos da refuncionalização turística, assim como suas perspectivas para com o futuro da cidade. Os questionários aplicados aos turistas e à comunidade continham entrevistas fechadas, com as classes de respostas pré-definidas. Conjuntamente com os dados primários, foram utilizados dados secundários de pesquisas quantitativas realizadas pela prefeitura municipal em conjunto com pesquisadores do Departamento de Produção da UNESP/Guaratinguetá durante o Carnaval, dados estes que foram divulgados a partir de uma audiência pública na cidade.

A partir do cruzamento dos dados primários, secundários e o referencial teórico, foram realizadas as reflexões e apontamentos a respeito do tema proposto com a redação final da pesquisa. É importante apontar que por se tratar de uma pesquisa inédita, ela apresentou, ao longo de seu desenvolvimento, algumas limitações que são importantes de serem esclarecidas.

Primeiramente, é importante apontar que os conceitos e apontamentos teóricos utilizados são relativos a pesquisas realizadas em cidades médias e grandes, sendo necessária uma adequação conceitual para se pensar a produção do espaço em um pequeno núcleo urbano. Os processos de intervenções são semelhantes, mas as origens e resultados podem ser diferentes. Quanto aos dados estatísticos a respeito do turismo, é necessário certo cuidado visto que se trata de dados de difícil mensuração, sendo fundamental apontar a participação do pesquisador enquanto participante, pois atua no setor turístico local e, em muitos momentos, as situações foram vivenciadas pelo pesquisador *in loco*.

O TURISMO E O PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIZ DO PARAÍTA: UM ESTUDO DE CASO

Sendo conhecida como uma cidade festeira, São Luiz do Paraitinga teve sua fundação oficial em 1769. Com o início da produção cafeeira no Vale do Paraíba em meados do século XIX, seus benefícios econômicos fizeram com que o núcleo ur-

bano tornasse maior, transformando-se em um importante centro urbano regional (Petrone, 1959). Após um período de intenso desenvolvimento socioeconômico nos séculos XIX e início do século XX, o município passou por pequenos surtos econômicos, como a extração de lenha na década de 1960 e a produção de leite nas décadas de 1970 e 1980, quando então a economia da cidade entrou em decadência, o que perdura até os dias atuais.

Com uma população de 10.726 habitantes (IBGE–2014) e uma economia inexpressiva, a estagnação econômica do município possibilitou a preservação de grande parte de suas práticas culturais e de um conjunto arquitetônico composto por edifícios dos séculos XIX e início do XX, representativos da fase áurea do café na economia paulista, período que marcou profundamente a organização espacial regional e deu origem a uma paisagem que hoje perfaz o patrimônio cultural do lugar. O conjunto arquitetônico local foi tombado em 1982 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT) e, em 2010, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ações que deram início ao processo de patrimonialização da cidade.

Com um rico patrimônio cultural, desde meados da década de 1990 a governança urbana local vem trabalhando para implantar e desenvolver o turismo no município, onde sobressai um turismo cultural apoiado na memória da cafeicultura e do caipira, expressa em sua paisagem urbana, fato institucionalizado com a elevação da cidade à condição de Estância Turística do Estado de São Paulo em 2002⁷. Dessa forma, suas paisagens atreladas ao conjunto arquitetônico tombado e as manifestações culturais tratam dos atrativos para o turismo (ver fotos 1 e 2).

É importante apontar que o turismo é visto como uma boa opção para impulsionar e dinamizar o desenvolvimento local, embora não deva ser tratado como a única solução. Com a divulgação massiva de que o turismo é uma boa saída para o desenvolvimento econômico das cidades - considerando o patrimônio cultural um dos mais importantes recursos a esse propósito-, questiona-se, neste trabalho, o fato de os interesses mercantis sobressaírem sobre os interesses sociais e preservacionistas nos projetos turísticos. Com o objetivo de desenvolver o turismo, estes lugares passam a sofrer alterações em sua organização espacial, onde o patrimônio cultural passa a ficar sob o risco de perder sua perenidade em prol de interesses

7 Em julho de 2002 a cidade foi classificada como Estância Turística do Estado de São Paulo, passando a receber uma verba anual oriunda do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE), órgão ligado a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Assim, deu-se início a um intenso processo de reforma dos equipamentos urbanos do município, principalmente os existentes no centro histórico. Atualmente, esta verba é liberada mediante a apresentação de projetos para a execução de obras de infraestrutura destinadas ao desenvolvimento turístico do Município.

econômicos, situação que transparece em São Luiz.

Após a elevação de São Luiz à condição de estância turística, grande parte de políticas urbanas e de preservação do conjunto arquitetônico que se dão na cidade passaram a gravitar em torno desta atividade e tudo passou a ser realizado para viabilizar o turismo. As mudanças que ocorrem, sobretudo, nas materialidades (reformas da Praça Oswaldo Cruz, reforma do Mercado Municipal, construção da Praça de eventos João Boy) são decorrentes de ações direcionadas ao recebimento de turistas⁸.

Foto 1 – Centro histórico de São Luiz do Paraitinga. Foto Carlos Murilo Prado Santos, 2013.



Foto 2 – Manifestações culturais de São Luiz do Paraitinga. Foto Hélio Parahytinga, 2013.



Alem das intervenções no centro urbano, o poder público local, em parceria com as agências de turismo e da mídia regional e nacional, vem construindo uma imagem de cidade festeira, sendo rotineiramente divulgada como “a cidade das mil festas” a partir de reportagens em revistas especializadas do setor turístico⁹. Passou-se a divulgar a imagem de uma cidade bucólica, porém, com muitas festas e atrações

8 Após a transformação da cidade em Estância Turística deu-se início a um intenso processo de requalificação dos equipamentos urbanos do município, principalmente os existentes no centro histórico. Com os recursos obtidos a cidade foi transformada em um canteiro de obras; inicialmente foram realizadas, a reforma da Praça Oswaldo Cruz (projeto aprovado pelo Condephaat – Processo nº. 43.352/02 – em 18 de agosto de 2003. Verba de R\$ 349.664,05 [US\$156.100,02]), a reforma do Mercado Municipal (projeto aprovado pelo Condephaat – Processo nº. 44.395/02 – em 15 de setembro de 2003. Verba de R\$ 330.000,00 [US\$147.321,42]) e a reforma do calçamento das ruas do centro histórico e de seu entorno. Este processo de intervenção se encontra em aberto com a realização de mais obras de requalificação paisagística no centro histórico (Prado Santos, 2015).

9 Com o intuito de colocar a cidade no mercado turístico nacional a cidade foi descrita como “(...) a cidade das mil festas. Famosa pela Festa do Divino, São Luiz do Paraitinga preserva a cultura e natureza mesmo estando a apenas 170 quilômetros de São Paulo. Com dez exhibições de danças folclóricas, procissões, novenas e até forró, os luizenses festejam o Divino Espírito Santo” (NUNES, Daniel Gonçalves. A cidade das mil festas. Os caminhos da Terra. São Paulo, a. 9, n. 7, Julho 2000).

culturais, ação que têm funcionado razoavelmente bem, pois o volume de turistas na cidade aumenta ano após ano nas festas mais famosas e de maior apelo cultural. Constrói-se uma paisagem e uma imagem atrativa para o turista, porém, uma imagem superficial, onde o que interessa de fato são os eventos e festas mais rentáveis. O foco principal para o desenvolvimento turístico local são suas festas profanas e religiosas como o Carnaval e a Festa do Divino Espírito Santo.

Com um intenso trabalho de marketing urbano, o fluxo de turistas aumentou substancialmente na cidade, porém, criou-se um fluxo turístico sazonal. Segundo estimativas da Prefeitura Municipal local e da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no Carnaval de 2005, a cidade recebeu aproximadamente 10.000 visitantes por dia, para, no Carnaval de 2013, a visitação atingir aproximadamente 30.000 visitantes por dia.

De acordo com a assessoria de turismo municipal, em 2009, a cidade recebeu aproximadamente 450 mil visitantes durante o ano, sendo o movimento em 2013 de aproximadamente 300 mil visitantes, com destaque para a Festa do Divino com cerca de 80 mil visitantes durante os dez dias de festa e 150 mil visitantes durante os quatro dias de Carnaval. Enfatiza-se que os dados a respeito do movimento turístico na cidade são questionáveis, na medida em que se trata de estimativas da assessoria de turismo municipal, portanto, dados inviáveis de serem mesurados com exatidão quantitativa, pois os fluxos turísticos são incontáveis, com momentos de pico e de esvaziamento durante o ano.

Devido à ausência de um planejamento turístico e de ações mais incisivas para a preservação do patrimônio cultural que ultrapassem os limites do tombamento, o aumento no fluxo de turistas nas festas mais movimentadas da cidade vem colocando em risco a preservação das práticas culturais e do conjunto arquitetônico. À medida que foi aumentando o volume de turistas, foram sendo feitas mudanças para receber cada vez mais turistas e o centro urbano passou a sofrer intervenções visando, com isso, adaptá-lo ao maior recebimento de visitantes. Em conjunto com a adaptação das materialidades, as manifestações artísticas passaram a ser espetacularizadas e também adaptadas para o entretenimento do visitante, com um impacto significativo nas manifestações que se dão durante o Carnaval, a Festa do Divino e o Festival de Marchinhas Carnavalescas.

O Poder Público, em conjunto com os agentes do setor turístico, passou a intervir de forma decisiva na organização das festas, principalmente, a do Carnaval e da Festa do Divino. Com as adaptações e reformas realizadas pelas ruas do centro histórico – onde algumas ruas e passagens foram fechadas -, as manifestações culturais que se materializam no centro histórico estão tendo que se readaptar às novas regras impostas pelo desenho urbano e pelos trajetos definidos e normatizados

pelo poder público. Inserido no processo de reconstrução da cidade, foi construída uma praça de eventos fora dos limites do centro histórico e as festas- mais movimentadas- estão sendo levadas, gradativamente, para a nova área. As festas estão fugindo do controle da população local, ficando as principais decisões a cargo do poder público.

A partir de 2011, a institucionalização do carnaval foi espacializada na cidade, sob a tutela dos órgãos de preservação, com a criação de um lugar específico para a realização da festa. Com o argumento de se preservar o conjunto arquitetônico, a festa foi deslocada para áreas periféricas a este centro. Devido ao grande volume de visitantes, a retirada das manifestações culturais do centro histórico, principalmente durante o carnaval, não diminuiu o fluxo de pessoas pela área tombada como almejam os órgãos de preservação e o poder público local. Tratando-se de uma área que fica totalmente ocupada durante os dias de festa. Em uma pesquisa realizada pela prefeitura local em parceria com a UNESP/Guaratinguetá em 2011, ao entrevistar 550 visitantes, foi auferido pelos pesquisadores que desse total de entrevistados, 106 (19,30%) turistas reclamaram da mudança no trajeto dos blocos e do local dos shows musicais (PMSLP/UNESP, 2011), mudança que também já é questionada pela população local.

José Roberto da Silva, 51 anos, luizense, Presidente da Associação Comercial de São Luiz do Paraitinga, questiona a retirada das atrações do centro da cidade durante o carnaval de forma pouco estudada, criando um esvaziamento do centro. Para o comerciante,

“o carnaval não tem mais condições de ser somente no centro da cidade, é uma massa de gente muito grande, se não fizer o carnaval fora do centro histórico ele se torna insuportável, só não pode deixar de ter eventos no centro também, não pode desvalorizar o centro histórico, uma parte da festa pode ser operada dentro do centro. A graça do município é o conjunto arquitetônico, por isso tem que fazer as festas sem abandonar o centro”.

Amarildo Ribeiro, 52 anos, artista plástico e músico local, também corrobora a visão de José Roberto, questionando a retirada do carnaval do centro histórico ao afirmar que a festa vem perdendo originalidade em função de um novo ambiente criado. Frederico Ozanan, 34 anos, artista plástico local, afirma que esta retirada só vem para ratificar a comercialização e a pasteurização da festa, pois,

“a tradição está se perdendo, esse circuito que foi criado é para o patrocinador ganhar dinheiro, você vê as barracas que vendem bebidas é tudo padronizado pela empresa que vem patrocinar, culturalmente esta acabando, é tudo muito comercial”.

Além da retirada das atrações do Carnaval do centro histórico, o grande volume de visitantes tem gerado alterações e descaracterizações nas práticas culturais que se manifestam nesta festividade. Caracterizado como um legítimo carnaval de rua, pautado na liberdade e na espontaneidade das pessoas, todos os blocos e atrações criados tinham autonomia com relação suas coreografias, rituais, fantasias e ao seu percurso pelas ruas do centro urbano local. A partir de 2002, o carnaval começou a ser institucionalizado, onde os blocos e as demais atrações passaram a ser submetidas a um cronograma institucional, previamente definido pelo poder público. À medida que vem crescendo o volume de visitantes, mais padronizada vem ficando a festa de carnaval.

No bojo deste processo de espetacularização da cultura local, o carnaval é sistematicamente transformada; uma mudança induzida pelo volume de visitantes e pelo poder público. Mudanças nos rituais e nas práticas culturais já ocorreram no carnaval da cidade, onde podem ser destacadas as seguintes alterações:

- Introdução de um grande caminhão, um protótipo de trio elétrico baiano para puxar os blocos pela cidade, um elemento estranho à realidade local. Com a introdução do caminhão, como as ruas do centro histórico são pequenas, os blocos passaram a seguir o trajeto realizado pelo veículo automotivo, tendo seus trajetos engessados.
- A diminuição na confecção e no uso de fantasias com temas do universo cultural da cidade, sendo que as mesmas estão sendo substituídas por camisetas padronizadas;
- Institucionalização dos trajetos e horários dos blocos que irão desfilar pela cidade, com a criação de uma agenda oficial fixa para os desfiles, com um número de blocos predefinidos, com horário e roteiro para o cortejo sair pelas ruas;
- Retirada dos shows musicais do centro histórico, da Praça Oswaldo Cruz e do Mercado Municipal, sendo deslocados para a praça de eventos João Boy e para a via de acesso João Roman.

Atrações e manifestações que se davam durante o carnaval estão perdendo sua espontaneidade. Já existe um movimento na cidade para isolar a área utilizada para o trajeto dos blocos e a partir daí, cobrar a entrada para a participação no cortejo. Discute-se, na cidade, a possibilidade da venda de “abadás” para a participação nos blocos carnavalescos, fato que aumentará a exclusão da população local. No carnaval de 2014, em função do tempo curto, não foram adotados os abadás e a cobrança de uma taxa para desfilar nos blocos¹⁰.

10 Alegando falta de recursos financeiros, em 2015, a prefeitura municipal tentou fazer a terceirização da festa de Carnaval para empresas do setor de entretenimento, fato que não foi consumado devido à ocorrência de problemas durante o processo licitatório.

A população local, percebendo que vem sendo segregada e perdendo espaço nas festas locais, já dá sinais de que as festas da cidade precisam ser reorganizadas, em especial o carnaval, visto que durante sua realização, afloram significativos problemas urbanos e sociais no lugar. Conforme dados levantados pela prefeitura municipal em parceria com a Engenharia de Produção da UNESP/Guaratinguetá, num total de 396 luizenses questionados sobre os problemas principais do carnaval¹¹, 80,4% afirmaram que o poder público deve tentar diminuir o volume de turistas na cidade (PMSLP/UNESP, 2009).

Para Pedro Moradei, 49 anos, presidente-fundador do Bloco do Caipira, a presença de um caminhão simulando um trio elétrico baiano é um dos fatores que demonstram que as festas estão mudando e são cada vez mais controladas pelo poder público, fato que está desencadeando na homogeneização e pasteurização da festa, na medida em que

“o carnaval está perdendo a espontaneidade, esse é o preço que pagamos pela fama do carnaval. O Poder Público entrou e assumiu de vez o carnaval, esse caminhão de som é um parâmetro para dizer o que foi o carnaval antes e o que é o carnaval hoje, depois desse caminhão do som, com o grande poder da prefeitura sobre o carnaval, os blocos ficaram sem saída. O carnaval de São Luiz é um carnaval que tem uma essência cultural que está se perdendo e o caminhão pode ser considerado um dos principais símbolos destas mudanças”, afirma Pedro.

O historiador Marcelo Henrique dos Santos Toledo, 50 anos, luizense, também questiona o processo de descaracterização das festas da cidade. Segundo Marcelo,

“o carnaval que tinha aqui degradaram, agora tem esse imenso caminhão circulando. (...) aí você entra pela questão da festa do Divino, uma festa que hoje fugiu do controle que era exclusivo do padre que legitima e do festeiro que tinha autonomia. Eu vi uma briga que teve aqui porque o assessor de cultura municipal, em 2009, queria que colocasse alguns elementos de fora na Festa do Divino e o festeiro foi contra”, afirma o historiador.

A Festa do Divino Espírito Santo de São Luiz está entre as festas religiosas mais antigas e tradicionais do Brasil, sendo celebrada na cidade há mais de duzentos anos. Segundo Santos (2008), a documentação mais antiga referente à realização da Festa do Divino na cidade remonta ao ano de 1803, num documento que

11 De acordo com dados mais detalhados da pesquisa realizada sobre o carnaval em 2009, 55% das pessoas afirmam que o carnaval tem um resultado negativo em função da sujeira, da bagunça e do desrespeito dos turistas com o morador local. Dos problemas, 23% apontou o uso das ruas e calçadas para urinar; 18% apontou da falta de água; 16% apontou o lixo e a sujeira nas ruas; 14% apontou o desrespeito de turistas com os moradores locais; 6% apontou o barulho; 4% apontou a dificuldade de chegar até em casa; 4% apontou a falta de energia elétrica; 3% apontou o excesso de comércio; 2% apontou os congestionamentos no trânsito; 2% apontou os estacionamentos em locais irregulares e 1% não respondeu (PMSLP/UNESP, 2009).

“cita-se nitidamente um local estabelecido para o Império e, de forma ainda mais clara, uma tradição das comemorações, pois, afinal, era um local onde se tinha o costume de festejar o Divino” (p.97).

Durante os dias de festa, ocorrerão os rituais litúrgicos da Igreja Católica como as missas, procissões, congadas, moçambiques e folias do Divino, mas também ocorrerão as manifestações de cunho profano como o pau de sebo, os bonecos gigantes, as barracas com comidas típicas, as apresentações de danças típicas e os shows musicais (geralmente, de viola caipira). Nos últimos anos, alegando custos elevados com a manutenção dos músicos e ajudantes, a Folia do Divino tem atuado somente durante os dez dias de festa. A Folia foi eliminada da produção dos festejos, tendo uma atuação cenográfica nos dez dias finais da festa. Uma tradição secular foi colocada em um plano secundário, fato que aumenta o risco de extinção das folias em São Luiz, situação muito próxima de ocorrer.

A Festa do Divino- também de grande volume de visitantes- passou por períodos em que sofreu alterações em suas práticas culturais com a introdução de elementos externos à realidade do lugar, porém, por se tratar de uma festa religiosa, os rituais litúrgicos são razoavelmente preservados, situação que pode variar de acordo com o comando da Igreja Católica no período. Mesmo com a preservação dos rituais litúrgicos, vem ocorrendo uma valorização estética das práticas culturais que se espacializam no lugar, e, na Festa do Divino, não é diferente.

Para o padre Celso Luiz Longo, 25 anos, luizense, está muito difícil segurar as mudanças e influências do turismo na Festa do Divino. Para atrair e agradecer os visitantes, práticas vão sendo inseridas e alterando a essência da celebração, pois,

“de dez anos para cá a festa está se transformando num grande circo, num grande espetáculo, vou dar um exemplo de dentro da igreja. Sempre houve o costume de abençoar sal na Festa do Divino, esse sal era levado para a casa pelos fiéis para ser colocado no saleiro da cozinha para temperar os alimentos, para dar banhos em doentes, o sal era um objeto sagrado. Com o aumento no volume de visitantes, começou-se oferecer lembrancinhas que fazem pouco sentido, objetos como Cd musicais, DVDs, canetas e outras bugigangas, uma coisa que não é autêntica”.

Com o grande interesse no desenvolvimento do turismo, as cidades estão tentando realçar suas formas culturais, muitas vezes, práticas cotidianas que passam a ser espetacularizadas para se tornarem palatáveis ao consumo do turista. As práticas culturais passam a ser carregadas de cores, luzes e sons para servir ao entretenimento e *“a cerimônia é, em grande parte, espetáculo. Porém, ela é, em quase sua totalidade, ultrapassada pelo divertimento”* (Almeida, 2012, p.159). São Luiz vem caminhando neste rumo, espetacularizando suas práticas culturais que passaram

a ser valorizadas e consideradas atrativas para o turista, escolhendo determinadas práticas em detrimento das práticas de menor apelo estético. Grande parte do que é atrativo na cidade, para o morador local, são práticas cotidianas e rotineiras.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Seguindo as tendências atuais que perfazem o binômio da preservação e da refuncionalização turística, o poder público local- em parceria com o setor turístico regional e nacional-, a partir de 2002, passou a forjar eventos e atrações culturais na cidade, criando festas e eventos que fazem pouco sentido para a população do lugar e tiveram uma duração efêmera¹². A lógica de patrimonialização global recaiu sobre São Luiz do Paraitinga, mas, por se tratar de uma cidade pequena, forjada no seio da cultura caipira, pode-se apontar certa resistência da população local com relação a algumas mudanças que estão sendo impostas.

As manifestações e práticas culturais vão se transformando e metamorfoseando-se ao longo dos anos e as práticas culturais assim como o espaço urbano de São Luiz do Paraitinga não fogem a regra. Quando as mudanças se dão espontaneamente, no bojo de evolução do processo histórico, as mudanças ganham perenidade e as práticas culturais são perpetuadas, como, por exemplo, os bonecos gigantes que são feitos na cidade desde o final do século XVIII. A confecção dos bonecos passou por mudanças nos materiais e técnicas utilizados, porém, foram preservadas as mesmas características estéticas e cênicas e a sua evolução gerou melhoras na qualidade e na criatividade dos artesãos locais. A mudança técnica ocorreu, porém, a tradição foi preservada.

Por outro lado, quando as mudanças são influenciadas e definidas por vetores externos ao lugar, fato explicitado no carnaval, esta evolução pode desencadear em mudanças efêmeras e fugazes, com a consequência na perda da perenidade e na descaracterização das práticas culturais com a introdução de elementos estranhos que fazem pouco sentido à cultura local.

Apesar da importância enquanto fonte documental e atrativo para o turismo, conservando uma série de práticas culturais que representa um modo de vida da região do Vale do Paraíba - devido à falta de ações mais efetivas para sua preservação-, as práticas culturais de São Luiz do Paraitinga estão desaparecendo ou sendo alteradas por interesses mercadológicos. Entre os problemas elencados para a preservação

12 Entre os eventos forjados que foram bem recebidos pela população local destaca-se a criação de um festival de músicas juninas, que vem sendo realizado desde 1996 e hoje já está incorporado no calendário de festas local, fato que não aconteceu com outros eventos.

das práticas culturais, destacam-se a falta de apoio às referências culturais, as políticas fragmentadas e pouco articuladas desenvolvidas pelo poder público- associadas às mudanças que vêm se dando na zona rural com a concentração fundiária e a introdução da monocultura do eucalipto na região.

Grande parte das manifestações culturais corre sérios riscos de desaparecer na cidade, visto que poucos grupos folclóricos e culturais têm uma prática mais consistente. A título de exemplo, atualmente, existem 3 grupos de Moçambique, 1 grupo de Congada, 3 grupos de Folia de Reis, 1 grupo de Cavahada, 1 grupo de Danças Tradicionais, com destaque para a Dança de Fitas e a Corporação Musical de São Luiz de Tolosa. Estes grupos culturais vivem de doações da própria comunidade, esporadicamente recebendo ajudas do poder público.

Da mesma forma que o estado de preservação do patrimônio material é precário, a preservação do imaterial também não possui uma ação política definida, sendo pautada em ações pontuais e fragmentadas em momentos de crises. O Condephaat pouco se preocupou com o dado imaterial, pois apenas tombou o conjunto arquitetônico- prática que, por enquanto, não apresentou uma mudança com o Iphan, que também tombou apenas o conjunto arquitetônico. Porém, é de se destacar que o Iphan começa a desenvolver algumas ações para a preservação do imaterial na cidade e, quem sabe, no futuro, cancelar o patrimônio imaterial.

Dentre os projetos desenvolvidos na cidade, o Iphan viabilizou a realização do Inventário de Referências Culturais de São Luiz do Paraitinga, trabalho realizado pela empresa Memórias Assessorias e Projetos, estudo já concluído e entregue para Prefeitura Municipal em junho de 2012¹³. A partir do Iphan, a cidade foi inserida no Programa de Apoio e Folguedos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), projeto voltado à preservação das congadas e moçambiques brasileiros. Sob a orientação do Iphan, em 2013, o conselho municipal de patrimônio local já realizou o tombamento de bens imateriais como o Canto de Brão¹⁴ e a Cavahada de São Pedro de Catuçaba¹⁵.

Dentre as ações desenvolvidas pela prefeitura municipal, podem ser citadas a

13 Inventário Nacional de Referências Culturais do patrimônio imaterial financiado pelo IPHAN, com um custo de R\$ 78.900,00 (Ascom/Iphan-SP-2013)

14 Lei 10.652 de 29 de novembro de 2013 – Dispõe sobre o tombamento imaterial do Canto de Brão e dá outras providências. O Canto de Brão se trata de cantigas entoadas quando ocorre a realização de um mutirão para a execução de alguma tarefa na zona rural. Cantado em duplas, as cantigas são feitas por uma linguagem improvisada e cheia de metáforas, onde é cantado um enigma que deve ser decifrado ao longo do dia de trabalho. É uma espécie de jogo cantado de adivinhação.

15 Lei 1059 de 13 de dezembro de 2002 – Dispõe sobre o tombamento da Cavahada de São Pedro de Catuçaba e dá outras providências. A Cavahada já tinha sido tombada pela Câmara Municipal em 2002, sendo ratificado pelo conselho municipal recentemente. Lei 1059 de 13 de dezembro de 2002 – Dispõe sobre o tombamento da Cavahada de São Pedro de Catuçaba e dá outras providências.

criação do conselho municipal de patrimônio e o tombamento de duas práticas da cultura local: o canto de brão e a cavalhada. Do ponto de vista legal, a cidade está bem servida, tendo sido criado um conjunto de leis e decretos que servem para a preservação do patrimônio local, porém, como em muitas cidades brasileiras, as leis sequer são conhecidas pela população.

Com o aumento no volume de visitação na cidade e a possibilidade das práticas culturais serem vendidas e consumidas pelo turista, a cultura do lugar adquiriu um novo sentido perante a sociedade. Destarte, o que está imperando nesta transformação é o paradigma do consumo em detrimento dos hábitos e costumes do povo local. A prática cultural enquanto memória e base da identidade está perdendo espaço para o entretenimento.

Mesmo admitindo a natureza dinâmica da cultura, é importante salientar que a refuncionalização turística contemporânea do patrimônio vem se sobrepondo aos modos de vida do lugar, aos calendários festivos, aos rituais e a vida no campo. Ao impor verticalmente uma nova função às práticas culturais, o poder público vem sendo um vetor que está acelerando a descaracterização da cultura, desvirtuando-a em função de resultados econômicos de curto prazo. O patrimônio cultural está ficando à mercê do tempo do entretenimento.

A descaracterização das práticas culturais denota que as ações de preservação foram fragmentadas e ficaram restritas aos bens materiais, ao arquitetônico, processo que deixou o imaterial num plano secundário. Com a patrimonialização e a refuncionalização turística, as práticas culturais selecionadas estão sendo espetacularizadas em seus rituais e encenações, e, pode-se confirmar que o tombamento somente do conjunto arquitetônico é uma medida questionável de preservação já que abriu caminho para a turistificação e colocou o imaterial em risco de desaparecimento.

Seguindo a política patrimonial vigente no Brasil desde suas origens, pautada na valorização estética do patrimônio cultural, São Luiz do Paraitinga teve seu patrimônio tombado e passou a enfrentar todos os dilemas decorrentes da patrimonialização. A preservação enquanto prática da cidadania ficou relegada ao plano secundário, predominando uma visão mercadológica no momento de definir a preservação e a refuncionalização do patrimônio preservado. O desenvolvimento de um turismo sem estudos e análises prévias a respeito das potencialidades e problemas posteriores tem se mostrado que mais dificulta do que favorece a preservação do patrimônio cultural.

A apropriação das manifestações culturais para o turismo ficou evidenciada, pois, devido ao grande volume de turistas, a comunidade local vem sendo segregada dentro de seus próprios espaços de uso cotidiano e tem participado cada vez me-

nos como protagonista desta festa. Cada vez menos o luizense participa dos blocos carnavalescos, pois a população local tem ficado nas janelas e nas sacadas de suas casas e o grande consumo de bebidas alcoólicas e drogas na cidade vêm gerando momentos de atritos exacerbados entre os participantes das festas. O morador local pouco se reconhece a partir do carnaval da cidade, agora, um atrativo turístico que evidencia os rumos adotados para a cidade, ou seja, a valorização estética de sua cultura e de sua arquitetura em detrimento da preservação do patrimônio cultural enquanto suporte para a construção da identidade e da memória do lugar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria. G. de. Sentidos das festas no território patrimonial e turístico. In: BRUSADIN, L. B.; COSTA, E. B. da; PIRES, M. do C (Orgs.). Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CASTROGIOVANNI, Antonio. C. O lugar da Geografia no Entre-Lugar do espaço turístico – Uma viagem complexa que ainda continua. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da; SOUZA, E. B. C. de (Orgs.) Teorias e Práticas Territoriais: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COSTA, Everaldo. B. da. A Concretude do Fenômeno Turismo e as Cidades-Patrimônio-Mercadoria. Uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

CRUZ, Rita. Turismo, Território e o Mito do Desenvolvimento. Espaço e Geografia. Brasília: UNB, vol. 3, nº 1, jan.-jun. 2000.

FONSECA, Maria C. L.; CAVALCANTI, Maria L. V. de C. Patrimônio Imaterial no Brasil. Legislação e Políticas Estaduais. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. 2º ed., São Paulo: AnnaBlume, 2006.

LEMOS, Antonio Carlos. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PAES, Maria T. D. Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztin, I. Turismo de Base Comunitária. Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: Serrano, Célia; Brunhs, H.; Paes-Luchiari, M. T. D. (orgs.). Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas/SP: Papirus, pp.105-130, 2000.

PETRONE, Pasquale. A região de São Luiz do Paraitinga. Revista Brasileira de Geografia. v. 1, n. 3, p. 3-99, 1959.

PRADO SANTOS. C. M.. A modernização do passado: a reconstrução e a refuncionalização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga. TESE DE DOUTORADO. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 2015.

Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga; Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisa de Opinião Carnaval 2011 São Luiz do Paraitinga. Guaratinguetá/São Luiz do Paraitinga: 2011.

Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga; Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisa sobre o perfil do visitante de São Luiz do Paraitinga – Carnaval 2009. Guaratinguetá/São Luiz do Paraitinga: 2009.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica, Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Rafael C. C. dos. A Festa do Divino de São Luiz do Paraitinga: o desafio da cultura popular na contemporaneidade. Dissertação (Mestrado em História – FFLCH – USP). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SÍTIOS CONSULTADOS

IBGE – www.ibge.gov.br (acesso em 26/09/2014)

IPHAN – www.iphan.gov.br/ (acesso em 10/09/2014)

PMSLP – www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br (acesso em 10/10/2014)



Cultura e Patrimônio: Fatores de Desenvolvimento Turístico em Luziânia-GO

Culture and Heritage: Tourism Development Factors in Luziânia-GO

Carla Adriana Oliveira Silva¹
Eloísa Pereira Barroso²

-
- 1 Mestre em Turismo pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, CET-UnB. Contato: carlawicca@gmail.com
 - 2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília, CET-UnB. Contato: eloisa-barroso@uol.com.br

RESUMO

É de suma importância a conservação dos patrimônios históricos das cidades. Por meio deles é possível conhecer melhor a cultura e a trajetória social e política dos lugares. O turismo vem se destacando ao longo dos anos não apenas em âmbito econômico, mas também como um sujeito no ato de lembrar e na preservação dos patrimônios históricos e culturais. Luziânia é uma cidade de 266 anos, localizada no planalto central brasileiro, que merece uma atenção especial sobre o modo como o seu patrimônio histórico e cultural pode atuar no desenvolvimento do potencial turístico da cidade. Logo, o objetivo deste estudo é avaliar como a cultura pode ser determinante na preservação dos patrimônios e na promoção da experiência turística.

Palavras-chave: Cultura. Patrimônio. Turismo. Luziânia.

ABSTRACT

It is extremely important to preserve historical heritage of cities. Through them you can better know the culture and the social and political history of the places. Tourism has been increasing over the years not only in economic, but also as a subject in the act of remembering and preserving the historical and cultural heritage. Luziânia is a city of 266 years, located in the Brazilian central plateau, which deserves special attention on how its historical and cultural heritage can act in developing the tourism potential of the city. Therefore, the aim of this study is to assess how culture can be crucial in the preservation of heritage and the promotion of the tourist experience.

Keywords: Culture. Heritage. Tourism. Luziânia.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca discutir conceitos como cultura, patrimônio e turismo com o intuito de entender a relação entre estes e a forma como um pode influenciar diretamente na atuação do outro. Isso por entender que a compreensão dessa relação pode ser determinante no desenvolvimento do turismo de uma cidade.

Por meio de uma discussão teórica, a intenção foi investigar a cultura, os patrimônios históricos e o turismo em Luziânia, para tentar compreender de que forma estes podem contribuir para o desenvolvimento do turismo local. Isso por considerar

que, a manutenção dos bens materiais e imateriais é primordial para a preservação da história e da memória de qualquer cidade.

Surge assim a necessidade de compreender como estes patrimônios são encarados nos dias de hoje, tanto pela comunidade que os detêm, quanto pelos órgãos governamentais e pelos visitantes que buscam nestes patrimônios, uma possibilidade de reconhecimento da identidade e da cultura local.

O município de Luziânia, localizado no Estado de Goiás/GO, trata-se de uma cidade histórica, no Planalto Central, que teve um processo de desenvolvimento urbano intimamente ligado à cultura e a religiosidade. Refletir sobre esta cidade na perspectiva do seu patrimônio cultural, relacionando ao turismo, pode possibilitar a valorização tanto do patrimônio local, como também visualizar alternativas de cunho econômico e cultural para a cidade.

A metodologia utilizada foi qualitativa, pois conforme explica Dencker (1998) pesquisar não é apenas coletar dados e informações. É pensar, refletir, interpretar, entendendo o turismo como um dos elementos que compõem a sociedade e considerando as interações das ações que venham a ser postas dentro do panorama da sociedade.

A análise do contexto teórico foi feita inicialmente por meio de uma pesquisa bibliográfica e observada nos estudos em campo, com o objetivo de compreender como à cultura e os patrimônios locais, podem intervir no desenvolvimento turístico de Luziânia. Na pesquisa em campo foi possível conhecer os principais pontos históricos, culturais e turísticos da cidade, vivenciar o estilo de vida da comunidade, e presenciar de perto a cultura que existe no município.

As cidades foram crescendo e a preocupação com a preservação dos patrimônios históricos evoluiu concomitantemente. Deve-se levar em consideração que a cidade é uma construção social que se desenvolve a partir dos seus patrimônios instituídos, e que a relação existente entre material e imaterial se torna importante para a preservação de ambos, na medida em que o patrimônio cultural também é prática social. Com o passar dos anos, um se apropria do outro, ressignificando estes espaços e estas tradições que são fundamentais para a cultura das cidades e para a identidade da comunidade local.

O turismo nunca foi encarado como uma possibilidade concreta de preservação dos patrimônios históricos e culturais de Luziânia, entretanto sua conservação é fundamental para a perpetuação da história local, e para o fortalecimento da identidade regional. Como afirma Maria Letícia Mazzuchi Ferreira (2006, p. 79) o sentido do patrimônio “é o da permanência do passado, da necessidade de resguardar algo

significativo no campo das identidades, do desaparecimento”, de modo que relacionar estes patrimônios ao desenvolvimento de um turismo planejado tende a trazer benefícios em larga escala para diversos segmentos da sociedade. Assim, uma discussão sobre a importância da cultura nesse processo se impõe necessária.

A cultura pode se manifestar de diversas formas, desde a religião, a arte, a gastronomia, até os bens arquitetônicos. Está intrínseco na natureza do ser humano viver em sociedade e, para que esta sociedade se organize, faz-se necessária a criação de regras que se formam baseadas em uma cultura, cultura esta que faz parte da vida de todas as sociedades, desde os primórdios.

Em Luziânia é nítida a totalidade da cultura presente em vários bens culturais, “O homem é essencialmente um ser de cultura (Cucho, 2002)”. Ou seja, a cultura é própria do Homem. Clifford Geertz (2008, p. 10) diz que “compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade”. O autor compreende que a cultura deve ser vivenciada em sua essência, definindo o seguinte conceito para sua compreensão:

O conceito de cultura que eu defendo, [...] é essencialmente semi-ótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 2008, p.4).

A intenção é atentar para algo tão significativo para a identidade do povo Luzianiense, trazendo à discussão para a comunidade, e também para os órgãos públicos, destacando a preocupação com a preservação da cultura da cidade, já que, “[...] na medida em que cada cultura exprime um modo único de ser homem, ela tem o direito à estima e à proteção, se estiver ameaçada (CUCHE, 2002). Por isso é preciso considerar a importância do patrimônio localizado no espaço urbano numa dimensão em que a cultura não seja ignorada.

2. A RELAÇÃO PATRIMÔNIO E TURISMO.

A palavra patrimônio tem sua origem no latim *pater* que significa pai. Ela passou a ser usada para se referir aos bens ou riquezas de uma pessoa, de uma família, de uma empresa. De acordo com Ruben George Oliven (2009, p. 77) “o termo patrimônio, em inglês – *heritage* – refere-se a algo que herdamos e que, por conseguinte, deve ser protegido”.

O patrimônio cultural pode ser entendido como “[...] aquela representação simbólica das identidades dos grupos humanos (CRUCES, 1998).” Nesse sentido, a identidade dos indivíduos é construída a partir de sua memória e esta, por sua vez, se constrói ao longo da história, à medida que o homem preserva hábitos, costumes, tradições e construções que, com o passar dos anos, se tornam seus patrimônios. Enfim, tudo aquilo que possui valor simbólico para uma comunidade.

Ferreira (2006, p. 79) afirma que “a palavra patrimônio, bem como memória, compõe um léxico contemporâneo de expressões cuja característica principal é a multiplicidade de sentidos e definições que a elas podem se atribuídos”. Aquilo que se torna patrimônio para um povo mantém uma ligação direta com a sua história e a sua cultura, como acontece em relação aos patrimônios de Luziânia/GO, além de estes patrimônios participarem também como um bem para o consumo visual.

Por muito tempo as políticas públicas brasileiras se concentraram apenas na preservação do patrimônio edificado, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste. Somente após os anos 80 as outras regiões passaram a ser vistas. Em razão da promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seus artigos 215 e 216 refere-se às responsabilidades do Poder Público com a colaboração da comunidade na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, compreendido como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Maria Cecília Londres Fonseca (2009, p. 77) confirma que “é fundamental que se formulem e se implementem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se perca de vista os valores que justificam a preservação”. Cada local tem seus próprios patrimônios e isso é o que os torna únicos. Ao buscar por novos destinos o viajante faz uma busca em sim mesmo, ele quer confirmar a ideia já construída que se tem dos lugares. Para Michel Onfray (2009, p. 55) a viagem tem uma relação muito íntima com o eu, “um dos riscos da viagem consiste em partir para verificar por si mesmo o quanto o país visitado corresponde à ideia que se faz dele”.

A preservação dos patrimônios, dos costumes e das tradições de cada povo é muito importante para uma melhor compreensão da sua identidade, assim como nos ensina Stuart Hall (2006, p. 47) ao dizer que “no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural”, logo, os bens e objetos de uma família são instrumentos que refletem a sua identidade.

Para Hall (2006, p. 38) “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”. Ou seja, a identidade é constantemente construída, variando de acordo com o meio ambiente em que vivemos, o que torna possível que a sociedade se identifique com a cultura e a história herdada e procure preservá-la para as gerações futuras.

É muito importante a preservação dos patrimônios culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis, não só como forma de conservar o passado, mas como uma maneira de integração comunitária e preservação da cultura, que está em toda a parte, na vida em sociedade. No caso desta pesquisa, se observa ainda a relação intrínseca que o patrimônio estabelece com a atividade turística.

Não se pode deixar de relacionar esse patrimônio imaterial com o material, já que um tem o poder de ressignificar o outro, pois segundo Pereira, Silva, e Perinotto (2011, p. 370), “[...] o patrimônio não se limita apenas ao tangível e tocável. Porém, se estende para a natureza imaterial, gerando um sentimento de identidade, incentivando a promover o respeito à diversidade cultural”.

O interesse pelos bens culturais brasileiros intangíveis tornou-se mais latente nos últimos tempos, porém, desde os anos 20, quando o escritor e ilustre representante da cultura brasileira, Mário de Andrade, realizou viagens pelo país em busca de manifestações que representassem o modo de ser, agir e de se comportar do povo brasileiro, que este tema é discutido. Ele seria, então, o pioneiro nos estudos do que viria a ser considerado o “patrimônio cultural imaterial”, além de um dos criadores do órgão governamental responsável pela proteção do patrimônio cultural – IPHAN, em 1937.

A UNESCO (2003) considera a importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável. Para alguns grupos sociais (especialmente as minorias étnicas) o patrimônio imaterial carrega a sua identidade e conta parte de sua história. Dessa forma, torna-se importante assegurar a manutenção e revitalização destas tradições, que contribuem para a diversidade cultural e que estão inseridas num mundo totalmente globalizado, ficando fadadas ao desaparecimento.

No ano 2000, por meio do Decreto-Lei nº 3.5519 foi instituído o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e, a partir daí, foram registrados os patrimônios imateriais no país, criando-se o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial em quatro livros:

- 1º – Livro de Registro dos Saberes: com os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- 2º – Livro de Registro das Celebrações: com os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- 3º – Livro de Registro das Formas de Expressão: com as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- 4º – Livro de Registro dos Lugares: com os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Em Luziânia, os livros com os registros dos patrimônios imateriais da cidade se encontram na Casa da Cultura Rui Carneiro. Porém, dos quatro livros existentes, dois deles ainda estão em branco, aguardando que seus patrimônios de natureza imaterial sejam reconhecidos e registrados pelo Conselho Municipal de Cultura, órgão responsável pelo registro no município.

Atualmente, no Livro dos Saberes estão registrados todos os ingredientes e o processo de fabricação da tradicional marmelada de Santa Luzia. Já no Livro das Atividades e Celebrações, está registrada a festa cultural e religiosa do Divino Espírito Santo, com um resumo da sua história, ritos, símbolos e tradições. A festa dedicada exclusivamente a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que acontece em outubro, até o momento não foi registrada como patrimônio imaterial no livro do tomo da cidade, mesmo contando com a proteção espontânea da comunidade.

O poder público ainda ignora o seu registro, assim como também ignora tantos outros bens intangíveis da cidade, que continuam esquecidos pelos órgãos responsáveis. Fonseca (2009, p. 67) explica que “mesmo quando a iniciativa parte do Estado, esses valores precisam ser aceitos e constantemente reiterados pela sociedade, a partir de critérios que variam no tempo e no espaço”. A autora conclui que instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes para garantir que um bem cumpra efetivamente o seu papel de patrimônio cultural em uma sociedade. (FONSECA, 2009).

José Reginaldo Gonçalves (2004, p. 4) afirma que “é possível, sim, preservar, por meio do registro e acompanhamento, lugares, objetos, festas, conhecimentos culinários, etc.”. A preservação dos patrimônios tangíveis e intangíveis é fundamental para que se possa conhecer a história cultural, social e política de um determinado local, além de propiciar um incremento no desenvolvimento do turismo local.

3. TURISMO: DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE.

A atividade turística vem se tornando cada vez mais atrativa. Não apenas como um instrumento para o desenvolvimento sócio-econômico, mas também como propulsor no ato de rememorar e preservar os patrimônios históricos e culturais de diferentes lugares. De acordo com Marutschka Martini Moesch (2004, p. 17), “o primeiro registro da palavra turismo remonta-se a 1800 e está no Pequeno Dicionário de Inglês Oxford: Turismo: A teoria e a prática de viajar, deslocar-se por prazer. Uso, depredação”.

Nos dias de hoje o turismo é considerado um fenômeno econômico, social, humano e cultural que aproxima pessoas, lugares e cria novas relações. É uma prática que possui grande influência na conservação, desenvolvimento e preservação dos patrimônios históricos das cidades e possui uma íntima relação com a cultura. Assim, se buscou nesta pesquisa evidenciar os patrimônios tradicionais de Luziânia, na ascensão do turismo da cidade.

A prática turística é capaz de promover uma nova perspectiva de desenvolvimento social e econômico em várias localidades, oferecendo possibilidades de revitalização dos patrimônios históricos e arquitetônicos; justamente como necessita o município de Luziânia, objeto desse estudo, que não trata os seus patrimônios com o devido valor, “o público, hoje, interessa-se pelas paisagens históricas na medida em que elas são consideradas um dos fundamentos da construção da identidade (Costa, 2011).”

O turismo é uma atividade que possui a capacidade de exaltar o desenvolvimento das sociedades em várias áreas, como a econômica, a social, a política e a cultural. Nas últimas décadas tem se destacado como uma das mais importantes atividades econômicas em todo o mundo, afirmando-se como fonte fornecedora de serviços, produtos, emprego e renda.

Assim, pode-se dizer que o turismo é um fenômeno contemporâneo e de natureza complexa, cuja importância atualmente compreende os setores econômico, social e político e, deste modo, pode ser planejado na cidade de Luziânia para o desenvolvimento de todos esses aspectos, já que o que se percebe nos últimos tempos é um total descuido e despreparo por parte dos gestores, públicos e privados, quanto ao planejamento territorial da cidade, o que inviabiliza a sustentabilidade turística.

Todos os fatores que integram as relações sociais, culturais e ambientais fazem parte do objeto de estudo da sustentabilidade turística. Porém, somente a partir dos anos 70 que houve uma maior preocupação em relação aos processos sociais e culturais, além dos impactos ambientais resultantes do desenvolvimento do turismo. (Jafari, 1994).

Em Luziânia, o que se observa, é que não há uma maior preocupação por parte dos governadores que integre os fatores culturais, ambientais e econômicos, entretanto, devemos encarar o turismo sob todos os pontos de vista que envolvem essa atividade. Por isso, turistas, moradores, órgãos públicos, empresas, planejadores e gestores turísticos devem trabalhar juntos, contribuindo e incentivando o desenvolvimento de um turismo sustentável.

Como orienta a OMT, os planejadores, empreendedores, e principalmente os gestores públicos envolvidos no desenvolvimento turístico devem incentivar e apoiar um envolvimento maior da sociedade por meio da construção de consensos. Ou seja, no planejamento, no monitoramento, na implementação e na avaliação dos projetos e programas da política de turismo.

Mário Beni (1998) define o enfoque econômico e o ecológico como os principais para a sustentabilidade turística, de maneira que um vise apenas o lado financeiro, e o outro a preservação das áreas naturais. O autor cita ainda que o desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável deva demonstrar uma sustentabilidade capaz de unir o ser humano com o meio ambiente em sua totalidade e, deste modo, consegue englobar os sistemas culturais, sociais e econômicos numa mesma perspectiva.

Este tipo de desenvolvimento é exatamente uma das necessidades de Luziânia, que tem dificuldades em agregar o seu potencial natural e cultural de forma positiva para o desenvolvimento econômico e social, alinhado ao turismo no município. Assim, Luziânia surge como uma cidade, em que grande parte do seu patrimônio histórico e cultural, tangível e intangível, está em estado de abandono, deixando que se perca no tempo algo que pode significar um potencial para o desenvolvimento turístico da cidade, além da importância histórica que estes patrimônios possuem para que as gerações futuras conheçam a sua história.

Para que o desenvolvimento da atividade turística seja satisfatório é fundamental um planejamento aprofundado de todos os aspectos que envolvem a sua ascensão, de forma a minimizar os impactos negativos e priorizar os positivos, fazendo com que a comunidade possa se sentir favorecida pelo turismo, já que a falta deste planejamento tende a criar uma relação de atrito entre turistas e autóctones, assim como nos explica Collin Michael Hall (2004) ao tratar da importância deste planejamento:

Embora o planejamento não seja uma panaceia para todos os males, quando totalmente voltado para processos ele pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, dessa forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo no longo prazo (HALL, 2004, p. 29).

Alguns autores veem o turismo sustentável como um tipo de turismo que tem um olhar diferenciado em relação ao envolvimento da comunidade. Ruschmann (1997) afirma que este tipo de turismo pode ser definido como um modelo de gerenciamento da atividade que realça a defesa dos aspectos naturais e culturais do núcleo receptor, de maneira que se evite a deterioração dos atrativos e se estimule a economia local de maneira consensual e atendendo às demandas das comunidades.

A sustentabilidade turística deve atentar-se para que a relação turista versus comunidade seja a mais harmoniosa possível. Essa relação entre autóctones e visitantes deve causar o mínimo de impacto negativo sob esta comunidade, reconhecendo seu valor nos processos participativos, visto que isso é fundamental para o desenvolvimento de um turismo com foco na preservação da cultura e da identidade.

Logo, se planejado, o turismo traz benefícios para as cidades e para os seus residentes, como vantagens econômicas, sociais, ambientais e culturais. Vale ressaltar que o estudo em Luziânia levou em consideração a importância da sustentabilidade na produção social e espacial onde se insere a atividade turística, já que isso é fundamental a sua compreensão.

Pressupõe-se que a sustentabilidade é um elemento intrínseco à organização da atividade turística e indispensável para o seu planejamento. Esse processo sustentável de desenvolvimento é a base para a ascensão e manutenção do turismo local.

4. O TURISMO CULTURAL.

Para Pedro Paulo Funari (2003) “todo turismo é cultural”. Essa modalidade de turismo vem sendo debatido na literatura a partir da década de oitenta, surgindo vários conceitos na tentativa de defini-lo. O turismo cultural pode ser compreendido como a atividade turística cujo foco é alguma manifestação da cultura. Desta forma, Luziânia, que é considerada uma cidade histórica, agrega diversos patrimônios com potencial para alavancar esse tipo de turismo.

O documento “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Cultural”, do Ministério do Turismo conceituou o turismo cultural como “a vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2008, p. 8).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento dos meios de transporte, difundiu-se o chamado turismo de massa que, de acordo com Moesch (2002, p. 133), pode ser entendido como “um turismo que destrói o meio-ambiente, contribui para o desaparecimento dos usos e costumes locais e favorece a difusão da dro-

gadição e prostituição, impedindo o desenvolvimento e o progresso dos povos”.

Já o turista cultural é percebido como um visitante que, além da experiência, tem a preocupação com as consequências da sua viagem, para Brian Goodey (2002, p. 135) o turismo cultural “pressupõe um público educado e informado que compartilha com os órgãos de patrimônio uma definição sobre o que constitui lugares, eventos e coleções corretas”.

A vivência histórica das comunidades, ao ser valorizado pelo turismo, enriquece a experiência do turista e reforça o sentimento de pertença local (BRASIL, 2008). Assim, o perfil do visitante predisposto a este tipo de viagem é traçado pelo Ministério do Turismo como:

O turista cultural valoriza a cultura em toda a sua complexidade e particularidade, movimentando-se em busca de ícones que representem a identidade local e a memória coletiva. Ambos os conceitos remetem a um conjunto de experiências, fatos históricos e elementos culturais comuns a um grupo ou comunidade, e que podem ser representados pelos bens culturais materiais e imateriais que compõem o patrimônio (BRASIL, 2008, p. 17).

O turismo cultural tem o poder de colaborar com o desenvolvimento das regiões e com a preservação da memória e da identidade local. Existem inúmeros motivos que levam as pessoas a praticar o turismo, as celebrações religiosas e populares, a culinária, os artesanatos, as paisagens, entre outros patrimônios tangíveis e intangíveis, que auxiliam na formulação de um turismo baseado nos valores culturais e no resgate histórico.

Isso deve ser trabalhado em Luziânia para o seu crescimento e desenvolvimento turístico, já que o município tem potencial para alavancar um turismo cultural, porém, não vem sendo tratado de forma apropriada por conta da negligência governamental e desinteresse da própria comunidade em dar valor àquilo que é seu.

Anderson Pereira Portuguese (2004, p.3) afirma que “pensar o espaço turístico a partir das formas arquitetônicas antigas, significa um esforço de interpretação do mundo vivido pelos grupos sociais que antecederam a vida moderna, o que desperta o interesse e a curiosidade dos turistas”. Assim, torna-se importante essa interação do visitante com a cultura local, o que fundamenta o turismo cultural, como explica Marina Aguiar e Reinaldo Dias (2002):

[...] uma atividade de lazer educacional que contribui para aumentar a consciência do visitante e sua apreciação da cultura local em todos os seus aspectos – históricos, artísticos, etc. Além disso, é uma forma de Turismo que, entre outros objetivos, envolve a apreciação de monumentos e sítios históricos, contribuindo dessa

forma para a manutenção e proteção do patrimônio cultural e natural da humanidade (AGUIAR E DIAS, 2002, p.133).

A atividade turística deve ter a preocupação de se implantar nas comunidades sem influenciar a cultura local, mas agindo como forma de resgate e preservação das manifestações culturais, não se permitindo que o movimento de pessoas e os interesses econômicos descaracterizem os patrimônios, pois, como nos coloca Stela Maris Murta (2002, p. 140) essa visão apenas das questões de mercado “podem transformar os locais turísticos em meros cenários e as comunidades em museus performáticos de práticas patrimoniais”.

Logo, os gestores de Luziânia devem se preocupar em realizar um planejamento que vise à cidade como um todo, para assim ser possível o desenvolvimento de um turismo cultural e sustentável. Entende-se que esta sustentabilidade pode atuar diretamente na preservação dos patrimônios culturais de Luziânia, além de servirem como reflexos para o reconhecimento da identidade local.

5. LUZIÂNIA: UM PATRIMÔNIO CULTURAL.

Luziânia foi fundada pelo bandeirante Antônio Bueno de Azevedo, em 1746, quando este encontrou jazidas de ouro as margens do Rio São Bartolomeu atraindo, assim, inúmeras pessoas para lá, como cita o escritor luzianiense José Dilermando Meireles (1996). Logo em seguida, foi erguida uma casa de oração às margens do garimpo e fincada uma cruz que seria, então, o marco inicial da cidade e a partir de onde o arraial se desenvolveria. Anos depois a casa de oração foi destruída e erguida no mesmo local a Igreja Nossa Senhora do Rosário, que interligada a Igreja Matriz de Santa Luzia, constituem parte do núcleo histórico da cidade.

A associação do intangível com o tangível, presente no centro histórico, valorizam a cultura e a memória local, além de favorecer a ascensão do turismo neste espaço, entendendo que a expressão centro histórico, mais do que remeter para um objeto, ou para um espaço, converte-se em uma representação de alguma coisa. (PEIXOTO, 2003). Luziânia surge então como uma cidade que mantém traços do passado no seu centro histórico, que permitem uma leitura da sua história e compreensão da sua cultura.

Grande parte dos bens, ligados ao patrimônio cultural, com potencial para o desenvolvimento da atividade turística em Luziânia, está localizada no centro histórico da cidade. Lá se encontra alguns dos patrimônios materiais, como a Igreja do Rosário; a Igreja Matriz de Santa Luzia; e a Cruz do Desbravador, que é o marco inicial do povoado; além dos inúmeros casarões em estilo colonial. Ao andar por estas ruas,

é possível ter a sensação de estar caminhando em ruas de séculos passados, com todo o estilo colonial e ruas de bloquetes.

Além das igrejas e do centro histórico, outros locais merecem ser visitados em Luziânia. Assim, segue um breve levantamento dos principais pontos culturais e turísticos da cidade:

1. Casa da Cultura Rui Carneiro;
2. Centro Cultural José Dilermando Meireles;
3. Praça Raimundo de Araújo Melo (Praça das Três Bicas);
4. Praça Evangelino Meireles;
5. Centro de Cultura e Convenções Professora Abigail Brasil da Silveira;
6. O Cristo Redentor.

Dentre os patrimônios imateriais de Luziânia estão às festas religiosas que atraem muitos visitantes para lá, normalmente no mês de maio acontece a Festa do Divino Espírito Santo e entre setembro e outubro a Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que são comemoradas juntas, devido à proximidade das datas dos dois santos. O dia de São Benedito é cinco de outubro e Nossa Senhora do Rosário sete de outubro.

As festas populares e tradicionais sempre tiveram um papel de destaque no desenvolvimento da cultura local, que teve uma história repleta de celebrações e tradições marcadas por forte influência da igreja, especialmente a católica. Como cita Marina Mello e Souza (1994) o vetor cultural do processo de acomodação então iniciado, foram às festas tradicionais, em especial a do Divino, culminância coletiva da ativa religiosidade popular. Essas celebrações foram e são, até os dias de hoje, muito significativas para a cultura popular do Estado de Goiás, especialmente em pequenas cidades, como Luziânia.

No artesanato, a cidade tem forte influência goiana e religiosa, o que pode ser constatado nas esculturas de santos em madeira, na fabricação de violinos, nas peças de barro, nas pinturas, e tantos outros trabalhos feitos por artesãos Luzianiense. Na Loja do Artesão, tem uma exposição do artesanato regional, funcionando todos os dias. Tem também a Oficina de Artes que atua com cursos permanentes de desenho e pintura. E a Casa da Cultura, que além de abrigar vários objetos, realiza encontros culturais.

Na culinária, Luziânia também tem suas especificidades. Ao provar a comida do município é nítida a presença da culinária goiana e portuguesa, não só no modo de fazer os alimentos, mas também no modo de servir. Características estas que

também herdou dos seus colonizadores. Na realização de festas tradicionais sempre se encontra muita fartura de comida e o uso da agropecuária local. Soma-se a tudo isso, mais uma variação de sabores com galinha caipira, carne de porco, pequi, quiabo, leite, mandioca, milho, guariroba, hortaliças e aguardente.

Há o uso de um fruto tradicional da região para a fabricação de um doce típico e famoso na cidade, a marmelada. É um doce tradicional, com origem portuguesa, de destaque na cultura luzianiense, e que começou a ser produzido por escravos, em comunidades quilombolas, há mais de dois séculos. Até os dias de hoje vem sendo feito de modo artesanal, seguindo uma receita que é repassada de pai para filho em quatro fazendas de Luziânia e na sua vizinha Cidade Ocidental. Para que a tradição sobreviva, ela depende da mão de obra e dos conhecimentos dos descendentes de escravos.

Este patrimônio imaterial de Luziânia foi registrado em seu livro do tomo de registro dos saberes, que atualmente encontra-se na Casa da Cultura da cidade. Lá está descrito o passo a passo para a fabricação do doce.

Em relação aos patrimônios naturais, a cidade possui ainda um promissor potencial turístico. O Lago do Corumbá, a Cachoeira das Três Vendas, o Morro da Canastra, e o Rego das Cabaças (que possui uma história riquíssima para a cultura local) são patrimônios naturais de Luziânia, que mesmo tendo potencial para atrair turistas, ainda não são aproveitados pelos gestores com o seu devido valor.

Estes locais poderiam se tornar referências no turismo da cidade, não só por sua beleza natural, como também por sua história. O rego das cabaças, por exemplo, foi um canal aberto por escravos no século XVIII, com o intuito de levar água até o arraial na época da mineração, até os dias de hoje surpreende pela forma como foi feito.

Parte-se do pressuposto que as cidades históricas brasileiras se tornam obras de arte concreta e coletiva com o passar dos anos, Everaldo Batista da Costa e Valdir A. Steinke (2013, p. 165) afirmam que “toda cidade faz-se produto da história, do vir a ser universal que a constitui enquanto obra de arte, coletiva ou particularmente. As cidades antigas brasileiras são tratadas desta forma – como cidades históricas [...]”, entendendo as cidades históricas como:

Cidade histórica é aqui apresentada como objeto concreto e simbólico do vir a ser de um território que é material e é imaginado; mescla e síntese de lugares e paisagens em movimento histórico concreto e ideativo – pois, também, mítico; é embrião, sede e centro de um processo civilizatório que guarda, em germe, a instituição urbana em si, por meio de trânsitos com o rural. (COSTA E STEINKE, 2013, p. 166).

Dentro dessa concepção, pode-se afirmar que Luziânia é uma cidade histórica,

concreta e simbólica que, desde a sua fundação até a inauguração de Brasília, em 1960, passou por grandes mudanças, tendo sua cultura fortemente influenciada por elas. Tormin (2004) diz que Luziânia foi um dos municípios mais diretamente atingido por essas transformações na região, sofrendo impactos físicos, sociais, espaciais e culturais de toda ordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luziânia está localizada no centro-oeste brasileiro, no estado de Goiás, entorno do Distrito Federal. Com mais de 200 anos, conta com um passado repleto de fatos significativos para a história do Planalto Central. Possui um rico patrimônio histórico, que inclui não só seus monumentos arquitetônicos, mas também suas manifestações artísticas, culturais e gastronômicas. “Suas raízes no período colonial, a mantiveram por muitos anos como um retrato de cidade barroca (TORMIN, 2004).”.

Embora possua uma rica história cultural, os moradores da cidade não sabem lidar com a atual situação de seus patrimônios e, menos ainda, compreender o significado e a importância em ter esses bens preservados. Por isso, o município de Luziânia foi escolhido como objeto deste estudo, por se tratar de uma cidade histórica, com um rico patrimônio, tangível e intangível, que fazem parte do acervo cultural da cidade e que, ao longo dos anos, foram descaracterizados e menosprezados por parte de moradores e gestores, que não apenas ignoram seu valor como patrimônios históricos, mas também não reconhecem estes bens como de grande importância para a perpetuação da cultura local.

Pode-se afirmar que os patrimônios de Luziânia estão abandonados e veem sendo desprezados pelos planejadores e representantes públicos por muitos anos e, até os dias de hoje, pouco tem sido feito no sentido de agregar valores a estes patrimônios. Atualmente o patrimônio material do município conta apenas com a proteção do tombamento estadual e continua sendo negligenciado no seu conjunto pelo IPHAN. Embora o imaterial não conte com esse tipo de proteção governamental, ele se mantém vivo por contar com a proteção do povo, já que parte da comunidade luzianiense ainda tem a preocupação de preservar estes patrimônios.

Assim, esta pesquisa partiu da hipótese de que a cultura e o patrimônio histórico-cultural de Luziânia podem servir, dentre outros aspectos, para que a sociedade luzianiense possa repensar seus significados, suas atitudes e anseios no presente,

assim como o que almeja para o seu futuro. Isso acaba gerando um reforço na sua identidade, como fator de grande importância para o sentimento de pertencimento, já que esta identidade se localiza no espaço e no tempo simbólico, Hall (2006) acredita que as culturas nacionais podem ser fontes de identidade cultural.

Logo, torna-se essencial conhecer o patrimônio histórico-cultural de Luziânia e, com isso, contribuir para a sua divulgação e utilização como agente no desenvolvimento do potencial turístico do município. É fundamental o reconhecimento dos valores e características culturais que possam ser trabalhadas pela atividade turística, como meio de integração entre história, memória, cultura e turismo, pois como Peter Burns (2002, p. 92) afirma, há a necessidade de “um conhecimento mais profundo sobre as consequências da interação entre as sociedades que geram e as que recebem turistas”.

A relação entre os patrimônios materiais e imateriais é nitidamente perceptível nos bens culturais de Luziânia. A cidade possui patrimônios tangíveis e intangíveis que se fundem e que podem ser vistos ao andarmos pela cidade, principalmente no centro histórico. Estes patrimônios agregam valor à cultura da cidade e possuem forte poder de atratividade para o turismo cultural.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marina. R.; DIAS, Reinaldo. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas: Editora Alínea, 2002.

AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BENI, Mário Carlos. **O conceito de sustentabilidade na política de turismo e meio ambiente**. In: Revista de Administração, v. 33, n. 4, p. 53-55, out./ dez. São Paulo, 1998. Disponível em: < <http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=3304053.pdf> >. Acesso em: 20 jun. 2013.

BRASIL, **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo cultural**. 2. ed. Brasília: MTur, 2008.

- BURNS, Peter. **Turismo e Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chronos, 2002.
- COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade urbana e totalidade mundo - as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH-USP, São Paulo, 2011.
- COSTA, Everaldo Batista da; STEINKE, Valdir A. **Cidades históricas do estado de Goiás, Brasil: uma agenda de pesquisa**. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 7, n. 2, p.164-195, ago/2013.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- CRUCES, F. **Problemas en torno a la restitución del patrimonio**. Una visión desde la antropología, em Política y Sociedad. No 27, 1998.
- DELGADO, Lucília A. N. **História Oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autentica, 2010.
- DENCKER, Ada de Freitas M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 2 ed. São Paulo: Futura, 1998.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi. **Patrimônio: Discutindo alguns conceitos**. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para Além da Pedra e Cal: Por uma concepção Ampla de Patrimônio Cultural**. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GONÇALVES, José Reginaldo. **Patrimônio, natureza e etnicidade: reinvenções da cultura açoriana**. Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: A questão social no novo milênio, Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal, 2004.
- GOODEY, Brian. **A interpretação do Sítio Turístico: desenho e atividade**. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo horizonte: Ed UFMG. Território Brasilis, 2002.
- HALL, Collin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Tradução de Edite Sciulli. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Guaracira Lopes Louro – 11. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAFARI, J. **La cientifización del turismo: estudios y perspectivas en turismo**. Buenos Aires: CIET, Vol. 3, nº1, p.7-36, 1994.

MELLO E SOUZA, Marina. **Parati: a cidade e as festas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994.

MOESCH, Marutschka Martini. **Epistemologia social do turismo**. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo). Escola de Comunicação e Arte. Universidade de São Paulo, Brasília, 2004.

MURTA, Stela Maris. **Turismo histórico-cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora**. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis, 2002.

ONFRAY, Michel. **Teoria da Viagem**. Porto Alegre, L&PM, 2009.

OLIVEN, Ruben George. **Patrimônio intangível: considerações iniciais**. In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. ABREU, R; CHAGAS, M. (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2009.

PEIXOTO, Paulo. **Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades: Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana**. Portugal: Centro de Estudos Sociais, 2003.

PEREIRA, Bruno. T. da S; SILVA, Luiz. F. O; PERINOTTO, André. R. C. **Festejo de São Francisco: análise sobre uma alternativa de desenvolvimento do Turismo Religioso em Parnaíba (Piauí, Brasil)**. Turismo & Sociedade. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 363-380, outubro de 2011.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo, Editora Roca, 2004.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

TORMIN, Cassiana Vaz. **Um lugar e suas raízes. O pensamento político em Luziânia/GO**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2004, mimeo, 140 p.

UNESCO. **Recomendação de Paris – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>>. Acesso em: 27 de jun. 2012.



Políticas Culturais Patrimoniais e Planejamento Urbano na Cidade Imperial de Petrópolis (RJ)

Heritage cultural policy and urban planning in the Imperial City of Petropolis, RJ

Ana Paula Silva de Araújo¹

1 Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ. Geógrafa pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ.

Resumo

A construção de uma relação mais democrática da sociedade com as políticas culturais e de preservação do patrimônio não atingiu avanços na conquista igualitária de direitos culturais. Isso passa a ser evidente na Cidade Imperial de Petrópolis (RJ), onde os instrumentos do planejamento urbano se direcionam para um tratamento meramente turístico do patrimônio reforçando a exclusão social da comunidade local. Sendo assim, o objetivo deste artigo é compreender a relação Estado e cultura em sua trajetória histórica na construção do planejamento na cidade de Petrópolis. Para isso, a metodologia seguida foi um levantamento das principais discussões sobre as políticas culturais e de preservação do patrimônio no Brasil e dos planos diretores municipais. Portanto, nas políticas de preservação do patrimônio, a hierarquia social entre o culto e o inculto nunca foi legitimamente rompida, mas reinventada nos limites do retorno a um passado imperial.

Palavras-chave: Políticas culturais e de preservação. Patrimônio. Plano Diretor Turístico. Plano Municipal de Cultura. Petrópolis (RJ).

Abstract

Building a more democratic relationship between society and cultural policies and heritage preservation has not got certain progress in the achievement of equal cultural rights. This becomes evident in the Imperial City of Petrópolis (RJ), where the instruments of urban planning are directed to a merely touristic treatment of heritage in terms of social exclusion of the local community. Thus, the objective was to understand the relationship between the State and culture in its historical trajectory in the construction of planning more precisely in the city of Petrópolis. For this, the method used was a survey of the main discussions on cultural and preservation heritage policies in Brazil and the municipal master plans. Therefore, in the policies of preservation of heritage, the social hierarchy between the cult and the uneducated was never legitimately broken, but reinvented on limits of return to a imperial past.

Keywords: Cultural and Preservation Policies. Heritage. Tourism Master Plan. Municipal Culture Plan. Petrópolis (RJ).

INTRODUÇÃO

Antes de se analisar criticamente as políticas culturais e de preservação do patrimônio histórico nacional, deve-se ter como precedentes uma reflexão do que foram as primeiras tentativas de institucionalização da memória no Brasil. Considerando a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) o ponto de partida

para o surgimento de uma política cultural no país, não podemos desconsiderar que o cuidado com os vestígios do passado tinha os seus antecedentes mesmo antes de termos o tombamento como medida pioneira na preservação do patrimônio histórico.

A vinda da família Real para além de muitas transformações ocorridas com sua transferência para a colônia, propiciou a criação de instituições museológicas no Brasil que representou a institucionalização da riqueza, da cultura, da memória do território a ser explorado. A institucionalização do que conhecemos por patrimônio histórico teve seu início por meio da criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937. O SPHAN foi a primeira iniciativa de uma política cultural no Brasil, uma inauguração da ação de preservação do patrimônio cuja identificação maior deveria ser feita com a história do Estado e tudo o que fosse aceitável para representá-lo (CHUVA, 2009).

As transformações que se seguiram na política cultural e de preservação do patrimônio histórico no Brasil – antes e durante o período do regime militar (1964-1985) e no regime democrático –, vistas em conjunto, contribuíram para a construção de instituições, programas e rearranjos de ministério, como por exemplo, o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde, a criação do Plano de Ação Cultural, as Leis de incentivo. Do Programa de Cidades Históricas (PCH) da década de 1970 a sua posterior reformulação pelo Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas no governo Lula, que seria a esperança do final de certas alianças neoliberais, novos avanços foram alcançados no tratamento do patrimônio no interior do planejamento urbano com uma aproximação maior entre distintas instâncias de poder.

O município de Petrópolis (RJ), localizado na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, foi escolhido pela constatação de uma relação muito frágil da comunidade local com o centro histórico da cidade mencione-se entre outros aspectos: a falta de identidade; dificuldades de deslocamento a esta parte da cidade; desvalorização de outras manifestações culturais; ausência de uma participação popular nos espaços de debates relacionados às políticas culturais e aos projetos de revitalização do centro histórico. Além disso, o fato de o patrimônio ser utilizado para a sustentação da imagem de Cidade Imperial entra em contradição com sua utilização na conquista da cidadania plena pelos instrumentos ligados ao planejamento urbano petropolitano.

Neste sentido, o objetivo geral deste artigo é compreender a trajetória histórica da relação Estado e cultura no Brasil e sua projeção no planejamento urbano; como objetivo específico, pretende-se analisar os limites dos instrumentos do planejamento da cidade de Petrópolis (RJ) na promoção de uma relação mais democrática entre a comunidade local e o patrimônio. As questões centrais que nosso trabalho

procura responder são: “Quais os entraves existentes no planejamento de cidades históricas, como Petrópolis (RJ), numa aproximação mais democrática da população local ao patrimônio?” De que forma tem sido desenhada a democracia enquanto um direito social por estes planos??

Para isso, nossos procedimentos metodológicos se basearam numa revisão bibliográfica das políticas culturais no Brasil e dos programas do governo federal de preservação do patrimônio histórico cultural no Estado Novo passando pela ditadura até chegarmos à democracia; na consulta aos planos diretores municipais de Petrópolis de 1998, e suas sucessivas revisões para acompanharmos o tratamento dado ao patrimônio nos documentos oficiais a partir da criação de um plano diretor turístico. Consultamos também o plano municipal de cultura para a coleta de informações quanto aos problemas da comunidade local em relação à aquisição de espaço nas discussões dos direitos culturais. Por fim, pequenos trechos de duas entrevistas realizadas em trabalho de campo de dois funcionários do Museu Imperial, também moradores da cidade de Petrópolis em abril de 2014.

Este breve artigo foi organizado em três partes: na primeira, traçamos uma discussão das ações antecedentes de preservação do passado no Brasil com a chegada da Família Imperial relacionadas à criação de museus, cujo divisor de águas nas instituições museológicas no país foi a criação, em 1922, do Museu Histórico Nacional. Em seguida retratamos a criação do SPHAN em duas fases iniciais marcantes de gestão que muito contribuíram na construção da política cultural no Brasil; num segundo momento, abordamos a política cultural durante a ditadura militar, vista como um dispositivo de controle social e de ativação do desenvolvimento do turismo no país, e as políticas culturais no período democrático com a entrada de um projeto neoliberal e sua permanência no governo Lula, mesmo com uma conjuntura favorável de lutas pelos direitos sociais; a terceira parte diz respeito à reformulação do Programa de Cidades Históricas, analisando a cidade de Petrópolis (RJ), e como se dá o tratamento do patrimônio histórico, em escala local, nos planos diretores municipais e no plano municipal de cultura.

1. DOS MUSEUS DA MONARQUIA AO PATRIMÔNIO DO ESTADO NOVO

Para Calabre (2015), a primeira iniciativa de uma política cultural no Brasil se deu com a criação do SPHAN no Estado Novo. Por outro lado, desvendar a trajetória histórica das políticas culturais e de preservação do patrimônio no Brasil centrando as análises a partir da criação deste órgão nos limitaria a refletir na existência de outras formas de produção do patrimônio no Brasil.

É inegável que com um órgão de preservação do patrimônio nacional muitos bens históricos foram tombados em função de seu valor histórico e estético. Contudo, antes da institucionalização do patrimônio pelo Estado brasileiro houve a criação de instituições museológicas com intuito de preservar um passado sob a perspectiva de interesses voltados para o controle da riqueza da colônia a ser conquistada.

A chegada da Família Imperial Portuguesa ao Brasil causou muitas transformações na ordem pública, na infraestrutura e na habitação, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro. As muitas transformações ocorridas destacamos a presença de certos equipamentos culturais que foram: o Real Teatro São João; a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico (COLOMBIANO, 2007); a criação do primeiro museu nacional em 1818 por D. João VI; o Museu Imperial, um museu de história natural chamado posteriormente na República Velha por Museu Nacional (SANTOS, 2004). No que toca à criação de museus no Brasil, até o fim do século XIX, tínhamos o Museu Naval e Oceanográfico (1868); o Museu da Academia Nacional de Medicina (1898); o Museu Nacional, citado anteriormente; o Museu Paulista; e o Museu Goeldi (1866) (SANTOS, 2004).

A presença da Metrópole na cidade do Rio de Janeiro contribuiu para a consolidação de uma centralidade política e cultural na colônia em função das instituições representativas da burocracia do Estado português. Neste sentido, os museus criados enquanto *instituições-memória* também fizeram parte desta centralidade, porém não da forma como os conhecemos na contemporaneidade. Os museus da Europa tinham uma natureza enciclopédica, pois procuravam expor as riquezas culturais e naturais do mundo. No Brasil, por outro lado, o museu, inicialmente, era uma instituição criada para se guardar a riqueza natural do Império, o que revelaria uma preocupação em preservar o passado não da Colônia, mas da Metrópole. Além disso, o conhecimento das riquezas e da cultura do território explorado eram monopolizadas e resguardadas para estudos nestas instituições (SANTOS, 2004).

Com a criação do Museu Histórico Nacional em 1922 por Gustavo Barroso, os museus nacionais entram numa nova era passando a guardar objetos representativos da história da nação sob a perspectiva de uma elite, deixando de fora as classes sociais mais populares (SANTOS, 2004). Esta formação do acervo dos museus ditada por Gustavo Barroso que privilegiava o patriotismo, o conservadorismo, influenciou outras instituições museológicas pelo Brasil (SANTOS, 2004) e o SPHAN. Criado em 1937, ele fez parte da construção da nação pelo regime do Estado Novo. Isso também é retratado por Gonçalves (1988, p. 267), quando afirma que

(...) Desse modo, muitos dos bens culturais que compõem um patrimônio estão associados ao “passado” ou à “história” da nação. Eles são classificados como “reliquias” ou “monumentos”. Assim como a

identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos – aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Estes bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a continuidade da nação no tempo.

A identidade da nação brasileira deveria ser construída de modo que o bem cultural tombado a representasse diante do mundo como sendo pertencente ao que se considerava como modernidade. O monumento do passado nacional daria condições para se eternizar no tempo e no espaço a memória social legitimadora da nação que se pretendia construir. A atuação do SPHAN, centrada numa lógica de produção da cultura nacional pelo próprio Estado, contribuiu para que o Brasil construísse o seu patrimônio histórico cultural por meio do tombamento, segundo critérios estabelecidos. Este órgão de proteção do patrimônio histórico nacional teve duas fases de gestão marcantes que nos permitem pensar como a cultura foi tratada inicialmente no Brasil enquanto política de Estado.

Num primeiro momento, o SPHAN teve como primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade atuando de 1937 a 1967. Nesta fase o discurso deste órgão estava direcionado para um projeto de construção da nação; o Estado deveria ser o guardião do patrimônio de um povo que não tinha consciência de sua importância. Durante as décadas de 1930 e 1940, o SPHAN concentrou esforços em tombar bens históricos nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e Goiás (CHUVA, 2009). Sua preocupação era assegurar a unidade nacional construindo o patrimônio como algo de interesse comum. Esta fase pode ser caracterizada pelo que foi a “rede mineira” (CHUVA, 2009) de agentes, quando o SPHAN determinou que o patrimônio arquitetônico mineiro fosse o padrão de qualidade a ser seguido (CHUVA, 2009) e tivesse na arquitetura barroca um dos principais símbolos da memória nacional.

Este projeto nacional hegemônico adquire uma nova roupagem durante a segunda e terceira décadas do século XX quando, conforme Gonçalves (2002), a elite cultural e política ligada ao Modernismo e ao Estado Novo tinha os padrões europeus como guia para se construir uma cultura brasileira autêntica. Em outras palavras, a autenticidade da cultura brasileira deveria ser conquistada a qualquer custo, e para isso o padrão europeu era tido como modelo do que era considerado belo e monumental ou do que interligaria nossas raízes à civilização. Isso justificaria a posição

da arquitetura barroca mineira na política federal de preservação do patrimônio no Brasil, o que representaria a influência direta de nossos colonizadores.

Em suma, na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, na primeira fase do SPHAN, tivemos uma política elitista de preservação do patrimônio e essencialmente técnica no tombamento dos bens culturais privilegiando certas áreas em detrimento de outras, realizada por um governo forte e centralizador que perseguia um projeto de modernização. O Estado, na posição de “guardião do interesse nacional”, deveria promover a preservação do patrimônio histórico cultural (CHUVA, 2009).

Na fase seguinte iniciada em 1979 e correspondente à gestão de Aloísio Magalhães muitas foram as transformações sentidas pelo SPHAN e pelo patrimônio nacional. Neste período, a ideia de “cultura brasileira” estava mais centrada no presente do que no passado; para ele, os “bens culturais” seriam a vida cotidiana da população. Um aspecto relevante era a valorização da diversidade cultural da sociedade brasileira, afirmando a necessidade de se desenvolver um diálogo dos profissionais ligados ao patrimônio cultural com a comunidade local (GONÇALVES, 2002).

Fazendo um grande balanço desta segunda fase do SPHAN, consideramos importante a preocupação em resguardar as outras dimensões do patrimônio cultural nacional, sua diversidade e cultura popular (GONÇALVES, 2002). Por outro lado, por mais que o tratamento do patrimônio tivesse sido ampliado, as mudanças decorrentes ainda se encontravam amarradas a um Estado centralizador e a uma elite culta nos padrões europeus. O fato era que o SPHAN, em suas significativas gestões, contribuiu para a criação dos limites de uma nova área cultural para o Brasil. Além disso, proporcionou a sua inserção na comunidade internacional como uma nação a preservar os seus bens culturais (FALCÃO, 1984).

2. A POLÍTICA CULTURAL E DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL: DA RE-PRESSÃO À DEMOCRACIA

A ditadura militar no Brasil tinha a cultura como um forte elemento propulsor do desenvolvimento e da segurança nacionais. Logo, esta área sofreu transformações com a criação de novos programas para o tratamento do patrimônio, como a criação do PCH e etc. Na fase de abertura democrática, novos desmembramentos estruturais foram realizados desmontando o que se havia construído no período anterior e alterando a política cultural de preservação para a entrada de um projeto neoliberal. O governo Lula (2003-2010), associado à esperança de mudanças inaugura uma nova política cultural e do patrimônio, promovendo novos avanços.

Com isso, uma nova política cultural e de preservação do patrimônio é inaugurada assumindo o lugar das leis de incentivo, assim como, a criação do PAC- Cidades Históricas, promovendo novos avanços na luta por direitos sociais ainda não conquistados em sua plenitude pelas velhas relações de poder, nas quais o patrimônio nunca deixou de ser visto como um recurso.

Durante a gestão do general Emílio Gastarrazu Médici (1969-1974), foi elaborado o Plano de Ação Cultural (PAC) que possibilitou o acesso ao crédito financeiro e político para certas áreas culturais que não recebiam verbas do Estado. Tal plano tinha como uma de suas três metas a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional (MICELI, 1984). Podemos dizer que a política cultural formulada no regime ditatorial no Brasil era direcionada para um projeto político que assegurasse a segurança nacional e o desenvolvimento tendo a cultura como elemento decisivo. Para Cohn (1984, p. 90),

(...) não é suficiente a conservação do patrimônio acumulado. É preciso “promover o seu constante acréscimo”, para “assegurar à cultura brasileira presença influente no âmbito internacional e ampla capacidade de assimilação discriminatória dos contingentes recebidos de outras culturas. A questão básica, portanto, acaba sendo a da garantia da formação de uma “personalidade nacional forte e influente”. Por isso, “o deperecimento do acervo cultural acumulado ou o desinteresse pela contínua acumulação de cultura representariam indiscutível risco para a preservação da personalidade brasileira e, portanto, para a segurança nacional”. Dessa forma, a “intensificação das atividades culturais está chamada a representar uma das ações fundamentais” naquilo que realmente interessa, que é a “estratégia de desenvolvimento”, que tem por significado “a presença do Estado, como elemento de apoio e estímulo – que não se confundirá com coerção ou tutela, na integração do desenvolvimento cultural dentro do processo global de desenvolvimento brasileiro.

A preservação do patrimônio histórico cultural não se mostrava suficiente para a construção de uma cultura brasileira perante as demais nações; a meta de um desenvolvimento e segurança nacionais se mostrariam possíveis no investimento da formação de uma “personalidade nacional forte e influente”. Sendo assim, vale a pena ressaltarmos que o Programa das Cidades Históricas (PCH), na década de 1970, voltou-se para a reconstrução das cidades históricas do Nordeste, que se constituiu como uma tentativa de o governo militar retomar o desenvolvimento econômico seguindo as propostas do I e II PNDs ²(CORREIA & FARIA, 2011). Este foi o primeiro programa do governo federal a investir intensamente na preservação do patrimônio cultural ligado à lógica do desenvolvimento urbano e regional.

2 I e II Plano Nacional de Desenvolvimento.

De acordo com Correia e Faria (2011), o PCH foi criado a partir das decisões do “Compromisso de Brasília,” em abril de 1970, que foi o I Encontro dos Governadores de Estado. No próprio documento, mais precisamente na página 1, podemos ter acesso ao que ficou determinado como sendo a “inadiável necessidade de ação supletiva dos estados e municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional” (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970) Propôs-se uma política de preservação do patrimônio numa ação integrada de todas as esferas de poder. Em seguida, com o encontro que ficou conhecido por Compromisso de Salvador, ocorrido em 1971, além de uma proposta para a criação de um Ministério da Cultura, o que foi defendido no encontro anterior em Brasília acabou sendo reafirmado, e ainda defendeu-se um planejamento turístico para que se divulgasse as potencialidades naturais e culturais do país. Neste documento ficou muito evidente uma preocupação para com a preservação e valorização dos monumentos naturais e culturais protegidos por lei para se alcançar um desenvolvimento do turismo.

O Programa das Cidades Históricas (PCH) serviu para que saibamos os caminhos que estavam sendo tomados pela política de preservação do patrimônio cultural em conformidade com o que se discutia no cenário internacional no que diz respeito a aproximação do patrimônio ao turismo. Contudo, segundo Correia e Faria (2011), o PCH não foi eficiente em sua tentativa de distribuição regional de renda via o patrimônio por conta de desarticulações institucionais dificultando a ação conjunta entre as diferentes instâncias de poder.

O fim da ditadura e a chegada da fase de democratização do Brasil não alterariam o cenário de instabilidade institucional das políticas culturais. No que toca à política cultural, as décadas de 1980 e 1990 se caracterizaram pelas leis de incentivo, que abriam espaço para que, nessa área, o Estado fosse integralmente substituído pelo mercado. Na década de 1980, a área da cultura no Brasil pode ser caracterizada pela criação do Ministério da Cultura, em 1985, porém, no repasse de verbas estavam mais direcionadas em sua grande parte para o Ministério da Educação. Com isso, frente a esta retração de recursos por conflitos internos, o presidente Sarney inaugurou a Lei n. 7.505 de incentivo à cultura durante a gestão do ministro Celso Furtado (CALABRE, 2005). Para Rubim (2007), esta lei radicalizou as formas de financiamento da cultura, porque o mercado realizaria o financiamento direto dos projetos de cultura.

Aprofundando essa política, o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) acabou como um grande beneficiário das políticas culturais por meio da concessão de financiamentos pelo Estado das leis de incentivo, o governo Fernando Henrique Cardoso acabou por implantar, conforme palavras de Rubim (2007, p. 109), “de modo menos tosco e mais enfático” o projeto neoliberal no Brasil. Estas leis de incentivo à cultura passaram a definir a própria política cultural do país beneficiando

do as empresas de marketing e revelando a ausência de uma verdadeira política cultural no Brasil (RUBIM, 2007) e (MORAES, 2009).

No início dos anos 2000, o Brasil sofria com os reflexos de uma situação de esgotamento das ações neoliberais praticadas na América Latina em função de sucessivas crises financeiras. A hegemonia se rompia e o grupo das majorias, sempre excluídas, passava a adquirir força na reivindicação de seus direitos elegendo políticos contrários às pressões exploradoras externas que dominavam anteriormente (MORAES, 2009). É neste contexto que se dá a vitória de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República no Brasil. No campo da cultura, a eleição de Lula demonstrou uma necessidade de se realizarem novas alianças políticas e partidárias para a incorporação de pontos de interesse que contemplassem o processo de ampliação do conceito de cultura em curso desde a década de 1970, e que vinha incorporando novos agentes na agenda pública. Contudo, por mais que a incorporação de novos e diferentes atores sociais se mostrasse necessária, isso não fazia parte da agenda política do Partido dos Trabalhadores (MORAES, 2009).

As mudanças ocorridas durante o governo Lula garantiram certos direitos sociais, entretanto, ainda pairava uma força vinda dos interesses financeiros não comprometidos com o bem-estar da sociedade brasileira. Isso também foi sentido pelas políticas culturais que ainda não passaram por profundas rupturas sociais, pois ainda são vistas, pelo Ministério da Cultura, como um “tesouro”, “um ativo social e econômico”, expressões de Gil (2005). Este discurso que põe a cultura como um fator de mudança, mas ainda destinada a perpetuar velhas relações de poder está presente nos instrumentos do planejamento urbano de municípios que buscam aprimorar a sua reprodução imaterial no que diz respeito a sua imagem no mercado. Este vem a ser o exemplo de uma Cidade Imperial como Petrópolis (RJ), que inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Cidades Históricas, vem articulando os seus planos diretores municipais para a manutenção da Marca Petrópolis entre as cidades da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro em detrimento da construção de uma identidade mais próxima da realidade e memória de seus moradores.

3. OS LIMITES DO PLANEJAMENTO DA CIDADE IMPERIAL DE PETRÓPOLIS (RJ)

Conforme os trabalhos de Megumi; Uemura; Sutti e Diogo (2011), foram estabelecidos Planos de Ação para os 141 municípios que tivessem patrimônio cultural tomado ou registrado nacionalmente. O objetivo destes planos é estabelecer uma ação coordenada entre as distintas instâncias de poder e a sociedade civil para a constru-

ção de um Sistema Nacional do Patrimônio Cultural. Ainda segundo Megumi; Uemura; Sutti e Diogo (2011), tais planos possuem uma grande relevância por estarem em contato com os recursos advindos do PAC-Cidades Históricas. Consequentemente, a cidade que concentrasse maior parte destes investimentos indicaria um valor simbólico maior na cultura brasileira e na promoção do desenvolvimento do país.

No caso das cidades que já tivessem um Plano Diretor, seus projetos de proteção do patrimônio cultural só seriam aprofundados nestes Planos de Ação. Estes contribuíram para o fortalecimento dos órgãos gestores do patrimônio cultural numa atuação integrada no território através de um contato mais direto com os instrumentos do planejamento urbano, como o plano diretor, o plano de habitação, o plano de reabilitação de áreas urbanas centrais e os fundos municipais (MEGUMI; UEMURA; SUTTI e DIOGO, 2011). Isto chega a ser um reflexo dos pontos positivos alcançados pelo PAC-Cidades Históricas no que diz respeito a uma articulação institucional possível que contribuiu para a criação de uma estrutura em que o patrimônio arquitetônico histórico urbano recebesse investimentos para a sua preservação na escala local. Neste sentido, Petrópolis fez parte das 15 cidades fluminenses que comporiam o Plano de Ação para as Cidades Históricas em 2010. Os municípios seriam contemplados com um investimento de R\$ 20 milhões para executarem estes planos. No caso de Petrópolis, foi apresentada uma proposta de revitalização de três áreas históricas como forma de inserção do município no Programa de Cidades Históricas.

Os recursos provenientes deste programa para projetos de requalificação foram direcionados para áreas históricas selecionadas. Isso pode ser considerado um reflexo de seria o tratamento do patrimônio histórico nos municípios pelos seus planos diretores e pelos seus planos municipais de cultura. No caso de Petrópolis, tomamos como ponto de partida as análises de seu plano diretor de 1998 e suas sucessivas revisões. Este plano diretor municipal estava voltado para os seguintes objetivos: incremento dos fluxos turísticos; aumento da estada dos seus visitantes; consolidação de sua posição de destaque de destino turístico; fortalecimento de sua imagem turística como Cidade Imperial (CUNHA, 2008).

Na versão do plano diretor turístico de 2009 ainda fica evidente a proposta de criar em Petrópolis a identidade para de principal destino turístico da Região Serrana do Rio de Janeiro (CUNHA, 2008). Neste plano foi determinada a manutenção da Marca Petrópolis, baseada na tentativa de se reconstruir todo um cenário do passado imperial que a cidade carrega em seu simbolismo e em seu conjunto arquitetônico histórico urbano. Isso se evidencia no posicionamento deste plano em relação ao setor do comércio, que deveria ser estruturado para atrair mais entretenimento; estabeleceu-se a desobstrução do trânsito no centro histórico proibindo a

passagem de caminhões e ônibus; propôs-se a construção de edifícios garagens no próprio centro, valorizando o bem-estar do consumidor. Este documento mostrou em suas propostas a ausência de uma política de preservação do patrimônio para o município. O centro histórico de Petrópolis (RJ) foi visto apenas como um atrativo turístico a ser preservado através de medidas de policiamento, limpeza das ruas, restauração de imóveis históricos, adoção de projetos que mantivessem a marca de Cidade Imperial diante das demais cidades da Região Serrana (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2009).

Em seguida, o Plano Petrópolis Imperial, aprovado pela lei n. 6.771 de julho de 2010, para o ano de 2010 a 2019, mostra uma preocupação constante em se construir um marketing urbano para uma inserção privilegiada da cidade no mercado turístico. Neste plano, o patrimônio era tratado como uma potencialidade do município em promover o seu crescimento econômico. E além disso, ainda se chegou a tratar superficialmente de uma suposta cidadania cultural autônoma e desvinculada de uma proposta anterior de conscientização dos cidadãos quanto as suas responsabilidades diante da promoção do turismo na cidade. E por fim, ficou evidente em todo o documento, a preocupação em se resguardar de forma cênica todos os símbolos que ajudassem a sustentar a imagem de Cidade Imperial de Petrópolis.

Numa das revisões mais recentes do Plano Diretor Municipal de Petrópolis em 2013, podemos constatar uma primeira menção às políticas culturais associadas à defesa do patrimônio natural, construído e imaterial. Com isso, este plano diretor defende que a preservação do patrimônio e da memória estivessem ligados às políticas culturais detentoras de uma abordagem mais ampla da ideia de cultura. Neste documento fica ainda mais evidente a ausência de uma política de preservação do patrimônio, onde ações urbanísticas pontuais acabam predominando, como os projetos de requalificação do centro histórico de Petrópolis em detrimento de outras localidades. No discurso deste plano diretor municipal, a política cultural e de turismo não são mais associadas somente ao primeiro distrito e do centro histórico, mas outras localidades devem ser contempladas nos projetos de reurbanização a serem propostos.

A participação da população petropolitana sempre é tratada nestes planos como algo voltado a uma conscientização e capacitação da prática do turismo na própria cidade. Na realidade, a participação popular na criação do Museu Imperial, no Projeto Petrópolis de revitalização de seu centro histórico e em demais situações, se mostra um tanto ausente se analisado com mais cuidado. A justificativa para isso se encontra no que foi o “Parecer Conclusivo e Final da Comissão Especial de Estudo e Revisão do Plano Diretor de Petrópolis de 2013” consta que o problema não está na ausência da participação popular na tomada de decisões, mas em sua presença que

se mostra um tanto deficiente. A participação popular não é plena e nos revela uma falta de politização social no que diz respeito ao desconhecimento das pautas que contemplam a ideia de cidadania como um todo. Em outras palavras, nas audiências públicas são levantados certos problemas concernentes ao cotidiano de uma grande parcela da população que não conhece a importância de certos instrumentos como o Plano Diretor, assim como, a falta de consciência em reivindicar os seus direitos culturais enquanto um direito social básico como qualquer outro ligado à cidadania.

O Plano Municipal de Cultura de Petrópolis de 2010, marcado por um forte incentivo à participação popular, demonstra, através de um diagnóstico elaborado a partir da realidade do município, algumas lacunas advindas do tratamento do patrimônio pelo planejamento urbano e suas implicações na relação da comunidade com a construção da memória coletiva. Este plano em seu diagnóstico mostra a necessidade de se superar as desigualdades internas do município; menciona-se, neste sentido, a falta de integração entre os distritos como espaços culturais na formulação de propostas de políticas públicas, principalmente, na área da cultura. Isso ocorre em função de uma relação fragmentada entre as várias identidades culturais que não encontram espaços de diálogos, de garantia de direitos e de diversidade cultural nas áreas de requalificação urbana e naquelas privilegiadas pelos planos diretores municipais. É patente a falta de apoio às outras manifestações culturais por conta de uma certa predominância da “grande arte” em detrimento da cultura popular desqualificando, com isso, a produção artística local, do cotidiano. A marca de Cidade Imperial de Petrópolis – sustentada por um planejamento urbano que, através dos planos diretores e de requalificação urbana, atua seletivamente no espaço para criar um cenário da Monarquia – inibe as demais partes da população e os movimentos sociais que se sentem excluídos socialmente não apenas pela atuação pontual destes investimentos, mas também por uma falta de um sentimento de identidade em relação à história e memória da própria cidade que pertencem.

Este documento levanta certas propostas cujo guia para se chegar um ideal possível é a reivindicação do que se considera como sendo direito cultural. Os direitos culturais – vistos como um direito social básico a ser reconhecido enquanto tal – possibilitariam, o uso dos vestígios do passado, a construção igualitária de uma memória coletiva no presente que oferecesse condições para a projeção de um futuro possível para o exercício de uma cidadania cultural. Ao nos depararmos com a realidade, os instrumentos do planejamento de uma cidade como Petrópolis (RJ) adaptam em seus discursos uma democratização da cultura, porém, uma cultura erudita suprema necessitaria ser incorporada pelas demais classes sociais. A cultura deveria ser acessível a todos como um direito social básico na construção mercado-

lógica de uma Cidade Imperial das Américas. Para isso, a concentração dos investimentos no embelezamento estético e preservação do principal centro histórico de Petrópolis deve contribuir para manter uma imagem que reflita o período Imperial no Brasil. Entretanto, as manifestações culturais em outras localidades sinalizando possibilidades de se contar a memória da cidade não parecem ser interessantes, nem incorporadas por um Estado que não quer ser representado por todos. Assim, as propostas de um Plano Municipal de Cultura que defende uma democracia cultural – onde todos são vistos não somente como consumidores, mas como produtores no processo cultural – apesar dos reais obstáculos a serem enfrentados não estão sintonizados com o plano diretor municipal. Isso pode ser notado claramente nos relatos de dois funcionários do Museu Imperial e também moradores da cidade de Petrópolis (RJ) percebidas em duas entrevistas realizadas em abril de 2014.

Em contraposição à fala do diretor do Museu Imperial, para quem “(...) inconcebível que ainda haja um petropolitano que ainda não conheça o Museu Imperial” está a posição da museóloga responsável:

“(...) Tem que deixar de ser só turismo. (...) Tem muita gente que mora em Petrópolis, tanto adulto como estudante, que nunca colocou os pés no Museu Imperial, nem no palácio, como uma visita “turística” e nem como pesquisa. (...) Nem vêm aqui.(...) Não tem o hábito. Isso é uma das coisas que me incomoda como museóloga. Museu é base de educação! (...) É complemento de sala de aula(...)”

Nestas duas falas um tanto divergentes nos deparamos mais uma vez com a questão do distanciamento da população local em relação a um patrimônio histórico em específico, o Museu Imperial. Para o diretor desta instituição, a população local não é vista como distante do Museu Imperial, que representa a história do Estado nacional brasileiro e a memória da própria cidade. No entanto, a museóloga em suas afirmações mostra perspectiva distinta e ainda aponta dois problemas: a predominância da atividade do turismo; e a falta de articulação com a educação, também apontada pelo Plano Municipal de Cultura. A justificativa para isso estaria na forma como o patrimônio é visto por estes dois atores sociais, e também como cada um deles vê não apenas o museu em si, mas o centro histórico.

Em mais uma das muitas falas do diretor, o museu é tido como “referência do turismo da cidade.” Uma das bases para tal afirmação é o projeto Som e Luz que realiza espetáculos no museu reproduzindo uma festa da corte nos tempos do Império e conseqüentemente acaba por atrair um grande público. E como o centro histórico não tem uma vida noturna, este projeto acaba dinamizando o setor hoteleiro e o de serviços. Logo, o centro histórico é visto como um espaço de consumo cultural, onde o Museu Imperial é um de seus captadores de público. O mesmo

acontece ao se enxergar o museu como um grande atrativo de turistas nos megaventos esportivos. Contudo, na percepção da museóloga, a apropriação pela grande massa do centro histórico, do Museu Imperial de Petrópolis, e de qualquer programação cultural é comprometida por aquilo que os planos de revitalização proporcionaram, e pela forma como o plano diretor trata turisticamente o patrimônio no município. O que ficou marcado na fala da museóloga foi a questão da dificuldade de mobilidade da população, não apenas no que diz respeito ao transporte coletivo:

“Como é que você vai ter um concerto de piano às sete horas da noite num local onde você não tem onde parar o carro? Você não tem estacionamento próximo. O ônibus é difícil. (...) Essas atividades, sejam dentro de museus, de cinemas, como uma atividade educativa. Como não é vista como uma atividade educativa, o governo estadual, municipal, federal, seja lá o que for não se vê obrigado a participar.”

E ainda acrescenta mais à frente dizendo que: “Petrópolis é uma cidade que tem uma dificuldade enorme de ônibus. Transporte urbano aqui é péssimo. (...) É péssimo no sentido de linhas. (...) Os ônibus aqui só passam de três em três horas.” Portanto, podemos perceber - diante das lacunas quanto ao tratamento do patrimônio nos planos diretores municipais de Petrópolis (RJ), e do que foi levantado pelo Plano Municipal de Cultura – na experiência destes dois personagens ligados tanto ao Museu Imperial quanto ao centro histórico as dificuldades na vida cotidiana da população para uma vivência mais autônoma e construção de sua própria cidade. O esvaziamento do centro histórico não deve ser combatido essencialmente por turistas, mas por quem também faz parte da construção da memória da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de se resguardar o passado por meio do que foram os primeiros museus no Brasil até a formação de algo mais abrangente como a política federal de preservação e de cultura nos revela uma ideologia do Estado construída dinamicamente ao longo do tempo e projetada sobre o território nacional. Uma ideologia voltada para resguardar os recursos de uma colônia a ser explorada e posteriormente direcionada para a preservação do passado como um recurso do Estado nação. Um recurso que contribuiria para a construção de uma História e memória para fazer uma nação moderna frente às outras. Posteriormente, a preservação do patrimônio histórico cultural – passando de recurso de legitimação da identidade nacional para o status de recurso econômico e de desenvolvimento da atividade do turismo – compôs o discurso das políticas culturais implantadas por um Estado autoritário e produtor da cultura brasileira.

O SPHAN, em suas duas significativas gestões, contribuiu enquanto embrião da política cultural no Brasil para a manutenção do controle do Estado por meio da cultura. Na direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ao se promover a construção do patrimônio no Brasil tivemos o fortalecimento de uma “rede mineira” na prática de tombamento e a separação evidente entre o erudito e o popular. Na fase de Aloísio Magalhães, a ideia de patrimônio foi ampliada, a cultura popular e a inserção do cotidiano valorizadas. Estas foram as duas primeiras fases primordiais do SPHAN cujas ações referentes ao tratamento do patrimônio culminaram no surgimento de outras medidas de se preservar a cultura e de se perpetuar o controle e a hierarquia social existentes no Brasil.

O Programa de Cidades Históricas (PCH) de 1973 e sua posterior reformulação no PAC-Cidades Históricas representam avanços em seus respectivos contextos de surgimento e implantação na preservação do patrimônio histórico no Brasil. Aquele por ter sido uma primeira iniciativa governamental de se preservar centros históricos do Nordeste e ainda redirecioná-los para a atividade do turismo; o segundo por ter conquistado uma articulação entre as distintas esferas do poder promovendo a preservação do patrimônio na escala local numa ação conjunta com instrumentos do planejamento urbano, o que não foi possível em sua primeira versão no regime militar. Nesta ação conjunta os planos diretores municipais passam a ter que incorporar o patrimônio como pauta de um programa federal de preservação; a cidade de Petrópolis se projeta em sua materialidade no que diz respeito ao seu conjunto arquitetônico tombado na corrida para a aquisição de investimentos.

Ao observarmos o tratamento do patrimônio histórico nos planos diretores municipais de Petrópolis (RJ), verificamos a sua associação à atividade do turismo como um dos meios mais eficazes para que a cidade se transforme numa liderança em relação às demais na Região Serrana. Do plano diretor de 1998 e de suas revisões, acompanhamos uma evolução em que o patrimônio passa a não ser tido apenas como um sinônimo do desenvolvimento do turismo, mas como uma conquista de direitos culturais, atrelado ao meio ambiente, separado em material e imaterial, incorporado à paisagem. Estas mudanças não somente nos revelariam a incidência de uma tendência maior na apropriação de certos conceitos no que diz respeito ao patrimônio, o que não é o nosso objetivo aqui, mas também nos mostra a ausência de uma política patrimonial autônoma.

A ausência, revelada pelo Plano Municipal de Cultura, no que toca à participação popular problematiza os limites de reconstrução do passado impostos pelos instrumentos do planejamento urbano. Limites em que o retorno ao passado se dá numa relação de poder no presente; os agentes sociais produtores do espaço ini-

bem o sentimento de identidade e de inclusão social das classes sociais menos desfavorecidas promovendo a seletividade de investimentos na própria cidade para a construção de sua imagem mercadológica. Portanto, na relação Estado e cultura, o passado resgatado pelas políticas de cultura, de preservação do patrimônio e pelos planos diretores no planejamento de cidades históricas, como Petrópolis (RJ), acaba contribuindo para o afastamento não apenas de uma classe social mais popular, mas de outras possibilidades de criação, de economias menos excludentes, outras formas de se fazer e de viver a cidade (RIBEIRO, 2004).

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida Abreu. Paradoxos da Modernidade: o Rio de Janeiro do período joanino, 1808-1821. In: Fridman, F. (Org.); Haesbaert, R. (Org.). Escritos sobre Espaço e História. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, pp.359-398.

AMBROZIO, Julio Cezar Gabrich. Viagem, turismo, vilegiatura. In: Geosp: Espaço e Tempo, São Paulo, n.18, pp.105-113, 2005. Acesso em 15 set. 2014.

AZEVEDO, Marlice N. S. de. O espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo. In: REZENDE, V.F. (Org.); FERNANDES, Ana (Orgs.). Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras. Niterói: Ed.uff/Intertexto, 2012, pp.177-196.

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. I Enecult. 2005. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em 17 abr. 2015.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: Miceli, S (Org.). Corpo e alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1984, pp.85-96.

COLOMBIANO, Raquel Muniz. As espacialidades das políticas culturais: a cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990 e 2000. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Ippur, 2007.

CORREIA, Sandra R.; FARIA, Rodrigo S. de. O Plano de Cidades Históricas (PCH) no planejamento governamental brasileiro e o desenvolvimento urbano e regional (1973-1979). Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, 2011, iau-usp, pp.20-26. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/viewFile/45502/49111>>. Acesso em 17 abr. 2015.

CHUVA, Márcia R. R.. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. ufrj, 2009.

CUNHA, Paloma. Gestão pública municipal do turismo e sua aplicabilidade: plano diretor de turismo de Petrópolis. Monografia de graduação. Niterói: uff, 2008.

CUNHA Filho, F. H.. Integração de políticas culturais: entre ideias de aliança e sistema. In: CALABRE, L. (Org.) Políticas culturais: teoria e práxis. São Paulo: Itaú Cultural/ Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, pp.118-129. Disponível em: <<http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2013/04/Politica-Culturais-Teoria-e-Praxis.pdf>>. Acesso em 17 abr. 2015.

FALCÃO, Joaquim. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: Miceli, Sergio (Org.). Corpo e alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1984, pp.21-39.

FRIDMAN, Fania. De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis. 2001. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2187>>. Acesso em 14 mar. 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Edufrj/Ministério da Cultura, 2002.

_____. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1988, pp.264-275.

GIL, Gilberto. Uma nova política cultural no Brasil. Revista do Rio de Janeiro, n.15, jan.-abr. 2005, pp.103-110. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_15/15_dossie_GilbertoGil.pdf>. Acesso em 17 abr. 2015.

LE GOFF, Jacques. História e memória. São Paulo: Ed. Unicamp, 1990, pp.423-484. Coleção Repertórios. Disponível em: <<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 16 abr.2015.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História. São Paulo (17), nov. 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>>. Acesso em 16 abr. 2015.

MEGUMI, Giselle; UEMURA, Margareth M.; SUTTI, Weber; DIOGO, Erica C. Planejamento Integrado para as cidades históricas. XIV Encontro Nacional da Anpur, 2011, v.14, pp.2-20. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2881/2818>>. Acesso em 17 abr. 2015.

MONTALVÃO, Cláudia Soares de Azevedo. Do Paço ao Museu: o Museu Imperial e a instituição da memória da Monarquia brasileira (1940-1967). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: ifcs-ufrj, Rio de Janeiro, 2005.

MORAES, Nilson. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. Revista Museologia e Patrimônio, v.II, n.1, jan./jun.2009. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/46/26>>. Acesso em 16 abr. 2015.

MICELI, Sérgio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: _____ (Org.). Corpo e alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1984, pp.53-8; 97-111.

PLANO DIRETOR DE PETRÓPOLIS DE 2013. Disponível em: <http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/phocadownload/Planejamento/comcidade/Minuta_de_%20Lei_PDP.pdf>. Acesso em 17 abr. 2015.

PLANO DIRETOR DO TURISMO DE PETRÓPOLIS DE 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/220577069/Plano-Imperial#scribd>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE PETRÓPOLIS DE 2011 A 2020. 2010. Disponível em: <<https://culturaecomunicacaosocial.files.wordpress.com/2012/04/proposta-final-do-pmc.pdf>>. Acesso em 17 abr. 2015.

RIBEIRO, Ana C. T. Oriente negado: cultura, mercado e lugar. Cadernos ppg-au/ufbrba, v.3, Edição Especial (2004), Territórios Urbanos e políticas culturais, pp.97-107. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1689>>. Acesso em 17 abr. 2015.

RUBIM, Antonio A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. Revista Galáxia, São Paulo, n.13, pp.101-13, jun.2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469>>. Acesso em 17 abr. 2015.

SANTOS, Myrian S. dos. Museus brasileiros e política cultural. RBCS, v.19, n.55 jun.2004, pp.53-73. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v19n55/a04v1955>>. Acesso em 17 abr. 2015.

SILVA, Agnaldo G. da. Petrópolis: idealismo e inovações na gênese de uma cidade no Brasil-Império. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: ippur, 2000.



Ecoturismo em Unidades de Conservação: Proposta para o Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, Florianópolis-SC

Ecotourism in Conservation Units: Proposal for Natural and Municipal Park of the Ingleses and Santinho Dunes, Florianópolis-SC

Fernando Bittencourt¹

¹ Bacharel em Turismo pela Faculdade Estácio - Assesc (Florianópolis-SC)

RESUMO

Os primeiros estudos relacionados ao ecoturismo no Brasil datam de pouco mais de trinta anos. Todavia, a extensa biodiversidade encontrada em território nacional o posiciona como potencial destino para a prática da atividade turística em contato com a natureza. O atual cenário favorece o estabelecimento de unidades de conservação, que tem como objetivo garantir legalmente a preservação de áreas com características naturais relevantes. Dentre suas categorias de manejo estão os parques naturais, que permitem a visitação pública em suas dependências, desde que planejada e executada de modo participativo e sustentável. No ano de 2007, a criação do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, em Florianópolis, começou a ser discutida com o intuito de conter o crescimento urbano sobre as dunas e a vegetação de restinga, bem como desenvolver socioeconomicamente a região, porém, o poder legislativo do município ainda não aprovou a sua instituição. Sendo assim, o presente estudo, fundamentado em pesquisa bibliográfica, pretende apresentar propostas referentes à implantação de atividades de ecoturismo, à participação comunitária nos processos gerenciais e à formulação de estratégias para a sustentabilidade ambiental, social e econômica da unidade de conservação.

Palavras-chave: Ecoturismo. Unidades de conservação. Gestão participativa.

ABSTRACT

The first studies related to ecotourism were done somewhere around thirty years ago. However, the great biodiversity found in the national territory have positioned our country as a potential destination for the practice of touristic activities which are in contact with nature. The present scenario favors the establishment of conservation units that have as their objective to legally guarantee the preservation of areas with natural relevant characteristics. Among others categories which are worth mentioning are the natural parks that allow public visiting in their outbuildings once these visits are planned and done in a way that is participative and sustainable. In the year of 2007, the creation of the Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho in Florianópolis started to be discussed with the purpose of preventing urban growing on the dunes and the salt marshes and developing socioeconomically the region. However, the legislative power of the town has not approved it yet. Therefore the present study, based on bibliographic research, intends to present suggestions on the implementation of ecotourism activities, to community participation in the management processes and to formulate strategies for the economic, social and environmental sustainability of the conservation unit.

Key-words: Ecotourism. Conservation units. Participative management.

1. INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é, atualmente, pauta obrigatória quando se discute o desenvolvimento em termos econômicos, políticos, sociais e culturais. O impacto ambiental e os reflexos na qualidade de vida das populações devem ser considerados em todo e qualquer projeto com características baseadas nos eixos citados. A preservação da natureza e dos seus valores paisagísticos atenta para a visão do meio ambiente como bem público, onde sua manutenção e uso comum pelo povo demandam um equilíbrio entre ambas. A compreensão de que os recursos naturais não são inesgotáveis remete à criação de alternativas de exploração sem que esses sejam degradados (FONTELES, 2004).

A necessidade de conservação do meio ambiente por meio de práticas sustentáveis alcança a atividade turística no Brasil, na década de 1980, com a realização dos primeiros estudos sobre ecoturismo. Visto como um modelo de turismo mais responsável, esse segmento apresenta números crescentes no mundo e o país, com sua ampla e exuberante biodiversidade, apresenta-se como potencial destino para os visitantes que desejam um contato mais próximo com a natureza (BRASIL, 2010).

Muitas das atividades de ecoturismo ocorrem dentro de unidades de conservação, que de acordo com Brito (2000), trata-se de um conjunto de áreas naturais protegidas, de importante relevância ecológica e social, manejadas através de meios jurídicos e órgãos competentes. A Lei Federal nº 9.985, sancionada no ano de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, entre outras determinações, estabelece critérios para a criação, implantação e gestão das UC. Contudo, a presença humana nesses territórios causa uma série de impactos socioambientais que precisam ser examinados nas etapas de gerenciamento dessas áreas (PHILIPPI JR.; RUSCHMANN, 2010).

Os processos administrativos das unidades de conservação, bem como o desenvolvimento do ecoturismo, devem contemplar a participação comunitária. A instituição de áreas protegidas pelos órgãos governamentais exige a prévia consulta pública, por meio de audiências realizadas com representantes da sociedade civil. Outra imposição concebida pelo SNUC é a institucionalização de um conselho de gestão das unidades, formado por membros de comunidades locais, organizações não governamentais, iniciativa privada e poder público (BRASIL, 2004).

A Lei do SNUC também estipula as categorias de manejo das unidades de conservação, sendo que nem todas possibilitam a visitação pública. Os parques nacionais permitem a execução do turismo ecológico em suas dependências, porém, assim como os demais grupos de UC, possuem como principal finalidade a preservação de áreas virgens. Quando originados pelas outras esferas de governo, carregam consigo a nomen-

clatura estadual ou municipal, de acordo com seus responsáveis (LEUZINGER, 2010).

Ao norte da Ilha de Santa Catarina, mais precisamente na Praia do Santinho, em Florianópolis, tenta-se desde 2007 a criação do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, ainda sem a aprovação do poder legislativo do município (ECO ESTRELIN, 2011). O local abriga diversas espécies da fauna e da flora nativas, além de estar sobre área de recarga subterrânea do aquífero que abastece a região, comprometido pelos danos ambientais que o crescimento urbano desordenado vem ocasionando (FÜHR, 2009).

Com isso, o presente estudo tem como objetivo apresentar propostas para a introdução do turismo no Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, considerando a importância da gestão participativa da unidade de conservação e de ações sustentáveis que assegurem a manutenção dos processos ecológicos e dos aspectos socioculturais. A efetivação do parque pode vir a ser fator determinante para a contenção de novas construções em áreas protegidas e para o desenvolvimento econômico e social da região, o que justifica a ocorrência do vigente projeto.

Para tanto, pretende-se realizar uma análise exploratória, por meio de pesquisa bibliográfica, que respalde os argumentos. A compilação de informações referentes ao ecoturismo, participação comunitária e gerenciamento de unidades de conservação dar-se-á como base na busca por estratégias a serem adotadas pelos administradores do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho.

2. DESENVOLVIMENTO

Para contextualizar o tema central com o objetivo proposto pelo presente artigo, a etapa de desenvolvimento foi dividida em quatro subcapítulos. Primeiramente, um breve histórico da evolução do ecoturismo e de áreas naturais protegidas no Brasil será descrita, para posteriormente serem apresentados os impactos do turismo em unidades de conservação. Em seguida, destacar-se-á a gestão participativa e sustentável de parques naturais e, por fim, o Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho terá sua relevância e tramitação expostas.

2.1 Marcos e documentos históricos para o ecoturismo e áreas naturais protegidas no Brasil

O Brasil, com sua extensa biodiversidade, apresenta um conjunto de atrativos para os turistas que encontram na natureza sua principal motivação para o deslocamento de seu entorno habitual. Os primeiros estudos referentes ao ecoturismo em solo nacional foram registrados na década de 1980, quando a EMBRATUR (Instituto

Brasileiro de Turismo) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) uniram forças em uma primeira iniciativa dirigida ao ordenamento do segmento (BRASIL, 2010). Contudo, somente em 1992, na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, foi debatida a questão envolvendo populações e espaços naturais conservados (BRITO, 2000).

Quando o tema é áreas protegidas, a primeira iniciativa data de 1808, que com a chegada da Família Real no Brasil, foi criado o ‘Real Horto’, atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que tinha por finalidade preparar a aclimação de plantas produtoras e especiarias da Índia. Em 1934, concebeu-se o Código Florestal Brasileiro, que embora tenha sido um importante instrumento para a proteção ambiental no país, permitia que as florestas primitivas fossem destruídas por motivos econômicos. O Parque Nacional de Itatiaia, situado no estado do Rio de Janeiro, desde 1937, foi o primeiro parque nacional brasileiro, com sua origem baseada no Código Florestal. Posteriormente, novos parques e outros tipos de áreas protegidas foram instituídos, como o Parque Nacional de Iguaçu, no estado do Paraná, a Reserva Biológica da Serra Negra, em Pernambuco, entre outros (PHILIPPI JR.; RUSCHMANN, 2010).

No final da década de 1970, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal propôs a elaboração do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil. Uma de suas propostas era ampliar a quantidade de categorias de manejo previstas pelo Novo Código Florestal, decretado em 1965, que adotou novas metodologias para o estabelecimento de áreas protegidas, determinando as categorias que poderiam ser exploradas (BRITO, 2000).

O dia 18 de julho de 2000 foi marcado pela sanção da Lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação em território federal. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente,

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é o conjunto de Unidades de Conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.

[...] a visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão possibilita que as UC, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo (BRASIL, 2014, p. 1).

Com a ratificação do SNUC, ficou regulamentada a possibilidade de visitação

pública em unidades de conservação, de acordo com as categorias que permitem esse tipo de utilização. Todavia, essas visitas necessitam de minucioso planejamento para que as mesmas não prejudiquem a manutenção dos processos ecológicos, a pluralidade sociocultural e conhecimentos tradicionais e a conservação dos biomas. Para tanto, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o IBAMA, lançou em 2006 as Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação, documento que apresenta princípios, recomendações e condutas práticas que visam o ordenamento do turismo nessas áreas (BRASIL, 2006).

2.2 O impacto do turismo em unidades de conservação

A atividade turística desenvolvida em áreas naturais prospera-se consideravelmente e, segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT, o ecoturismo é o segmento que mais cresce no mundo, com taxas entre 15% e 25% ao ano. A imprescindibilidade de se conservar o meio ambiente, associada à necessidade de lazer do ser humano, fortalece o modelo de turismo praticado com maior responsabilidade, baseado na manutenção dos recursos naturais aliado ao envolvimento da comunidade local, bem como à ações de educação ambiental para com os turistas (OMT, 2003).

O fato de alguns autores considerarem o turismo como uma atividade essencialmente recreativa resulta em polêmicos debates quanto à visitação em unidades de conservação. Segundo Wearing e Neil (2001, p. 65), “o conflito surge da contraposição entre duas orientações, isto é, ‘preservação’ *versus* ‘uso’”. Para os preservacionistas, as áreas virgens deveriam ser totalmente protegidas da ação humana, garantindo assim o *status* de ‘naturais’. Outras percepções, frente à questão envolvendo a sociedade urbana e a natureza, sugerem a possibilidade de exploração dos recursos naturais de maneira racional e sustentável (MCCORMICK, 1992 apud BRITO, 2000).

O uso público em áreas naturais protegidas ocasiona uma série de impactos sociais, ambientais e econômicos. Analisar as eminentes alterações acarretadas pela atividade turística perante o cotidiano das comunidades locais é de suma importância para que se minimizem os choques sociais. A especulação imobiliária, que abre portas para o surgimento de meios de hospedagem e restaurantes, muitas vezes construídos por empresários estranhos à área, gera uma concorrência cruel com as populações nativas, que acabam reinventando suas rotinas e sobrepondo a lógica do fenômeno turístico em relação às suas tradições e identidade local. Para mitigar essa situação é primordial a execução de ações que valorizem a cultura e as raízes históricas da região atingida, incorporando os moradores aos efeitos positivos do turismo (FONTELES, 2004).

A destruição da vegetação, a erosão das trilhas, o lixo largado pelos visitantes,

entre outros danos, afetam a evolução dos ecossistemas e influenciam o comportamento da fauna e podem causar sua migração. Devido a estes fatores, a ocupação humana em unidades de conservação deve ser antecedida de plano de manejo, que define os objetivos da UC por meio de pesquisa detalhada da área, com inventário preciso e plano de uso público. Estando os riscos inseridos no planejamento, que necessita a consideração da sustentabilidade e a determinação da capacidade de carga do local, as atividades de ecoturismo oferecem vantagens como: geração de receitas para a UC e renda para a população do entorno, educação ambiental e lazer em contato com a natureza (LEUZINGER, 2010).

A utilização das unidades de conservação como incremento da economia faz com que o turismo atue como elemento chave neste processo de “manutenção da área em seu estado natural, em oposição à exploração de seus recursos” (WEARING; NEIL, 2001, p. 70). Conseqüentemente, o turismo estimula o aumento da demanda por serviços e infraestrutura, bem como incentiva o crescimento da população. No entanto, além de adequar-se às normas estabelecidas, a atividade turística em áreas naturais requer a propiciação do bem-estar das comunidades locais, reforçando a obrigação de se planejar e administrar as operações de modo participativo e sustentável (PHILIPPI JR.; RUSCHMANN, 2010).

2.3 Gestão participativa e sustentável de parques naturais

As unidades de conservação são estabelecidas de acordo com a relevância da área a ser protegida. A identificação desses locais, carentes de mecanismos que assegurem suas características originais, é realizada pelo poder público, sendo este o único responsável pela instituição, categorização, função e delimitação (SANTOS JUNIOR, 2006).

O SNUC divide as unidades de conservação em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Dentre as componentes do primeiro conjunto, estão os Parques Nacionais, conforme o Art. 11 da Lei nº 9.985:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1o O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2o A visita pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3o A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4o As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal (BRASIL, 2000, p. 3).

A lei que institui o SNUC também dispõe quanto à obrigatoriedade da criação dos parques nacionais serem antecedidas por consultas públicas, bem como a formalização de conselhos consultivos ou deliberativos para sua gestão. Essa instância de governança, presidida pelo órgão responsável pela administração do parque, é constituída por representantes de entidades públicas e deve garantir a ampla e efetiva participação da sociedade civil, incluindo populações locais, comunidades tradicionais, ONGs e iniciativa privada. Os benefícios resultantes da ocorrência dessas unidades de conservação também sugerem o seu compartilhamento e a promoção da igualdade entre os entes envolvidos (BRASIL, 2004).

Em decorrência do crescimento da popularidade dos parques nacionais como destinos turísticos e, conseqüentemente, com o aumento do número de visitantes, os gestores dessas áreas naturais protegidas passaram a, além de administrar o território, concentrarem-se na adequação do zoneamento dos recursos para o uso público de acordo com o meio ambiente e os moradores do entorno. Os esforços direcionam-se então para a potencialização das oportunidades de recreação, educação e interpretação ambiental e redução dos impactos negativos sobre os recursos naturais e culturais (SANTOS JUNIOR, 2006).

As Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação, estabelecidas pelo governo federal em 2006, apontaram, entre outras indicações, um caminho para os órgãos gestores programarem a atividade nesses espaços. Critérios para a interpretação ambiental, para a participação das comunidades locais e populações tradicionais na gestão da visitação em UC, para integrar a visitação ao desenvolvimento local e regional, para atividades específicas, entre outros, foram determinados para assegurar a sustentabilidade do turismo em parques nacionais e outras categorias de manejo que permitem a presença de visitantes em suas dependências (BRASIL, 2006).

2.4 O parque natural municipal das dunas de ingleses e santinho

A Praia do Santinho situada na costa leste da Ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis, é uma praia de enseada localizada entre o Morro dos Ingleses, ao norte e, o Morro do Calhau Miúdo, ao sul, que a separa das praias dos Ingleses e

do Moçambique, respectivamente. O balneário possui cerca de dois quilômetros (2 km) de extensão e é muito procurado por turistas por apresentar um ambiente ainda preservado e por abrigar o Costão do Santinho *Resort*, estando a aproximadamente 35 km do centro da cidade (PEIXOTO, 2005).

Durante a década de 1960, Florianópolis passou por grandes transformações na ocupação de espaço devido à instalação da Universidade Federal de Santa Catarina e de empresas estatais, que influenciaram no crescimento urbano. O turismo passou a contribuir consideravelmente com esse processo por volta de 1970, mas só após a década de 1980 a Praia do Santinho começou a receber visitantes, deixando de ser uma comunidade rural. Porém, a atividade turística no local, que se caracteriza por um ambiente frágil, com a presença de dunas, aquífero e planície lacustre, vem provocando sérios danos ambientais e sociais. Empreendimentos voltados para o atendimento e exploração do turismo, foram e seguem sendo construídos em áreas protegidas e, a especulação imobiliária desloca cada vez mais a população nativa para longe da praia (FÜHR, 2009).

Com isso, foi pleiteado no ano de 2007, pelo Vereador Deglaber Goulart, o Projeto de Lei 12.342/2007, que cria o Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho e dá outras providências. O parque estaria inserido no Mosaico de Unidades de Conservação do Norte da Ilha, que teve o início das discussões sobre sua criação em 2009, quando foi formado um grupo composto por órgãos públicos e entidades comunitárias, que desde então passou a acompanhar a tramitação do Projeto de Lei – PL (ECO ESTRELIN, 2011).

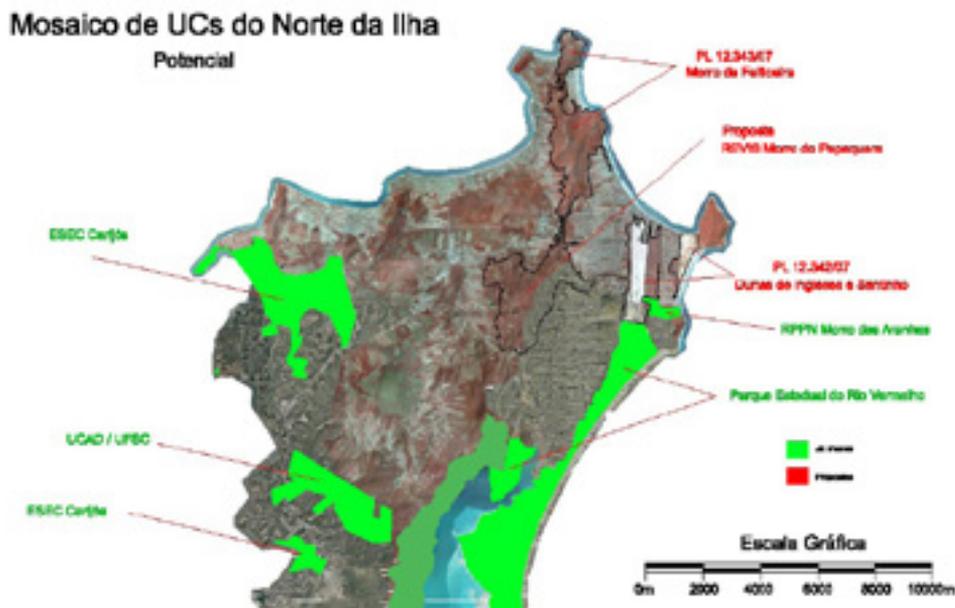
O principal objetivo da proposição do parque na localidade é conter a acelerada ocupação do solo, que vem ocorrendo a partir dos anos 90, sobre as dunas e restinga. Como consequência dessa urbanização, tem-se a deterioração da área de recarga subterrânea fundamental para manutenção qualitativa e quantitativa do Sistema Aquífero Sedimentar Freático Ingleses, responsável pelo abastecimento de água de praticamente todo o norte da Ilha de Santa Catarina (WESTARB, 2004).

No ano de 2009, por solicitação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis, a Gerência de Unidades de Conservação – GERUC, da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FLORAM, após a realização de estudos para a definição dos limites e categorização adequada para a unidade de conservação sugerida, manifestou-se favorável à criação do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho. Neste parecer técnico concluiu-se que cabe ao município, por meio da FLORAM, fazer a gestão do parque, que deve ter seu território sob domínio público e, portanto, as áreas privadas com titularidade reco-

nhecida como legal, terão de ser desapropriadas conforme regularização fundiária a ser implantada (FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ECOLÓGISTAS CATARINENSES, 2012).

Apesar dos relatórios favoráveis à concepção do parque, em janeiro de 2011 os vereadores de Florianópolis optaram pelo arquivamento do processo, alegando falta de competência da Câmara Municipal para a criação de unidades de conservação. O argumento não foi bem aceito pela comunidade local, que o julgou infundado perante a legislação, que prevê a instituição de UCs pelos poderes executivo e legislativo, inclusive tendo outros parques municipais assim implantados na cidade (ECO ESTRELIN, 2011).

Figura 01 - Mapa do Mosaico de Unidades de Conservação do Norte da Ilha de Santa Catarina



Fonte: Eco Estrelin (2011, p. 1).

3. METODOLOGIA

A fim de atingir o objetivo do presente trabalho, realizou-se uma pesquisa exploratória bibliográfica onde livros, teses e jornais, entre outras publicações, foram utilizados como referências. De acordo com Beuren (2006) o estudo exploratório tem como intenção aprofundar conceitos preliminares, proporcionando uma visão geral a respeito de certo conteúdo. O uso de fontes secundárias permite não apenas a réplica de informações sobre determinado assunto, como também oportunizam “[...] o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

O problema central do corrente artigo foi abordado por meio de metodologia qualitativa, na qual o pesquisador, propondo-se a compreender procedimentos dinâmicos da sociedade, busca conceber análises intrínsecas referentes ao fenômeno que está sendo estudado (BEUREN, 2006).

As técnicas de pesquisa e abordagem citadas anteriormente foram definidas com o intuito de fundamentar as possibilidades de implantação de atividades de ecoturismo e de participação comunitária nas etapas de estruturação, administração e controle, no Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, bem como a formulação de estratégias que fomentem o desenvolvimento sustentável da unidade de conservação.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Neste item, serão apresentadas propostas, baseadas na pesquisa bibliográfica, para a estruturação do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho. As sugestões subdividem-se em três temas, sendo o primeiro relacionado às atividades de ecoturismo com potencial para serem desenvolvidas na unidade de conservação. Em seguida, as proposições se voltam para a participação da comunidade nos processos de planejamento, gestão e fiscalização. Por fim, expor-se-á algumas estratégias para a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica do parque.

4.1 Atividades para o desenvolvimento do ecoturismo na UC

Com a instauração do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho será possível aplicar atividades de ecoturismo, comumente relacionadas ao turismo de aventura e outros segmentos, na unidade de conservação. Essas ações no entanto, devem conter regras e medidas que assegurem a sustentabilidade do turismo. Sendo assim, lista-se a seguir algumas atividades específicas com possibilidade de implantação na área do parque em proposição, com seus respectivos critérios e recomendações para a sua condução.

- a) Observação de aves (*birdwatching*): Segundo o Ministério do Turismo a atividade, “ainda pouco desenvolvida no Brasil, possui perspectiva de se configurar como produto de destaque no mercado internacional, já que o país ocupa o terceiro lugar no mundo em matéria de diversidade do gênero” (BRASIL, 2010, p. 28). Na área do Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho é possível avistar uma pluralidade de espécies de aves, que encontram abrigo e alimento no local (FISCHER, 2012). Dentre as indicações para a observação

de maneira responsável tem-se a condução realizada por um guia de turismo especializado, utilizar roupas com tons apagados, manter distância dos animais e seus ninhos e evitar movimentos bruscos e barulho (PIVATTO; SABINO, 2005).

Figura 02 – Saira-militar (*Thangara cyanocephala*) está entre as espécies visualizadas na região



Fonte: Fischer (2012, p.1).

b) Trilhas interpretativas: O campo de dunas entre as praias do Santinho e Ingleses juntamente com o Morro dos Ingleses apresentam caminhos com função vivencial, podendo ser percorridos com o acompanhamento de guias de turismo e condutores ambientais locais, que devem transmitir conhecimentos ecológicos e socioambientais da localidade. As trilhas também podem ser autoguiadas por meio de sinalização adequada e mapas (BRASIL, 2010). Para garantir o mínimo impacto sobre os recursos naturais e satisfazer a necessidade dos usuários é necessário uma análise criteriosa das vias, considerando a construção ou recuperação destes caminhos. Sinalizar e estruturar as trilhas, fazendo com que o visitante seja induzido a continuar no traçado, informar o turista sobre as características do local e promover a segurança do público, são algumas premissas para a prática da atividade (BRASIL, 2006).

c) Mergulho: A Ilha do Mata Fome, localizada em frente ao costão direito da Praia dos Ingleses possibilita a execução do mergulho com equipamento para respiração subaquática. “Trata-se de um ambiente rico em vida oceânica preservada, habitat de peixes e crustáceos típicos da fauna marinha de Santa Catarina e colonizado por anêmonas, gorgônias e esponjas” (VISITE FLORIPA, 2014, p. 1). O mergulho livre, realizado apenas com o uso de máscara, *snorkel* e nadadeiras, pode ser exercido no costão direito da Praia dos Ingleses e no costão esquerdo da Praia do Santinho. Delimitar as áreas de mergulho, estabelecer regras de acordo com as características da atividade e do local e definir critérios para a utilização de embarcações, são ações fundamentais para a viabilização da atividade (BRASIL, 2006).

Figura 03 – Mergulho livre praticado no costão direito da Praia dos Ingleses



Fonte: Adrenailha Turismo e Aventura (2014, p.1).

De acordo com Führ e Santo (2012) a vegetação predominante na área do parque é a restinga, que apresenta várias espécies botânicas como: cambuí, guamirim, bagueçu, urumbeva, aroeira-vermelha e aráceas. Essa diversidade potencializa a prática de observação de flora, que permite compreender sua forma de distribuição e as paisagens que compõem um bioma (BRASIL, 2010).

Surfe, *kitesurf*, vôo livre, escalada e rapel estão entre as demais atividades das quais é possível desfrutar dentro das limitações do Parque Natural Municipal das

Dunas de Ingleses e Santinho. Porém, o turismo cultural, mais precisamente arqueológico, merece destaque na localidade. No Morro dos Ingleses há um sítio de inscrições rupestres e oficinas líticas com origens que ultrapassam a cinco mil anos. Esse museu arqueológico a céu aberto abriga evidências de uma cultura muito evoluída, relacionada com conhecimentos de filosofia, astronomia e ciências. Os símbolos foram confeccionados por uma civilização pré-histórica, denominada homens do sambaqui, e atraem pesquisadores e curiosos do Brasil e de outros países (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 2013).

4.2 Participação comunitária no planejamento, gestão e fiscalização

Em Florianópolis, o Departamento de Unidades de Conservação – DEPUC, antigo GERUC, da Fundação Municipal do Meio Ambiente, é responsável pelo planejamento, programação, administração e controle das atividades relativas às Unidades de Conservação do município. Dentre essas ações, estão inclusos estudos para adequação ao SNUC, manutenção de trilhas e áreas para visitantes, instalação de placas informativas, apoio a pesquisas nas UC e Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD (FLORIANÓPOLIS, 2014). Contudo, o Artigo 30 da Lei nº 9.985 considera a hipótese de que “as unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão” (BRASIL, 2000, p. 10).

O Parque Natural Municipal das Dunas dos Ingleses e Santinho deve dispor de um conselho consultivo ou deliberativo, presidido pelo órgão público gestor, ou seja, a FLORAM. Essa instância de governança deve ainda contemplar a participação de membros da sociedade civil, o que inclui organizações comunitárias, iniciativa privada e terceiro setor. Segundo o Art. 20 do Decreto nº 4.340, compete ao conselho de unidade de conservação:

- I – elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados de sua instalação;
- II – acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
- III – buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- IV – esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V – avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI – opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com a OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII – acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII – manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e

IX – propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso (BRASIL, 2002, p. 3).

Um dos pilares chaves da gestão do Parque das Dunas de Ingleses e Santinho, que é a participação comunitária, deve ser cuidadosamente preservado. Os moradores da região devem atuar efetivamente nos processos de planejamento, gerenciamento, fiscalização e controle da unidade de conservação. Para isso, a população local depende de uma maior segurança fundiária, precisa contar com instâncias ativas em tomadas de decisões, de uma clara cooperação e articulação institucionais das entidades gestoras e da manutenção de uma infraestrutura e logística mínima de suporte que concretizem essa participação (MAMIRAUÁ, 2010).

O envolvimento comunitário é primordial para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais e o sucesso do desenvolvimento do ecoturismo. A atividade turística em unidades de conservação deve propiciar a proteção e reconhecimento da cultura local em suas diversas manifestações, valorização da mão de obra local, a geração de emprego e renda, o estímulo a novas oportunidades de negócios e a garantia da qualidade de vida. Para fomentar a presença da comunidade autóctone entre os protagonistas do desenvolvimento turístico, desde os níveis gerenciais aos operacionais, é necessário o investimento em qualificação e treinamento da população residente. Oferecer vagas para estudantes e graduados de cursos de turismo da cidade é uma forma de inserção dos munícipes nos processos administrativos do parque (BRASIL, 2010).

Para estreitar essa relação entre a comunidade e o Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho e, fazer com que o turismo seja uma ferramenta de promoção da sustentabilidade, é fundamental “desenvolver campanhas de informação, sensibilização e educação ambiental que possam aproximar a população local da UC e despertar sentimentos de respeito e responsabilidade frente à área” (BRASIL, 2006, p. 19).

4.3 Estratégias para a sustentabilidade ambiental, social e econômica

O Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho tem como compromisso o desenvolvimento sustentável em suas esferas ambiental, social e econômica. Para cumprir essa missão, sugerem-se as estratégias a seguir, baseadas nas Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação, elaboradas pelo Ministério do Meio Ambiente:

- a) Planejar, administrar e controlar o parque e suas atividades de acordo com o plano de manejo da unidade de conservação.
- b) Promover a integração entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada.
- c) Aproximar a sociedade da natureza com informações que despertem a consciência quanto à importância da conservação dos ambientes e processos naturais.
- d) Fomentar o desenvolvimento de infraestrutura de baixo impacto.
- e) Utilizar os recursos naturais e culturais de maneira que se resguarde sua integridade.
- f) Monitorar os impactos e fatores de risco das atividades realizadas na UC.
- g) Buscar a excelência na qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes.
- h) Estimular a realização de pesquisas científicas sobre os aspectos naturais e culturais do local, bem como de avaliação dos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos.
- i) Desenvolver mecanismos eficientes para o descarte e o tratamento dos resíduos originados pela visitação.
- j) Promover a capacitação de mão de obra local a fim de envolver a população local nos processos de planejamento, operacionalização, gestão e fiscalização das atividades do parque.
- l) Estimular a manutenção das tradições e práticas culturais da comunidade que estejam em harmonia com os objetivos de manejo da unidade de conservação.
- m) Fomentar o desenvolvimento de equipamentos turísticos na região com bases sustentáveis.
- n) Incentivar o estabelecimento de cooperativas entre organizações da iniciativa privada e terceiro setor, de modo a promover vantagens competitivas na região.
- o) Estimular a democratização das atividades realizadas no parque, possibilitando a acessibilidade sem restrições sociais e físicas.
- p) Direcionar a aplicação dos recursos econômicos provenientes das atividades de visitação para a manutenção e gestão da própria unidade, regularização fundiária dos parques naturais do município e para a implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação (BRASIL, 2006).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Praia do Santinho, privilegiada por suas características geográficas, atrai muitos visitantes que encontram no local um ambiente ainda preservado. Entretanto, o turismo, junto ao crescimento urbano desordenado e a especulação imobiliária, com a construção de residências e equipamentos turísticos sobre áreas protegidas, têm provocado prejuízos aos recursos naturais e o afastamento das comunidades nativas da região. Além de abrigar inúmeras espécies animais e vegetais, o bairro está sobre o Aquífero dos Ingleses, responsável pelo abastecimento de água para toda a população do norte da Ilha de Santa Catarina.

O Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho surge então como uma alternativa palpável para a manutenção dos processos ecológicos aliada ao desenvolvimento socioeconômico da localidade e do município. As atividades realizadas no parque refletem na maior arrecadação de tributos junto ao poder executivo local, bem como estimula a conscientização de moradores e turistas quanto à importância da conservação do meio ambiente.

O presente estudo apresentou uma breve discussão sobre o ecoturismo no Brasil, o impacto da atividade turística em unidades de conservação e os meios de participação comunitária na gestão de parques naturais no país. Essas informações são necessárias para contextualizar o Parque Natural Municipal de Ingleses e Santinho e fundamentar o objetivo da realização do trabalho, que é propor a implementação de atividades turísticas, a atuação da comunidade local na gestão do parque e de estratégias que assegurem a sustentabilidade ambiental, social e econômica do mesmo. O projeto ainda poderá servir de inspiração para a inserção e desenvolvimento do ecoturismo nos demais parques naturais de Florianópolis.

A integração entre poder público e sociedade civil desde o planejamento até a operação, a gestão e a fiscalização das atividades relacionadas ao parque é essencial para o sucesso e continuidade das ações junto à unidade de conservação, reprimindo o descaso com que o tema é tratado pelos órgãos governamentais. O ecoturismo é apontado como um caminho para a Praia do Santinho.

REFERÊNCIAS

ADRENAILHA TURISMO E AVENTURA. Snorkeling em uma Ilha ao Norte de Floripa. Apresenta informações técnicas e recomendações ao praticante do mergulho livre em ilhas do norte de Florianópolis. Disponível em: <<http://adrenailha.com.br/mergulho/snorke-ling-e-mergulho-livre-em-ilha-ao-norte-de-florianopolis/>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

BEUREN, Ilse Maria (org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei n. 9985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Lex: Presidência da República, Brasília, 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 1 nov. 2014.

BRASIL. Decreto n. 4340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Lex: Presidência da República, 22 de agosto de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 1 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. Gestão participativa do SNUC. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_2008_dap/_publicacao/149_publicacao16122010100253.pdf>. Acesso em: 16 set. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Diretrizes para visitação em unidades de conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbs_dap/_arquivos/diretrizes_para_visitacao_em_uc.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. Ecoturismo: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Áreas protegidas. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Apresenta a descrição e os objetivos do SNUC. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 9 set. 2014.

BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de conservação: intenções e resultados. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

ECO ESTRELIN. A polêmica criação dos parques naturais municipais em Florianópolis. Divulga notícias relacionadas ao meio ambiente, principalmente sobre a relação do homem com ele e as consequências dessas inter-relações para o ecossistema

marinho. Disponível em: < <http://oecodeestrelinha.blogspot.com/p/o-blog.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.

FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ECOLOGISTAS CATARINENSES. Parque das Dunas Ingleses Santinho e Ingleses Cachoeira do Bom Jesus. Apresenta o parecer técnico referente aos projetos de lei que instituem os parques naturais municipais das dunas de Ingleses e Santinho e de Ingleses e Cachoeira. Disponível em: <<http://parques-inglesessantinhocachoeira.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2014.

FISCHER, Andréa. Aves da ilha. Imagem da ilha, Florianópolis, 21 dezembro 2012. Disponível em: < <http://imagemdailha.com.br/noticias/atitude-sustentavel/aves-da-ilha.html>>. Acesso em: 26 out. 2014.

FLORIANÓPOLIS. Fundação Municipal do Meio Ambiente. Unidades de Conservação. DEPUC. Apresenta o departamento de unidades de conservação da prefeitura de Florianópolis. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/floram/index.php?cms=depuc&menu=6>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

FONTELES, José Osmar. Turismo e impactos socioambientais. São Paulo: Aleph, 2004.

FÜHR, Carline. Evolução do uso e ocupação do solo na Praia do Santinho, Florianópolis-SC, e sua relação com a legislação ambiental. 2009. 190 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1966>. Acesso em: 14 out. 2014.

FÜHR, Carline; SANTO, Mariane Alves Dal. A expansão urbana na Ilha de Santa Catarina e suas implicações na comunidade do Santinho. Laboratório de Geoprocessamento – GeoLab. 2012. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.geolab.faed.udesc.br/publicacoes/Artigos_Egal/Fuhr_Egal.pdf> Acesso em: 1 nov. 2014.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. Inscrições rupestres remontam a 5 mil anos. Cruzeiro do sul, Sorocaba, 16 julho 2013, Turismo. Disponível em: <<http://www.cruzeirodosul.inf.br/materia/487158/inscricoes-rupestres-remontam-a-5-mil-anos>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. Uso público em unidades de conservação. In: CONGRESSO DE DIREITO AMBIENTAL DA PUC-RIO, 1, 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.nima.pucRio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf>. Acesso em: 11 set. 2014.

MAMIRAUÁ. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Plano de gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tefé, 2010. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/anexos/11604_20100429_152601.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 6 nov. 2014.

[OMT] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PEIXOTO, Janice Rezende Vieira. Análise da morfossedimentar da Praia do Santinho e sua relação com a estrutura e dinâmica da vegetação “pioneira” da duna frontal, Ilha de Santa Catarina, Brasil. 2005. 76 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102264/221304.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 out. 2014.

PIVATTO, Maria Antonietta Castro; SABINO, José. Recomendações para minimizar impactos à avifauna em atividades de turismo de observação de aves. *Atualidades ornitológicas, Ivaiporã*, v. 1, n. 127, p. 7-11, 2005. Disponível em: <<http://www.ao.com.br>>. Acesso em: 27 out. 2014.

PHILIPPI JR., Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene (editores). Gestão ambiental sustentabilidade no turismo. Barueri: Manole, 2010.

SANTOS JUNIOR, Oswaldo Dias dos. O desenvolvimento do turismo em unidades de conservação: caracterização do uso público no Parque Estadual da Ilha do Mel-PR. 2006. 175 p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí – Univali, Balneário Camboriú, 2006. Disponível em: <http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=225>. Acesso em: 16 set. 2014.

VISITE FLORIPA. Batismo de mergulho Scuba na Ilha Mata Fome. Apresenta informações sobre produtos e serviços turísticos em Florianópolis. Disponível em: <<http://www.visitefloripa.com.br>>. Acesso em: 27 out. 2014.

WEARING, Stephen; NEIL, John. Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Manole, 2001.

WESTARB, Eliane de Fátima Ferreira do Amaral. Sistema Aquífero Sedimentar Freático Ingleses – SASFI: depósitos costeiros que te mantêm... ocupação que te degrada!. 2004. 175 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87884>>. Acesso em: 14 out. 2014.



A Imagética das Devoções Populares e os Espaços Sagrados no Semiárido Cearense

The imagery of popular devotions and sacred spaced in cearense semiarid

Ivo Luís Oliveira Silva¹
Gláudia Mota Portela Mapurunga²

-
- 1 Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Canindé. E-mail: ivoluisos@gmail.com
 - 2 Mestra em Gestão de Negócios Turísticos pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Canindé. E-mail: glaudiamapurunga@gmail.com

Resumo

A finalidade no presente trabalho não é fazer uma descrição detalhada da religiosidade popular, mas percorrer as sinuosidade dessa tradição, ressaltado as práticas de deslocamento, devoção e pagamento de promessa. A cidade escolhida foi Canindé, localizada no semiárido cearense, lugar de fervorosa devoção à São Francisco de Assis. A romaria é local de encontro com Deus e com o outro, gestos de solidariedade vão sendo construídos, espaços de socializações e trocas de experiências com o vivido são formados. Recorre-se a pesquisa bibliográfica, documental, diário de campo, etnografia e observação participante, empregado na tentativa de compreender os fenômenos sociais com suporte numa investigação mais próxima dos significados e comportamentos humanos. Dentre os resultados estão os romeiros que se acham eternos devedores da graça; a fé ligada no deslocamento; o pagamento da promessa para si e terceiros; sacralidade da festa e a religiosidade ligada a lógica do merecimento.

Palavras Chave: Espaços Sagrados. Catolicismo Popular. Peregrinações. Turismo Religioso.

Abstract

The purpose of this work is not to make a detailed description of popular religiosity, but to go through the meanders of this tradition, highlighting the displacement practices, devotion and promises. The chosen city is Canindé, located in the cearense semiarid, a place of fervent devotion to Saint Francis of Assisi. The pilgrimage is meeting place with God and with others, gestures of solidarity are being built, spaces for socializations and exchange of experiences with the living are formed. We make use of bibliographical research, field diary, ethnography and participative observation, using an attempt to understand social phenomena with the support of an investigation closer to meanings and human behaviors. Among the results are the pilgrims who are eternal debtors of grace; faith linked in displacement; promises for themselves and others; Sacredness of the party and religiosity linked to merit logic.

Keywords: Sacred Spaces. Popular Catholicism. Pilgrimages. Religious Tourism.

1. INTRODUÇÃO

A imaginação é um tanto admirável. Permite-nos pensar o mundo. Até mesmo quando nos remetemos para o passado, para um acontecimento vivido, recorremos à nossa imaginação. Uma quantidade de imagens submergem constantemente em nossas reflexões. Passado, presente e futuro são a matéria-prima de tudo o quanto nos completa.

Há uma caráter mediador nas imagens religiosas de devoções populares. Para Lopes (2010, p.9) as “imagens religiosas eram um poderoso veículo de mediação para as trocas

sociais que Ela tanto incentivava”. O objetivo desse ensaio é reconhecer nos espaços as sacralidades, representações, historicidades e significações a partir do elemento da fé.

O campo de observação é o município de Canindé³, localizado no Centro-Norte do Estado do Ceará, palco da maior romaria franciscana das Américas, com 2,5 milhões de pessoas e a segunda maior romaria franciscana do mundo. A mística no Santo de Assis envolve a cidade de tal forma que muitos chegam a acreditar, que São Francisco realmente viveu ou passou por essa cidade⁴.

Como percurso metodológico pratica o uso do registro em diário de campo, entrevistas informais, observações simples e participante, além da etnografia. As descrições dos lugares são construídos com recurso da memória individual e coletiva. A memória é tomada como elemento de diálogo e de valorização das lembranças “escondidas”, por vezes, despercebidas pelos pesquisadores.

A tentativa dessa produção é provocar reflexões do folclórico, cultural, religioso, social e institucional (Igreja Católica). Mantendo o distanciamento e a precisa observação sobre o material simbólico. Mergulhar no debate, concordando ou não, sobre a religiosidade popular. A aproximação de campo recai sobre a espacialidade e territorialidade simbólica.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é de natureza qualitativa, leva em consideração a investigação histórica, descritiva, fenomenológica e etnográfica do município. Observando o romeiro encontramos, ao mesmo tempo, o visitante que se desloca pela cultura e lazer. Um turista que visita e não se anuncia, consome, mas não usa agenciamento, pernoita, mas não se hospeda e a “maioria de tudo que se oferece como um atrativo não passa de um ponto de ilusão em um mar de absurdos e agressões” (OLIVEIRA, 2007, p.17).

Fenômenos se exibem aos nossos olhos, embora nítidos precisam ser apreciados com maior prudência, desvelar o sentido deste que se mostra, para atingir o evento com maior intensidade. Lembremos que o mundo é realizado por intermédio dos nossos sentidos. A imagem, aqui, é um conceito “derivado da percepção cuja matéria prima é objeto físico externo” (MOREIRA, 2012, p.96).

O desafio é ultrapassar as externalidades dos acontecimentos, ir além daquilo que se vê, do que aparentemente se encontra em nossa frente. Teoricamente recorre-se a Frans Boas

3 A movimentação na cidade dar início em setembro, quando os romeiros aproveitam para agradecer ao Santo das Chagas. Aos poucos as romarias ganha corpo, peregrinos vão a pé, de bicicleta, caro, ônibus, motocicleta e pau de arara.

4 Essa afirmação parte do elemento folclórico e da memória coletiva advinda dos romeiros e devotos de São Francisco, uma afirmação com caráter folclórico e que faz parte do imaginário de Canindé, fruto de uma memória coletiva.

(1858/1942) e Malinowski (1884/1942) inspiradores da pesquisa de cunho social. Reforça com Caleff (2006) no uso da etnografia. Concepções necessária para a análise do sagrado e profano, presentes em Rosendahl (2002). A autora debate para além do espaço, apresenta o elemento fé e tempo, a influência da religião sobre as pessoas; as significações da religião, território e territorialidade; as discussões sobre o lugar sagrado, percepção e simbolismo; a convergência e irradiação dos espaços sagrados uma menção às cidades-santuários.

Outros autores ampliam a discussão como Santos (1978) através do espaço como formação social; a relação homem-natureza de Quaini (1979) e a sociedade como natureza socializada.

Para Tuan (1983), lugar é o sentido do pertencimento, é a identidade do homem com os elementos do seu espaço vivido, cada objeto tem uma história que se confunde com a história do seus habitantes. Já Merleau-Ponty (1971) apresenta a dimensão da cultura dentro do espaço, as ideologias dominantes e as formas de resistências, a cultura como produto das relações sociais, orbitando entre elas a religião. E Durkheim (1989) mostra as elucidações da religião como prática naturalmente social, que se aproxima da coletividade. O espaço, sempre acompanhado da imagem, forma a diversidade de concepção que atravessa os diferentes campos gerais do pensamento. Além disso, diferentes autores complementaram nossas discussões.

3. IMAGÉTICA DAS DEVOÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL

A relação com a imagem produz trocas sociais, culturais e religiosas, frutifica uma relação de sacralidade entre os materiais simbólicos e o simbolismo dos espaços vividos. E como isso ocorre? Por meio da devoção que é uma relação dialética entre o sujeito (ator da devoção) e os materiais (santo, andor, bandeira, água).

Na história do Catolicismo encontramos as configurações tradicionais⁵ de devoção católica, formas essas romanizadas de controle eclesiástico centralizadora e, na outra ponta, as novas expressões presentes na religiosidade popular, que introduzem novas práticas, linguagens, gestos e rituais.

Lopes (2010) apresenta a existência da tensão entre a “mediação institucional da Igreja e as dinâmicas devocionais locais” (p.12). Já Maldonado (1986) adverte sobre a distinção entre o popular e o não popular, como se fossem somente a diferença entre o laico/clerical ou popular/erudito. Para o autor a religiosidade popular se configura

5 Em relação as imagens “não é uma relação exclusiva de uma religião, mas teve sua expressão histórica mais institucionalizada se reproduzindo no campo do cristianismo, sobretudo no catolicismo. (...) sob o controle da Igreja, mas que foram recriadas desde as experiências religiosas populares, originando uma forma de culto distinta da oficial: o culto dos santos”. (LOPES, 2010, p. 41)

como “a busca de relações mais simples, mais direta e mais rentável com o Divino” (p. 401). Ou seja, relação carregada de dimensão emocional, espontânea, onde não caberia, essa racionalidade em busca do mais simples. Permita-nos, assim, discrepar de Brito (1998, p.103) que define popular como “oposição entre Igreja do povo e o clero (...) elaborada pelo povo em oposição a cultura erudita; nesse caso de cunho clerical”.

Se uma imagem perde seu caráter de mediação, as próprias relações são capazes de produzir uma nova imagem e fazê-la figurada, ou ainda, de figurar, como no caso da reprodução do pau-de-arara, da imagem de exílio e retirante da seca para o transporte de fiéis e romeiros. Então, qual o sentido da imagem? “A imagem traz uma evocação, lembrança, recordação, manifestação do sensível, do abstrato ou o invisível, semelhança ou relação simbólica” (LOPES, 2010, p. 21).

Eliade (1996), oferece uma compreensão sobre a sacralização de objetos, pessoas e lugares, a partir manifestação do transcendente denominado de hierofania, que é a própria revelação do sagrado e, apesar disso, continuar a ser ele mesmo. Existimos em uma sociedade de imagens, elas se tornaram o estímulo de mediação das nossas relações. A imagem define o corpo ideal, a relação perfeita, comercializa produtos, estimula emoções, constitui padrões e induz vontades. Quem está suscetível a leitura das imagens? Aumont (1995, p. 197) profere que “a imagem só existe para ser vista por um espectador historicamente definido”. E é “na memória e na imaginação(...) que se arranjam em sistemas portadores de significação” (FRANCASTEL, 1993, p.70).

Para Rosendahl (2002, p.16), “a palavra sagrado significa separação” e a definição, sugere a distinção entre o espaço comum de um lugar sagrado. O lugar sagrado não pode ser outro que não o lugar onde se encontram os símbolos. Para o entendimento sobre o espaço Milton Santos (1978) narra que “a utilização do território pelo povo cria o espaço”, inabalável em seus limites apresenta transformações ao longo da história, o território antecede o espaço.

Yi Fu Tuan avalia que “os acontecimentos simples podem com o tempo se transformar em um sentimento profundo pelo lugar” (1983, p.158) e incorpora sentimentos de afeição, admiração por lugares e paisagens valorizadas. De acordo com Tuan o próprio caminhar adquire uma densidade de significado e uma estabilidade que são traços característicos do lugar.” (1983, p. 200).

Assim, o devoto se apresenta por meio do deslocamento e fé. Não necessita da autoridade eclesiástica para cultivar seu Santo de devoção. Ele o escolhe e se sente eleito por ele e, com ele, cumpre uma sacralização simbólica da vida cotidiana. A religiosidade popular é profundamente mística. Cada sujeito social manifesta, com espontaneidade sua relação. “O espectador das imagens oscila regularmente entre a ação e a sujeição” (LOPES,2010, p.37).

A partir da colonização da América pelos Ibéricos, podemos notar a importância da Igreja Católica na cristianização e na conquista espiritual dos indígenas a partir do século XV. Introduzindo forçosamente a religião no período colonial. A Igreja apresentava a dominância pelo sistema de Padroado. Espanha e Portugal obtiveram do papa *Jus Patronatus*, por diversas bulas papais, a Coroa tinha um controle na nomeação eclesiásticas, responsável pelo pagamento do clero que vinham para o Brasil⁶. O preceito do Padroado Régio definiam quais as Igrejas seriam erguidas e o nome de Santo padroeiro indicado comumente pelo donatário, detentor dos recursos para a edificação. Essa prática estabeleceu um modelo de catolicismo, em que os devotos são assentados sobre a proteção divina do Santo.

O padroado outorgava ao monarca a jurisdição eclesiástica sobre as terras colonizadas, garantindo liberdade de ação e autonomia do papado. A construção de igrejas, dioceses e paróquias, condução de bispos, prelados e padres eram definidas segundo à aprovação do Rei, a isso titulou de *regalismo*⁷, ou seja, a ingerência do domínio civil nos interesses eclesiástico (AZZI, 1978).

Para auxiliar nas responsabilidades de administrar política e religiosamente as colônias, o Rei de Portugal fundou a Mesa da Consciência e Ordens; e o Conselho Ultramarino que exerceram o papel determinante na estrutura da Igreja Católica Brasileira em formação, fazendo com que a estrutura não fossem subordinados à Sé Romana, mas sim às exigências do Regalismo (LOPES, 2010).

Assim, o padroado constitui uma dupla referência da organização institucional da Igreja Católica no Brasil. Ao obter do papado graças para que propagassem a fé e realizassem conquistas sobre os infiéis, garantiu condições para a implantação de uma estrutura eclesiástica na Colônia. A construção de igrejas demarcaram duplamente a presença de Deus e da Coroa (HOONAERT, 1983).

Hoonart (1983) descreve que a evangelização colonial brasileira acompanha os preceitos oligárquicos, patriarcal, rural, escravista, de transmissão oral da fé e com uso de imagens sacras nas residências. Todo esse arsenal permitiu a transição da imagem institucionalizada da Igreja para um reflexo mais popular. Primeiras catequeses cristã emanada da casa-grande e dirigida à senzala, era de “responsabilidade muitas vezes foi confiada a um ‘crioulo’ ou ao feitor do engenho” (p.340). Durante o período colonial brasileiro à religião era um problema de Estado. “As igrejas e as capelas são símbolos religiosos que

6 Em 1522, quando o papa Adriano conferiu a D. João III o título de grão-mestre da Ordem de Cristo transmitida hereditariamente aos sucessores. Entre os benefícios da Ordem estavam “jurisdição eclesiástica sobre as terras que haviam conquistado e que não pertenciam ainda a nenhuma diocese” (AZZI, 1978, p. 163). Como foi a Ordem de Cristo que “financiou” a viagem da descoberta, o rei de Portugal assume o governo imperial e eclesiástico da Colônia.

7 Para Azzi (1978) o padroado era a forma do “governo de Portugal exercer á sua função de proteção sobre a Igreja Católica, religião oficial e a única permitida na nação”. (p.162)

demarcam a conquista de um espaço que se torna cristão (LOPES, 2010, p. 91).

Durante os séculos XII e XIII quando a institucionalização do catolicismo ocidental encontra sua estrutura na centralização romana, ou seja, a canonização são monopolizadas pelo Papa o processo de beatificação era bem diferente dos dias atuais:

Até o século XI, a canonização se dava por consenso. Os bispos encaminhavam proposta ao papa, expressando o desejo das perspectivas comunidades. É esta a origem do ditado *Vox Populi, vox Dei*: o consenso popular manifestava a vontade divina. (...) a isso se acrescentava o desejo, bem legítimo, de cada comunidade ter os seus santos, os mais milagrosos e mais poderosos, de modo que os túmulos deles fossem objetos de constantes romarias. belas igrejas eram construídas, e a cidade em volta se desenvolvia (AUGRAS 2005, p.22) *apud* (LOPES, 2010, P.70).

A tradição oral reproduziram e criaram narrativas sobre os Santos, exemplos de ensinamento das virtudes cristãs que, ao se difundirem foram incorporando tradições locais. Para Augras (2005), atualmente, o procedimento de canonização acompanha uma composição mais rígida e complexa. Seguido de um resumo biográfico, o catálogo das virtudes do Santo e a lista de seus milagres.

As igrejas edificadas a partir das devoções aos santos faziam expandir cidades à sua volta. Essa expansão estaria vinculada, historicamente, ao modelo de peregrinações que se formaram, em torno de devoções. Para garantir a expansão das ordens religiosas católicas pelo mundo, as imagens dos patronos foram levadas juntos com os missionários, e assim a história dos Santos e de seus milagres se miscigenaram com a história das devoções populares.

Deleuze (1988) nos brinda com a reflexão acerca do objeto de contemplação que se repete e não se altera, mas em algum momento, “muda alguma coisa no espírito que a contempla” (p.127). Reflexão do presente vivo e passado puro, esse último permanecido com a ajuda da memória⁸.

No Brasil a deficiência histórica de clérigos na ação de aparelhamento institucional da Igreja, tornou a produção do culto católico uma experiência realizada regularmente por leigos. Em geral, os leigos estabeleciam-se em torno de Confrarias e Irmandades, que contiveram papel na organização da fé, sobretudo na promoção dos cultos e devoções (AZZI, 1978).

Por meio da Proclamação da República ocorre oficialmente a separação ente a Igreja e o Estado, dar início ao movimento de Reforma do Catolicismo no Brasil e o crescimento dos seminários no país. Os devotos apropriam-se das brechas deixadas no campo religioso e redefinem o catolicismo romanizado, a partir da permanência do culto

8 Nota da Autoria - Muitos dos Santos canonizados pela Igreja nem se quer chegaram ser cultuados, enquanto que outros se tornaram aceitos como modelos de santidade e institucionalização dos cultos.

aos Santos, combinando-os com as pratica sacramentais regulares (HOONAERT, 1983).

No conjunto de manifestações religiosas tradicionais há elementos residuais da nossa história. As imagens trazem consigo a experiência devocional, a relação mediadora, a reprodução de referencias religiosas, a construção materializada do sagrado, os valores simbólicos que ultrapassam os limites da religiosidade, a memória (coletiva e/ou individual) empregada como filtro da consciência, a interligação com a memória devocional e a tessitura com as relações visíveis e invisíveis da fé.

4. ROMEIROS DE CANINDÉ

O caminho remete ao símbolo da chegada e da partida. A peregrinação refaz a condição de discípulo, seguidores de Cristo, reescrevem o testemunho dos Santos⁹. Os cristãos põe-se em, caminho para relembrar a fé nos lugares que indicam a memória daqueles que morreram em nome de Cristo.

O devoto transcende os ritos oficiais, por meio do conhecimento popular e das experiências de mundo que surgem entre o fiel e o sagrado. A peregrinação não finaliza com a festa, porque existe no devoto a odisséia interior, por meio da ruptura do tempo e do espaço. Romaria que nasce com o propósito de agradecer ou solicitar ao Santo sua intervenção em uma causa (ver imagem 01 e 02).

Imagem 01 – Peregrinação do Romeiro



Fonte: Francelino Alves, 2014

9 Santos Mártires, Virgens, Contemplativos, Eremitas, Missionários, Doutores, Promotores de Justiça, Educadores, e de tantas nomeações.

Imagem 02 – Pagamento de Promessa



Fonte: Lucas Sousa, 2014

No movimento nascem os rituais. Para Turner(1974), os peregrinos, ao deixarem suas comunidades, seguem para o lugar sagrado, de onde esperam sair transformados, para logo em seguida reintegrar a sua comunidades de origem. Sobre Romaria Boff (1976) assegura que:

Catolicismo Popular, pelo fato de ser popular, está sempre relacionado com o Catolicismo oficial romano. As doutrinas fundamentais, os santos, os sacramentos, etc. são recebidos do Catolicismo oficial. Este o alimenta permanente, confere-lhe ou não legitimidade. Os próprios católicos do Catolicismo Popular se confessam dentro da Igreja oficial dos clérigos. Por isso não se pode entender o Catolicismo Popular sem a manutenção da dialética com o Catolicismo oficial. Este controla a palavra, mas deixa as práticas do povo bastante livres. (BOFF, 1976, p.50).

No trabalhos de Oliveira (2011) surgem as descrições sobre as romarias, representadas como: a) promessa, negócio, fidelidade, amizade e transcendencialismo das práticas religiosa. b) como penitência, sofrimento e “liberdade”. c) como alienação, sobrevivência por meio da superação, transição do “pedido de graça” para o “pedido de libertação”. Em todas, julgamos apreciar a peregrinação como uma manifestação de fé que se expressa na espacialidade e no deslocamento de um lugar para o outro.

Canindé resguarda o maior santuário franciscano das Américas. Distante 110 km da capital, Fortaleza, a cidade é um dos pólos de romarias mais expressivos do Brasil. A concentração de fiéis movimentam a economia e o turismo religioso. Os festejos lideram a oferta de empregos indiretos, pois durante a celebração, aproximadamente, 2,5 milhões de devotos participam dos festejos, segundo a Assessoria de Romarias do Santuário São Francisco das Chagas de Canindé.

A mística franciscana é tão surpreendente para quem observa, para muitos romeiros São Francisco viveu ou passou por aquela região¹⁰, fato comprovado nos relatos orais dos romeiros. A biografia oficial¹¹ do Santo anunciar a descrição de um jovem italiano, de família abastada, que abandona tudo e vai servir ao *chamado* de Deus. Com uma vida de proações, sacrifícios e labor, é consagrado Santo pela Igreja Católica Romana. O período de maior movimentação de romeiros é entre 24 de Setembro a 04 de Outubro¹², ocasião dedicada à memória do Santo.

O roteiro dessa pesquisa contempla a visitação a Basílica de São Francisco das Chagas, peregrinação a Via Sacra do Monte junto à Igreja de Cristo Rei, celebrações religiosas na Praça dos Romeiros, as orações na Casa dos Milagres e na Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, em todos esses espaços contemplamos a divinização por parte dos romeiros¹³.

O santuário, em sua linguagem simbólica, faz memória ao lugar da presença divina, do encontro com Deus, da comunhão eclesial, do transcendentalismo, da espera pela Jerusalém celestial, do santuário escatológico gloriosa. Por detrás do espaço visível, há tantos outros invisíveis, edificados pelo homem por meio do imaginário social (GÓIS, 2009).

5. INFERÊNCIAS DA PESQUISA DE CAMPO

A religiosidade transporta consigo motivações devocionais, predominantemente, afetiva e sentimental. Permanece em nós uma tendência para identificar esta religiosidade como um elemento folclórico e/ou cultural. Perdendo com isso a presença do componente divino, sobrenatural e transcendental resididos na fé. O caminho do peregrino se faz com a condição da fé. Os romeiros se deslocam pelo cumprimento da promessas, do voto de fé e pela busca da bênção. A leitura que se faz sobre o cumprimento da promessa é a da retribuição do recebido.

As histórias, aqui, apresentadas são produtos de observações, registros etnográficos

10 Essa afirmação parte da cultura popular existente na cidade, advinda dos romeiros e devotos de São Francisco, uma afirmação com caráter folclórico e que faz parte do imaginário de Canindé, uma memória coletiva desses peregrinos.

11 Livro de Inácio Larrañaga, nominado O Irmão de Assis, é uma obra fascinante, que desvela o mistério de São Francisco, a profundidade de sua vida e a mensagem de amor.

12 No Santuário de São Francisco das Chagas de Canindé, as romarias se apresentam das mais diversas formas: a pé, de bicicleta, motocicleta, ônibus, pau-de-arara, a cavalo e tantas outras. Algumas romarias ganham destaque, pela organização e quantidade de fiéis. Segundo a Assessoria de Romarias e da Pastoral do Acolhimento do Santuário, a Moto-romaria de Fortaleza reúne aproximadamente 30 mil motoqueiros; a de Codó, do Maranhão, com 15 carretas e cerca de 2 mil fiéis; a romaria Comunidade Obreiros da Tardinha - COT, de Fortaleza, com aproximadamente 450 pessoas vindas a pé. Nos anos eleitorais, o Conselho Paroquial determina a alteração do calendário religioso, para que não conflite com o sistema eleitoral brasileiro.

13 O Governo do Estado em 2012, por meio da Secretaria do Turismo, construiu um trajeto composto por cinco estações, conhecido como Caminhos de Assis. Trata-se de um roteiro de peregrinação franciscana que parte da cidade de Maranguape e termina em Canindé. As obras custaram R\$ 1,2 milhão e conta com extensão de 136 km. Nas estações, os romeiros encontram locais de recolhimento espiritual e descanso.

e de diário de campo frutos da memória popular¹⁴. Na cidade de Canindé, alçamos alguns dos espaços sagrados, a mencionar como bens materiais: a Basílica de São Francisco das Chagas de Canindé, Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, Casa dos Milagres, Zoológico de São Francisco, Museu Regional São Francisco, Estátua de São Francisco, Paineis de São Francisco, Bandeira de São Francisco; e bens imateriais: Peregrinações, o Caminho de Assis, as fitas de São Francisco da Chagas, a Via Sacra e os Ex votos.

O primeiro espaço apresentado é a *Basílica*¹⁵ de São Francisco das Chagas de Canindé, local de romaria, orações, veneração, agradecimentos e penitências, de significativa importância para a comunidade cristã. Ir à Basílica é um ato de fé; local de júbilo e acolhimento. Como parte da promessa, alguns romeiros entram com as vestes franciscanas, na forma de mortalha (hábito) e na cintura uma corda; nas extremidades, três nós que representam a pobreza, castidade e obediência. Alguns procedem a promessa de joelhos até o altar-mor, outros perfazem circundado à Basílica. Os romeiros depositam suas ofertas em urnas como forma de agradecer as bênçãos recebidas. Nas laterais da Basílica, a imagem em tamanho natural de Jesus Morto e o Senhor carregando a cruz. Em ambas os fieis aproximam-se na tentativa de tocar, beijar, rezar e agradecer. O Santuário dispõe de relíquias¹⁶ para veneração, um serviço de acolhimento aos devotos de São Francisco (ver imagem 03).

Imagem 03 – Relíquias dos Santos



Fonte: Ivo Silva, 2014

-
- 14 Memória do passado e a história do presente se entrelaçam no imaginário. O passado no presente dá sentido concreto nas narrativas orais ao afirmarem a sacralidade nas águas.
- 15 Edificada em estilo gótico-barroco, o templo tem altura de 25 metros (torre). Em 1925, foi elevada à categoria de Basílica Menor pelo Vaticano. É lugar sagrado para os romeiros, não somente pelo fato de reunir multidões para o culto, mas porque nesse espaço São Francisco revela para aqueles que acreditam.
- 16 No interior do Santuário, há para visitação as relíquias, que são objetos preservados para efeitos de veneração, sendo normalmente associados a objetos pessoais ou partes do corpo do santo. As relíquias são guardadas em receptáculos chamados relicários. Em Canindé, encontramos as relíquias de São Pedro, São Francisco, São Paulo e Santa Luzia.

Na *Casa dos Milagres*¹⁷ uma intensa movimentação de peregrinos depositam seus ex votos, pedem informações ou adquirem itens religiosos. O ex voto é representado na forma de membros humanos (perna, tronco, braço, cabeça), órgãos vitais (pulmão, coração, rim), casas, barcos, carros, motocicletas, fotografias, vestuários, mechas de cabelo, vestidos de noivas, roupas muletas, cadeira de roda, dentre tantos outros objetos confeccionados em madeira, gesso, linho, latão, papel, e todos simbolizam materialidade dos milagres¹⁸. Outro lugar de veneração é a *Gruta Nossa Senhora de Lourdes*, ponto de devoção mariana, localizado ao lado do Rio Canindé e à Casa das Velas.

Na Gruta, os fieis procuram na água a purificação do corpo e da alma, banham as mãos, a cabeça e os pés. Imergem fotografias, roupas, chaves e garrafas para coletar o bem para familiares e amigos. O lugar renovar a esperança de muitos, atribuem a cura sobrenatural de seus males a fé. O espaço faz alusão à Nossa Senhora de Lourdes e une a devoção em São Francisco. A *Casa das velas* é uma sala para cumprimento de preces, lá os fiéis rogam a intervenção divina e transporta na vela o simbolismo da rogação. A vela acessa remete a imagem da consumação, iluminação da trevas, sacrifício de Cristo e sinal de veneração ao Santo.

Outro espaço simbólico que não carrega em si a sacralidade, mas é lugar de apreciação é o *Zoológico São Francisco*, iniciado em 1970, em razão da necessidade de alojar os animais trazidos pelos romeiros como presente aos frades franciscanos. Essa prática da doação de animais se associa com a biografia do Santo, o amor que sentia pelos animais era tanto que conversava e tratava-os com carinho, assim, como seus irmãos.

Símbolo da memória, o *Museu Regional São Francisco*¹⁹ dispõe de um acervo variado, adquirido por meio de doações tanto da comunidade, como da Igreja. Composto por peças sacras, hábitos, fotografias, pinturas²⁰, conta com o primeiro cofre da Basílica; uma motocicleta alemã modelo 1938, o primeiro sino de Canindé; pias batismais e objetos que contam a história da devoção.

17 Salão reservado para recepção e exposição de ex-votos e outros objetos, construído em 1986 com este intuito (Informação contida no texto de WILLEKE OFM, Venâncio. São Francisco das Chagas de Canindé: resumo histórico. 2ª edição. Canindé 1993. Petrópolis RJ: Ed. Vozes, 1973, p.50).

18 Retribuição simbólica da promessa. Não se limita ao pagamento da promessa como uma forma contratual entre Deus e o homem. A promessa leva à uma ação de sujeição e de retribuição pela graça alcançada.

19 Após os primeiros milagres concedidos por São Francisco das Chagas, começam a acontecer muitos deslocamentos dos romeiros dos mais diversos locais. Com isso, esses peregrinos deixam na cidade, além da fé ao Santo, peças que representam essa devoção.

20 Museu possuía aproximadamente 3.000 peças e atualmente conta mais de 5.000 peças.

Imagética das imagens representado na *Estátua de São Francisco*²¹, localizada no bairro do Moinho, ponto mais alto da cidade de Canindé. A obra mede 30,25 metros, recebeu o título de maior imagem sacra do mundo, fruto da criação do artista plástico Deoclécio Soarez Diniz²². Orientação oficial da Igreja é que o culto da religião não se dirige às imagens em si mesma como realidade inalterável, mas em seu aspecto próprio capaz de conduzir o fiel a Deus e ao Santo de Veneração.

As *Fitas de São Francisco da Chagas* representam a materialidade da fé. Os devotos acreditam que, se usá-las até quebrar, seus pedidos serão realizados. As fitas são amarrados junto à Estátua, na Casa das Velas, na Basílica, nos retrovisores dos veículos, nos punhos dos devotos (ver imagem 04).

Imagem 04 – Devoções das Fitinhas



Fonte: Ivo Silva, 2014

Outro registro da imagética é o *Painel de São Francisco*²³, segue arrastando multidões de fieis que depositam sua fé na representação do Santo. O andor deixa a Casa

21 Os monumentos são entendidos como forma simbólica de representações e que, por sua vez, compõem os espaços. São impregnados de significados e simbolismo, podendo conter significados variáveis na memória.

22 Escultor conhecido como Bibi, recebeu, em 2004, da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, o título de “Tesouro Vivo” da arte e cultura cearense. Atualmente continua a desenvolver trabalhos em mármore, fibra de vidro e outros materiais.

23 Andor foi criado no dia 10 de julho de 1890, pelo padre Manoel Cordeiro da Cruz, confeccionada no Estado da Bahia e sua estampa de origem italiana. A abertura da festa inicia por volta das 4h da manhã com hasteamento da bandeira e celebração eucarística. Segue durante dez dias com celebrações religiosas, na Praça dos Romeiros. Procissões com o Painel e a Imagem de São Francisco, saindo da Basílica à Praça dos Romeiros, retornando após a novena para a Basílica.

dos Milagres três vezes ao ano, no dia de 2/08 quando a Igreja comemora o Perdão de Assis²⁴; no dia 17/09 data em que se celebram as Chagas de São Francisco, e a terceira na festa de São Francisco (24/09 a 04/10)²⁵.

A *Bandeira de São Francisco*²⁶ é hasteada nos ritos iniciais da festa e descerrada no último dia da novena, trafega pelas ruas, e durante sua travessia os fiéis arremessam moedas junto a bandeira como forma de gratidão pelas graças recebidas. Uma prática alterada, nos últimos anos, é a disputa pela bandeira. No final dos festejos, os fiéis se aglomeram junto ao mastro, na expectativa do descerramento levar um pedaço da bandeira consigo.

A experiência do devoto com o Santo se amplia e se revela no espaço, na sacralidade do lugar, porque é nesse local que ocorrem o encontro com a divindade. As peregrinações abordam os anseios do devoto diante da integração com a divindade e da salvação. As romarias estão associadas a penitência e obtenção da graça. Muitos refazem a pé no Caminhos de Assis, um trecho de 136 km de estrada ligando as cidade de Maranguape, Caridade e Canindé. No percurso instalações físicas para repouso diurno/ pernoite e sanitários dão um pouco de conforto necessário na caminhada espiritual.

Na *Via Sacra da Igreja do Monte*, o exercício piedoso dos fieis que percorram os passos de Jesus, meditando à Paixão de Cristo. Os romeiros chegam a transportar pedras sobre a cabeça, permutando de uma estação à outra. Ao final da caminhada, chega-se à Igreja do Monte, dedicada a Cristo Rei. No total são 14 estações dispostos ao longo da via²⁷ que retratam a aflição de Cristo.

A religiosidade em Canindé se amplia além dos muros do Santuário de São Francisco, através da carroceria do pau de arara (ver imagem 05); nos incontáveis mendicantes que se espalham na rodovia e nas ruas em busca pela oferta; e no desejo de pagar a promessa. Compreendemos a irradiação do sagrado na organização da viagem; na bênção do Santo estendidas à família na fotografia; na água benta que purifica e

24 Memória celebrada pela Família Franciscana e cuja ocasião se celebra Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula, uma pequena capela em que São Francisco apresentou especial benignidade. Foi nesse lugar dedicado a Nossa Senhora que teve início a Ordem dos Frades Menores e onde o santo de Assis atravessou seus últimos dias sobre a terra. São Francisco obteve do Papa uma nobre indulgência, que em seguida se estendeu a todas as igrejas. No dia 2 de agosto de cada ano (das 12 horas do dia 1º de agosto até as 24 horas do dia 2), pode-se adquirir a Indulgência Plenária, com as seguintes condições: 1) Visitar uma igreja paroquial, onde se reza o Credo, para alegar a identidade cristã; e o Pai Nosso, para afirmar a dignidade de filhos de Deus adquiridos no Batismo; 2) Confissão sacramental (oito dias antes ou depois); 3) participação na celebração eucarística e a comunhão.

25 Os devotos conduzem o Painei em procissão pela cidade em direção à Praça dos Romeiros, onde ocorre a novena de São Francisco das Chagas.

26 A bandeira do Município transporta consigo a influência dos franciscanos na civilização. O desenho incide em um retângulo dividido horizontalmente em duas faixas, uma amarela e outra verde. No centro o brasão municipal. Na parte esquerda, duas mãos cruzadas, ambas com chagas. As mãos cruzadas simulam Jesus, crucificado, e São Francisco de Assis, estigmatizado. Este símbolo representa a intensa religiosidade presente no Município.

27 Os romeiros vão chegando à Avenida Chico Campos, ao lado da Igreja de Nossa Senhora das Dores, para iniciar o primeiro ato de fé do dia.

renova as forças daqueles que acreditam; no momento da elevação das chaves de suas residências; na vela acessa durante às procissão; nas pedras da *Via Crucis*; no tocar da imagem; no entoar dos hinos e revoada dos sinos; na disposição dos ex votos; no pedido de retorno para casa e no pedido de regresso do ano seguinte.

As devoções tanto na órbita da religiosidade popular quanto no rito oficial estão sujeitas à continuidades e rupturas. A religiosidade popular é itinerante, impulsiona as pessoas ao deslocamento, a visitar santuários, relíquias, templos. Assim, reconhecendo a presença do sincretismo religioso.

Imagem 05 – Pau de Arara



Fonte: Francelino Alves, 2016

Pelas Promessas, ressalvamos os acontecimentos ditos extraordinários que, à luz dos sentidos da transgressão das leis naturais, em Canindé, associados a intercessão de São Francisco das Chagas, quando os alcançam, saldamos nas mais diversas formas, como doações de roupas, corte de cabelo, ex votos representados na forma de membros humanos, dízimo, fotografias, mortalhas, gêneros alimentícios, caminham de pés descalços, ajoelham-se na igreja, contornam na mesma posição os monumentos religiosos, osculam as imagens sacras dentro dos templos, entoam os cantos ao Santo Seráfico.

Os romeiros buscam uma experiência mística, um contato que transcende as pinturas da fé. Os pagadores de promessas se acham eternos devedores da graça. No

lugar sagrado coabitam a “sacralidade eclesiástico-institucional e devocional popular”. Percebemos a transversalidade da fé; o pagamento da promessa para si e para terceiros (familiares/amigos); sacralidade presente na cidade por meio das ruas, imagens, igrejas, mas também na fé em particular de cada devoto, na partilha do pão, na prece e no riso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio tenta se aproximar de uma descrição primária da religiosidade popular e da imagéticas das devoções. A experiência simbólica passa pelo olhar, manifestações e formas. O sagrado é acessível ao homem isso porque de certa forma simbólica está também no seu inconsciente.

A história de São Francisco de Assis é ladeada de narrativas surpreendentes, essas e tantas outras histórias de milagres representados nas peças, fotografias, memória, canções, romarias, em cada pedaço de chão desse solo. Nenhuma expressão simbólica do sagrado é desgarrada de compreensão. Com efeito, todas as manifestações revelam um significado que transcende o entendimento racional. Portanto, em vez de tomar o sagrado como algo meramente ilusório, aquele que pratica o encara como algo real, permanente e pertinente ao mundo. Entendemos que o homem não tem, fundamentalmente, que compreender todo o significado estrutural de um símbolo, para absorvê-lo como símbolo, pois cada consciente capta a informação em um nível inconsciente imediato.

REFERÊNCIAS

- AUGRAS, Monique. Todos os santos são bem-vindos. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
- AUMONT, Jacques. A imagem. 2ed. Campinas: Papirus, 1995
- AZZI, Riolando. Elementos para a história do catolicismo popular. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, v.36, n.141, p.82-114, mar.1978.
- BRITO, Ênio José da Costa; GORGULHO, Gilberto da Silva (org.). Religião ano 2000. São Paulo: CRE - PUC - SP/Loyola, 1998.
- BOFF, Leonardo. O pensar sacramental. Eclesiástica Brasileira. 35. Petrópolis, RJ, 1976
- DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Paulus, 1989.

- ELIADE, Mircea. Tratado de História das Religiões. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FRANCASTEL, Pierre. A realidade figurativa. 2. ed. São Paulo: perspectiva, 1993.
- GÓIS, João de Deus. Religiosidade Popular Pesquisas. Edições Loyola, São Paulo, 2009.
- HOONAERT, Eduardo. A cristandade durante a primeira época colonial. In: HOONAERT, Eduard et al. História da igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. 3 ed. São Paulo: Paulinas: Vozes, 1983. Tomo II/I.
- Larrañaga, Ignacio. O irmão de Assis. 20 ed. São Paulo: Paulinas. 496 p.
- LOPES, José Rogério. A imagética da devoção. A Iconografia popular como mediação entre a consciência da realidade e o Ethos religioso. UFRGS Editora. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2010.
- QUAINI, M. Marxismo e geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MALDONADO, L. Religiosidades Populares. Concilium, n. 206, 1986.
- MERLEAU-PONTY, M. A fenomenologia da percepção. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.
- MOREIRA, Ruy. Geografia e Práxis. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: contexto 2012.
- OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. Geografia do Turismo na cultura carnavalesca: O sambódromo do Anhembi. São Paulo: Paulistana, 2007.
- OLIVEIRA, Marcelo João Soares de. A PEREGRINAÇÃO E SEUS ENIGMAS: O desvendamento no encontro do devoto com o “santo vivo” rumo ao santuário de São Francisco do Canindé. Doutorado em Ciências da religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC. São Paulo-SP, 2011.
- ROSENDAHL, Zeny. Hierópolis: o sagrado e o urbano. Rio de Janeiro: EdUERJ. 1999.
- _____. Uma proposta temática. In: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salette (org). Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.
- SANTOS, Milton. por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec:Edusp, 1978.
- TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: Difel, 1983.
- TURNER, Victor. O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.



RESENHA

A Concretude do Fenômeno Turismo

(de Everaldo Batista da Costa)

The concreteness of the tourism phenomenon (from Everaldo Batista da Costa)

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo¹

COSTA, Everaldo Batista da. *A Concretude do Fenômeno Turismo e as Cidades-Patrimônio-Mercadoria*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

INTRODUÇÃO

O autor do livro *A Concretude do Fenômeno Turismo e as Cidades-Patrimônio-Mercadoria: Uma Abordagem Geográfica*, Everaldo Batista da Costa, possui formação desde os anos da graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP, com mestrado e doutoramento em Geografia Humana pela mesma instituição de ensino superior, abordando a temática do que ele trata por “patrimonialização global”, os fatos e fenômenos espaciais e transversalidade das totalidades urbana e global que atravessam estes processos no espaço geográfico.

De uma forma geral, a obra objeto da presente resenha tem como núcleo principal

1 Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista UNESP/Rio Claro-SP. Email: gcc99@gmail.com

de seu argumento a questão do turismo enquanto componente analítico da processualística dialética da construção destrutiva da concretude das cidades-patrimônio-mercadoria, ou seja, em sua exploração como mais valia dentro deste contexto e as implicações desta dinâmica tanto na esfera do saber e práticas turísticas como geográficas.

PRIMEIRA PARTE:

POR UM OLHAR DIALÉTICO SOBRE O TURISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Este ponto da obra se inicia com a apresentação de algumas das ideias centrais da argumentação proposta pelo autor, a saber: do turismo como prática social lastreada e difusora da valorização e organização estratégica dos territórios; a dialogia entre a questão do turismo com o escopo teórico e metodológico da Geografia Humana; a sociedade em seu protagonismo de ação no espaço-tempo, nos processos de valorização do espaço numa perspectiva histórico-dialética; e a concretude do fenômeno turismo em uma análise holística e crítica, de forma a imbricar as três dimensões no olhar sobre a concretude histórica e dialética do fenômeno do turismo: política, economia e cultura.

Em conjunto com estes alicerces teóricos, vemos de forma recorrente a referência e fundamentação em dois autores que tratam da questão sobre o espaço, o trabalho, ideologia, o valor de uso e de troca, alienação, e suas problematizações, Karl Marx e Milton Santos; o segundo sendo fortemente influenciado pelos apontamentos sociológicos, filosóficos e econômicos do primeiro. Outros autores do pensamento geográfico são clamados de forma complementar nas discussões apresentadas, como David Harvey e Antonio Carlos Robert Moraes. Com o auxílio destas referências, em conjunto com outros conceitos atinentes aos estudos geográficos, são alinhavados à discussão a fim de compor o constructo reflexivo trabalhado na obra, como por exemplo, as cidades, os lugares, formação socioespacial, a urbanização, território, etc.

O espaço centraliza, desta maneira, o epicentro epistêmico de onde divergem e para o qual convergem os outros conceitos e categorias apresentadas pelo autor, de modo a reforçar o teor geográfico da análise do fenômeno turístico em sua concretude dialética: “Dessa forma, reconhecemos a categoria espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo tempo em que instância econômica e instância cultural-ideológica.” (COSTA, 2010, p, 21).

E, mais especificamente, é no espaço urbano, no alinhamento teórico e conceitual entre cultura, ideologia, espaço geográfico, turismo, configuração territorial, exclusão seletiva dos lugares e a dialética espacial-histórica e espacial, que Costa

(2010) irá colocar o sustentáculo de sua análise: “Acreditamos que, a partir do espaço urbano, podemos decifrar o mundo contemporâneo e sua complexidade, pois é mediador e representante da formação socioespacial [...]” (COSTA, 2010, p. 57). O espaço urbano surge, portanto, como ponto de inflexão ao qual e no qual as reflexões sobre a dialética da construção destrutiva nos lugares turísticos se tornará passível de análise, em suas nuances e complexidade.

SEGUNDA PARTE:

SOBRE A DIALÉTICA DA CONSTRUÇÃO DESTRUTIVA NOS LUGARES TURÍSTICOS

O segundo momento da obra é dedicado, majoritariamente, aos aspectos metodológicos da temática abordada. De início, há uma conceituação da dialética da construção destrutiva a partir da qual o próprio autor aclara as entranhas de seu escopo teórico: “[...] diz respeito à contradição imperante entre ‘preservação’ e a mercantilização, a busca da democratização e da ‘elitização’ do patrimônio, de forma ampla, e das destinações turísticas, particularmente a própria luta entre ‘preservação’ e mercantilização, que é o princípio interno de desenvolvimento das cidades turísticas contemporâneas, só se mantém com a permanente vitória da mercantilização, mas sem a banalização total da ‘preservação’, pois depende da mesma para se efetivar.” (COSTA, 2010, p 67).

Este posicionamento de Costa é trazido à tona como exposição do alinhamento teórico abordado em sua obra, e com possibilidade de aplicação para outras pesquisas no âmbito social, em específico ao que se refere aos estudos turísticos e geográficos. Com a ajuda de autores que desmembram a dialética como processo de desvelamento das aparências da totalidade, como Karel Kosik e Henri Lefebvre, o autor busca embasar sua teoria e metodologia como nortes para uma compreensão crítica dos lugares turísticos. Com a contribuição destes autores e sua argumentação específica, Costa dialoga o fenômeno dos lugares turísticos nas prerrogativas da totalidade, singularidade e particularidade do método dialético como possibilidade de entendimento das relações entre as contradições existentes, por via do modo de produção capitalista, na eleição de localidades excludentes para aproveitamento turístico: “Compreende-se a *dialética da construção destrutiva* dos lugares turísticos a partir de um diagnóstico da configuração de territórios envolvidos pelo espaço mundializado [...] a abordagem sobre o turismo e a organização do território, na perspectiva dialética, deve transitar da dominação e valorização do espaço à sua representação, que se encerra com a universalização das destinações turísticas singulares. (COSTA, 2010, p. 74-75).

O principal acréscimo analítico do autor à dialética enquanto método, e à sua elaboração e exposição teórica e metodológica particular, é o componente simbólico presente na totalidade social, individual e coletiva, sintetizada nas cidades. Neste ponto é utilizado inclusive o exemplo das cidades históricas (coloniais) como ponto de exploração da lógica da dialética da construção destrutiva, apresentada detalhadamente ao longo da obra.

A mais valia, objeto central e primordial do capitalismo, neste sentido, é visualizado na seleção de lugares onde os sentidos, símbolos e significados de um substrato de aproveitamento monetário por sua singularidade e particularidade espacial (elementos estes já apreciados de forma incipiente no quesito geográfico e turístico pela ideia de Indústria Cultural dos frankfurtianos, conforme lembra o autor), para um discurso de mundialização destes elementos. “Dessa forma, a incessante busca do lucro e da renda impõe a procura ou o estabelecimento de critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade nos lugares.” (COSTA, 2010, p. 98).

Como síntese do método dialético e crítico proposto pelo autor, podemos utilizar seus próprios termos, na busca de uma atenção e cuidado no olhar a ser direcionado para a realidade, e à fenomenicidade do turismo, como premissa analítica para o desmembramento das mimeses, velamentos e contradições da totalidade: “A concretude do fenômeno turismo deve ser desvendada na relação entre as pressões e a fluidez, a dinâmica e a inércia, a expansão e a retração, a construção e a desconstrução, a “preservação” e a mercantilização vigentes nos lugares da vida, da história e da natureza [...] (COSTA, 2010, p. 115).

TERCEIRA PARTE:

TURISMO, PATRIMÔNIO E GLOBALIZAÇÃO

Em sua terceira parte do livro Costa (2010) se posiciona de forma contrária à padronização pragmática destinada ao turismo pela Organização Mundial de Turismo e demais organizações e instituições que regem as normatizações sobre o turismo, em diferentes escalas de análise e atuação, priorizando o seu viés econômico, fortalecidos pela prática e discurso da globalização como orientação geral da forma pela qual os lugares turísticos devem ser escolhidos e utilizados economicamente. Esta é justamente a forma inadequada de ver não apenas turismo dos lugares, mas a realidade como um todo, pois o retifica em uma visão cartesiana e alheia às contradições do espaço-tempo no qual está inserido e é inerente; nas palavras do autor: “a busca da totalidade, na dinâmica turística, pressupõe a análise dos lugares turísticos em sua totalidade, pois o real é o processo de cissiparidade, subdivisão e esfacelamento. [...] O turismo

– fundado na ideologia capitalista – não será apartado do processo histórico que é um processo de segmentação das coisas específicas, de forma que o próprio turismo e as atividades que engendram a economia urbana estão diretamente vinculados à lógica de que cada nova totalização cria novos atores e dá às coisas antigas uma nova função, um novo conteúdo, em prol da produção nas/das cidades.” (COSTA, 2010, p. 126).

Há, portanto, nos dias de hoje, apoiado pelo movimento prático e ideológico da globalização, o que autor denomina por “maquinaria patrimonial” (a partir de Henri Pierre Jeudy) que, com o auxílio de organizações e instituições internacionais, fortalecem a prévia da padronização mimética dos lugares turísticos, da mundialização destas localidades – mesmo que excludentes de seus contextos – e da máxima exploração da representatividade cultural, simbólica e imaginativa destes lugares por este viés economicista do turismo enquanto processo ideológico, político e econômico: “O turismo depende, para sua reprodução, de uma base material singular, de um eficaz sistema de imagens e da capacidade imaginativa e de dominação de seus agentes.” (COSTA, 2010, p. 134). Esta homogeneização defendida e posta em vigor por estes órgãos internacionais de regulação do turismo visa não necessariamente arrefecer as singularidades e particularidades do lugar, pois isto aniquilaria seu potencial econômico de exposição espetacular, mas sim, de inserir um consumo em ordem planetária para esses lugares selecionados estrategicamente, na mundialização e homogeneização do consumo destas e nestas espacialidades, que em si carrega todas as contradições sociais inerentes ao íterim capitalista.

Ao final desta terceira parte, Costa traz a noção de “cidades-patrimônio-mercadoria”, com foco nas cidades coloniais mineiras, exemplos de toda processualística da dialética da construção destrutiva do turismo vigente no conteúdo de seu ensaio. Deste modo, tendo como referência estas cidades, discute-se de que modo as pretensões de aproveitamento econômico, eleição excludente das cidades, e sua alienação do seu próprio arredor urbano podem ser encarados de forma crítica e dialética.

Defende-se uma reaproximação do ser humano à sua realidade proximal, de forma a reconquistar este espaço do qual faz parte enquanto totalidade, e não somente inserido nela por meio de políticas e iniciativas externas e alienadas, sejam públicas ou privadas: “O homem só conhece a realidade quando cria a realidade humana e se comporta como um ser não alienado, prático e propenso à revolução” (COSTA, 2010, p. 160). E ainda, seguindo este posicionamento de maior crítica à lógica da turistificação dos lugares, o autor adiciona a sua negação do atual panorama do processo, e não do fenômeno turismo em si: “[...] não negamos o turismo enquanto fenômeno concreto que ronda os centros das cidades coloniais mineiras, mas precisamos destruir sua pretensa independência demonstrando seu caráter derivado, que só pode

ser interpretado no movimento universal de desenvolvimento do capitalismo globalístico.” (COSTA, 2010, p. 147). Esta pode ser considerada uma síntese do que se propõe ao final da terceira parte da obra, de modo a expor, após a apresentação metodológica, algo que vá além, no sentido de uma postura crítica perante a realidade do turismo especificamente e da totalidade-mundo de forma mais ampla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, Everaldo Costa dá o tom de fechamento de seu livro elevando ainda mais a evidência em busca pelo caminho a ser trilhado para o desvelamento da realidade de um modo geral, e para a complexidade do fenômeno turismo em particular: “Apreender a ‘concretude’ do fenômeno turismo, em sua totalidade, exige a leitura dos aspectos da realidade global” (COSTA, 2010, p. 164). E é calcando as palavras nesta trilha, teórica e metodológica, que autor reafirma seu posicionamento: “Em síntese, o caminho a ser percorrido na busca *pela concretude do fenômeno turismo* reside no entendimento da essência da produção do espaço geográfico e da interpretação crítica da configuração de territórios totais, o que só pode se desencadear a partir de uma concepção dialética do próprio espaço; foco essencial para uma razoável gestão do território turístico. Parte e todo, particularidade e universalidade, Estado e mercado, sociedade e natureza [...] são algumas das contradições a serem analisadas, enquanto simultaneidade e não sucessão, no estudo do turismo, em prol de sua dinamização democrática e menos impactante.” (COSTA, 2010, p. 167). Eis a síntese do cânone epistêmico e prático presente no livro, que parte de um princípio analítico, o fenômeno turismo em sua dialeticidade, e vai muito além deste ponto, mostrando vias para a reflexão que buscam o entendimento da própria dialética da realidade de forma holística.

REFERÊNCIAS

COSTA, Everaldo Batista da. *A Concretude do Fenômeno Turismo e as Cidades-Patrimônio-Mercadoria*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2011



RESENHA

A teoria do turismo e os conceitos fundamentais

The theory of tourism and the fundamental concepts

Leandro Benedini Brusadin¹

PANOSSO NETTO, Alexandre. O que é turismo. São Paulo: Brasiliense, 2013, 127p. (Coleção Primeiros Passos).

As discussões conceituais sobre o turismo são fonte do estudo de Alexandre Panosso Netto nessa obra a qual busca apontar os parâmetros teóricos e práticos para esta área do conhecimento humano e social. O autor inicia sua abordagem delimitando o contexto da problemática que se faz presente no título do livro: *o que é Turismo?* Panosso Netto expõe que, apesar dos conceitos e ideias sobre o campo do turismo serem em torno das férias, viagem, descanso, lazer, fuga da realidade, geração de emprego e renda, difusor de cultura entre os povos, soma dos fenômenos resultantes da viagem, atividade econômica em crescimento e deslocamento do sujeito fora de seu lugar de residência, “tais imagens e definições são algumas

1 Pós-Doutorando pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca. Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi-Morumbi (UAM). Graduação em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: leandro@turismo.ufop.br

das múltiplas facetas que o turismo assume na sociedade, mas, dependendo do contexto, são limitadas” (p. 10), pois se relacionam apenas às práticas econômicas as quais relegam a segundo plano as múltiplas práticas sociais do setor.

Panosso Netto dimensiona o turismo como fator coletivo posto que carrega consigo um grupo de representações sociais para a prática da atividade em determinado local: “mesmo que este atrativo não me chame atenção, eu me interesso por ele, pois se é importante para os outros então deve ser importante para mim também” (p. 14). Desse modo, para o autor, o turismo constitui-se em um fenômeno que tem seu fundamento direto na necessidade de viajar e de se deslocar por meio do fato social, econômico e cultural.

Sob o modo de pensar do autor, o turismo é uma das formas mais características do lazer do homem atual, em um paradoxo entre o trabalho e o tempo livre, o qual pode ser designado como *homo viator* (o que viaja), para além de seus antecessores, o *homo sapiens* (o que sabe), o *homo faber* (o que faz) e o *homo ludens* (o que joga). Nessa lógica contemporânea, “não basta ter lazer, é preciso sair de casa para longe, distante. Se possível, sair até mesmo do planeta” (p. 15).

No capítulo I do livro, Panosso Netto indica três visões distintas de turismo: a “visão leiga” situada dos que entendem a atividade como descanso e férias; a “visão empresarial” de quem compreende o setor enquanto conjunto de bens e serviços; e a “visão acadêmico-científica” delimitada por quem relaciona o turismo como meio de desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar impactos positivos, sob a forma de estudos interdisciplinares, sendo esta última adotada pelo autor de modo conceitual.

A compreensão das definições do turismo em uma ótica evolutiva faz parte do capítulo II ao ponto que “o termo turismo vem das palavras *tour* e *turn* (inglês) com raiz no latim *tornus* e *tornare*. Com o tempo, foi assumindo o significado *de tornar, retornar, girar*, dando a ideia de ida e volta” (p. 21). Panosso Netto dimensiona que os primeiros estudos de turismo tinham duas vertentes: a “sociológica” que analisava aspectos da educação, cultura e modos de vida e a “econômica” que tratava das formas de propiciar o aumento do tráfego de forasteiros. Essa dicotomia nas análises do turismo “só veio a ser resolvida com a publicação dos trabalhos de Walter Hunziker e Kurt Krapf, na década de 1940” (p. 25).

Dentre outros autores relacionados na obra que conceituam turismo, situam-se Fuster em *Teoria y técnica del turismo*, Wahab com *Introdução à administração do turismo* e Jafar Jafari e J. R. Brent Ritchie em *Toward a framework for tourism education*, posto que, segundo Panosso Netto, esses últimos se equivocam, pois não dife-

renciaaram o “fenômeno turismo do estudo do turismo” (p. 29). Nesse retrospecto, Panosso Netto menciona a Organização Mundial de Turismo (OMT) que vincula seu conceito a um viés econômico e ainda exclui das estatísticas os viajantes. Diante disso, Leiper (*The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry*) divide as definições científicas de turismo em econômicas, técnicas e holísticas.

Panosso Netto reflete o caráter científico do turismo e considera que “para ser uma ciência é necessário que exista um objeto de estudo claro e definido, como metodologia de análise advinda de várias ciências” (p. 34) e considera que o turismo “não possui (ainda) esse requisito, por isso, não é uma ciência que estuda algo, mas sim algo estudado pelas ciências” (p. 34).

Quanto ao surgimento do turismo moderno no Ocidente, o autor afirma ter surgido por uma confluência de fatores ao longo de várias épocas, mas considera o seu nascimento na Revolução Industrial, na Europa, em fins do século XVIII e início do XIX. Panosso Netto enfatiza que “tal recorte temporal é importante, pois as viagens e os deslocamentos sempre existiram na história da humanidade” (p. 35). Outros eventos históricos são mencionados por Panosso Netto como determinantes para o turismo moderno, tal como, a implementação do descanso dominical e as férias remuneradas na Europa no início do século XX, além dos avanços tecnológicos e dos transportes após a Segunda Guerra Mundial. No caso do Brasil, Panosso Netto expõe que o turismo somente passou a ser desenvolvido somente na primeira metade do século XX, mas é importante registrar os relatos dos viajantes do século XIX que deixaram escrito suas impressões sobre o país, mesmo que não existissem condições para desenvolvimento da atividade.

O capítulo III aborda as relações entre a teoria a prática do turismo acentuando algumas características desse campo de estudo, tais como: a jovialidade do conhecimento, as indefinições conceituais, a fragmentação do conhecimento, o preconceito de pesquisadores de outras áreas e a fraqueza na sustentação de argumentos. Panosso Netto realiza, ainda, distinções de termos conceituais: o “viajante” que consiste em toda pessoa que se desloca entre dois ou mais lugares independente da motivação, posto que este engloba o “visitante” o qual se subdivide em: “turistas” que são pessoas as quais permanecem mais do que 24 horas no destino e cujo propósito pode ser entretenimento, negócios, viagem familiar e reuniões; “excursionistas” caracterizados por permanecerem no destino menos de 24 horas sem pernoites no lugar visitado; e “outros” tidos como nômades, passageiros em trânsito, refugiados, membros consulares sendo estes últimos não incluídos nas estatísticas da atividade turística.

Com relação à prática, o autor dimensiona quatro tipos de empresas e organizações enquadradas diretamente com o turismo, entre os quais situam os produtores de bens e serviços turísticos (empresas de transporte, meios hospedagem e restaurantes), os organizadores de viagem (operadores de turismo), os distribuidores (agências de turismo) e, por fim, as organizações governamentais. Panosso Netto ressalta que “o destino turístico é um local geográfico que atrai turistas por apresentar algo de seu interesse” (p. 64). Ainda sim, o autor diz que “apesar de ser possível encontrar núcleos de turismo em todos os continentes, eles estão mal divididos no globo, com grande concentração na Europa, Estados Unidos alguns países da Ásia e Oriente Médio” (p. 66), de forma que a América Latina não apresenta tal concentração, com exceção do México.

O quarto capítulo do livro trata de alguns princípios do turismo e o autor critica a falha conceitual do fenômeno que passa a ser visto com descrédito nos setores produtivos e intelectual. Dentre os princípios fundamentais apontados pelo autor consideram-se a concepção do “sujeito” enquanto anfitrião e turista; a ideia de “deslocamento” interno (dentro do país) e externo (fora do país de origem); o fundamento do “retorno” pressupondo a volta ao local de origem, a “motivação” caracterizada pela razão da viagem; a “hospitalidade” englobada pela alimentação e a hospedagem; a “experiência” enquanto composto imaterial; a “comunicação” quanto à relação entre povos; e a “tecnologia” que relaciona a comunicação e os transportes. Panosso Netto ainda considera a sustentabilidade, a igualdade, a supremacia do interesse público, a alteridade, a ética, a satisfação pessoal e a livre-vontade como princípios desejáveis do turismo.

O capítulo V inicia com a afirmação do autor que “é importante buscar uma compreensão abrangente do que vem a ser o fenômeno, livre de estereótipos, preconceitos, que não seja uma visão estreita focada em seus aspectos particulares ou menores, mas em sua grandeza e importância para os homens” (p. 77). O autor diz ser necessário assumir uma postura que objetive maximizar os efeitos positivos do turismo e conhecer mais profundamente os efeitos negativos. Dentre os aspectos econômicos situa-se a redistribuição de riquezas e o efeito multiplicador em contraponto com a desvalorização dos trabalhadores locais, aumento dos preços e supervalorização do setor, quanto aos aspectos sociais revela-se a experiência de relações entre turista e anfitrião em contrário ao colonialismo, nos aspectos culturais menciona-se a valorização da cultura local em paradoxo a mercantilização da mesma e, por último, nos aspectos ambientais visualiza-se a preservação por meio da valorização e não o inverso. Panosso Netto conclui essa análise ao asseverar que “não basta ser sustentável, tem que ser responsável” (p. 99).

No último capítulo da obra o autor se posiciona favorável à prática do turismo de modo ser possível exercer a atividade de forma justa, muito embora existam limitadores que impeçam o deslocamento para o empreendimento de viagens, tais como, condições financeiras, disponibilidade de tempo, condições físicas, estrutura familiar, procedimentos burocráticos e o próprio conhecimento do destino. Panosso Netto destaca que, além disso, há um assunto pouco discutido que é a educação para o turismo não ensinada nas escolas de modo que “os conselhos que nos dão não passam de dicas como ‘não comer tal coisa’, ‘cuidado em tal lugar’, ‘visite aquele museu’ etc, mas nunca como fazer, com o que se maravilhar, como ter uma experiência memorável” (p. 108).

Em suas últimas palavras o autor se questiona qual o futuro do turismo. Panosso Netto responde que o turismo está passando por uma crítica às suas formas tradicionais e à forma como é visto pelos organismos oficiais. No caso do Brasil, o autor crê que o processo de educação formal, iniciado com o primeiro curso de graduação em turismo em 1971, está fornecendo resultados positivos ao formar a principal massa crítica do turismo brasileiro.

“O turismo é o reflexo e o espelho do que a sociedade decide ser” (p. 113), ajuíza Panosso Netto. Assim sendo, entende que a sociedade, seus grupos sociais e o turismo são faces da mesma moeda. O autor finaliza seu pensamento ao considerar que é necessária uma visão humanista em que o “ter” valha menos do que o “ser”, ao ponto que novos paradigmas dos estudos turísticos se avizinham. Ao término da obra, ainda é possível encontrar algumas sugestões de leitura para a história do turismo, em uma análise teórica mais complexa e alguns manuais, além de outros livros para co-relações com o lazer e a hospitalidade e, inclusive, a recomendação de determinados periódicos científicos internacionais e nacionais.



RELATO DE EXPERIÊNCIA

Fórum ABRATUR-15: Internacionalização da Pesquisa em Turismo no Brasil

VIII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (SEMINTUR)

I Hospitalidade em Colóquio: Pesquisa e Ensino
Relato de experiência de participação em eventos

ABRATUR-15 Forum: Internationalization of Tourism Research in Brazil

VIII Mercosur Seminar of Tourism Research

I Hospitality in Colloquium: Research and Teaching

An overview about the conferences' experiences

Ana Paula Garcia Spolon¹

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). E-mail: anapaulaspolon@gmail.com

No intervalo de 30 dias participei de três eventos científicos das áreas de turismo e hospitalidade, realizados no Brasil: o Fórum ABRATUR-15 (organizado pela Academia Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa em Turismo no Brasil - ABRATUR) e os simultâneos VIII Semintur e I Hospitalidade em Colóquio (promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul – PPGTURH-UCS).

Depois de mais de 20 anos atuando como docente e pesquisadora no ensino superior nas áreas de turismo e hospitalidade em instituições particulares e públicas e tendo participado em dezenas de eventos científicos em todo o território nacional e também no exterior, organizados por instituições de ensino, por associações e até por indivíduos, pela primeira vez senti-me não somente interessada – mas também imbuída – a escrever, em termos bastante genéricos, sobre a minha experiência de participação em eventos acadêmicos nessas áreas e, em específico, a compartilhar minha reflexão sobre a inovação proposta pelos eventos que figuram como objeto desta análise, traduzida em seus respectivos formatos.

Esta disposição se dá por alguns motivos:

- a. Considero os eventos científicos como uma alternativa valiosa de formação continuada;
- b. enxergo as ocasiões de participação em eventos científicos como oportunidades ímpares de inserção de pesquisadores em comunidades acadêmicas, seja em âmbito nacional ou internacional, em sua área de atuação direta ou em áreas correlatas; e
- c. Julgo o contexto de promoção de eventos científicos o fórum mais adequado para a construção de redes colaborativas, uma vez que permitem o contato face a face entre pesquisadores, condição que julgo fundamental para a efetivação de parcerias duradouras e efetivas.

Por este motivo é que me dispus a adotar a participação em eventos acadêmicos como um dos pilares de minha própria formação continuada e de minha inserção em comunidades científicas nacionais e internacionais, eventualmente (e talvez erroneamente) até negligenciando outras ações formativas, como a realização de cursos ou a participação em oficinas, ou mesmo iniciativas de disseminação de resultados de estudos e pesquisas em periódicos científicos.

O reconhecimento dos eventos acadêmicos como uma modalidade de valor inestimável para a formação continuada de professores e pesquisadores é compartilhado por diversos autores (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2011; GATTI, 2005; ANTELO, 2012). Em que pese este reconhecimento já vir sendo disseminado, ainda tem havido pouca

discussão sobre o formato desses eventos e sobre os seus resultados efetivos.

De minha parte e desde uma perspectiva muito pessoal, guardo a percepção de que muitos têm se repetido, tornando-se, com o tempo, desinteressantes. Neste sentido é que tenho observado, com alegria e algum alívio, o surgimento de alguns poucos eventos inovadores, que têm sido organizados em formatos diferenciados, evidenciando uma postura mais democrática, inclusiva e solidária no que diz respeito à organização e operacionalização de encontros científicos.

Comentei no Vol. 7, número 2 (edição de mai/ago de 2013) da Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTur) sobre o evento Food, Drink and Hospitality, realizado em 2013 pela Oxford Brookes University. Em minha opinião, três condições contribuíram para o sucesso do evento: (a) as inscrições foram limitadas a 50 pessoas, (b) a taxa de inscrição era acessível (40 libras, incluindo-se almoço e café), (c) o tema era bastante específico e foi discutido por um grupo de 11 pesquisadores que apresentaram seus trabalhos na forma de resumo expandido previamente enviado a todos os participantes e (d) mesclou pesquisadores experientes com outros em início de carreira, todos com o mesmo tempo de fala.

Na edição da Revista Hospitalidade publicada em maio de 2015 (Vol. XII, Número Especial) também comentamos (SPOLON, PANOSSO NETTO e BAPTISTA, 2015, p. 209 e seg.), sobre a Academy of International Hospitality Research Annual Conference, realizada nos Países Baixos em 2014, ocasião em que se reuniram estudiosos (pesquisadores, docentes e discentes) brasileiros, britânicos e holandeses, em dois dias de discussões dedicadas exclusivamente ao tema da hospitalidade. Este evento (a) foi limitado a 70 participantes, (b) trouxe ao conhecimento de todos pesquisas teóricas e estudos aplicados de hospitalidade conduzidos por diferentes comunidades científicas, por intermédio dos trabalhos apresentados por pesquisadores convidados, (c) reuniu pesquisadores mais experientes e a nova geração, bem como estudos de graduação e de pós-graduação, (d) garantiu a disseminação ampla e gratuita dos resultados do evento, por intermédio da iniciativa inédita de publicação conjunta da Edição Especial da Revista Hospitalidade (bilíngue) e do Vol. 5, N. 1 da Research in Hospitality Management, com conteúdo em inglês.

Na ocasião da publicação desta edição da Revista Cenário, busco cumprir o que entendo ser uma obrigação: comentar minha experiência de participação em eventos científicos que considere diferenciados, quais sejam, os promovidos, em território nacional, pela ABRATUR e pelo PPGTURH-UCS.

O Fórum ABRATUR-15: Internacionalização da Pesquisa em Turismo no Brasil realizou-se entre 08 e 10 de junho de 2015 na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Uni-

versidade de São Paulo (EACH-USP) e teve como objetivo reunir professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação dedicados ao estudo do turismo e de áreas afins para discutir experiências sobre a internacionalização da pesquisa em turismo no Brasil.

Este objetivo impôs, logo de início e a todos, o desafio de compreender, individual e coletivamente, o próprio conceito de internacionalização. No evento, houve palestras, painéis, workshops e apresentações de trabalhos (no formato de resumo expandido e/ou de textos completos). As falas ditas “informativas” foram proferidas no formato de conferências de abertura ou de palestras pelos professores Marcelo Cândido da Silva (Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP), Marcelo Knobel (Universidade de Campinas – UNICAMP), Carla Guerrón (University of Delaware), Juan Carlos Picón (Universidade Nacional Autónoma de Costa Rica), Guilherme Lohmann (Griffith University), Paula Remoaldo (Universidade do Minho) e Júlia Lourenço (Universidade do Minho), bem como por representantes do Ministério do Turismo. Registre-se ser este um número significativo de inserções para um evento de apenas três dias.

Houve ainda sessões paralelas de Apresentação de Trabalhos e de Workshops de Internacionalização, além de eventos sociais (almoços e jantares). Até aí, um formato que pode ser considerado tradicional.

O tom diferenciado do evento foi dado pela sessão intitulada “Experiências e desafios da internacionalização da pesquisa em turismo no Brasil”, dividida em dois módulos, que aconteceram no segundo e terceiro dias do evento e dos quais participaram onze pesquisadores (sete presentes e quatro por depoimentos virtuais), todos convidados. O perfil desses pesquisadores (alguns mais experientes, outros em início de carreira), sua disponibilidade em compartilhar experiências individuais e o fato de suas falas serem seguidas por momentos de interação através dos quais os participantes podiam fazer perguntas e comentários sobre suas experiências em internacionalização garantiram que a sessão fosse, de fato, relevante.

Explica-se: em eventos tradicionais, em geral se dá voz a pessoas que já atingiram um determinado patamar de inserção acadêmica e um reconhecimento que é inquestionável e, em geral, são compartilhados sucessos, muitas vezes quase que como no formato de um “como fazer”, a ser seguido por todos.

No Fórum ABRATUR-15, foram compartilhados, além dos sucessos, fracassos, insucessos e dificuldades, na voz de indivíduos mais experientes e de outros que estão na etapa inicial de suas carreiras, ainda enfrentando os percalços naturais da profissão, em um contexto extremamente vaidoso e competitivo – o ambiente acadêmico. Neste sentido, a maneira genuína e (muitas vezes) emocionada pela qual suas experiências foram expostas soou como um recado claro à academia: compartilhar

o que não dá certo, colocar-se no mesmo patamar do outro e dividir as dificuldades encontradas no 'chão da vida' pode ser muito mais salutar do que apresentar experiências bem-sucedidas e discutir "fatores críticos de sucesso" disso ou daquilo.

Também nesta direção de inovação e de revisão de posicionamentos a serem adotados por pesquisadores em eventos científicos é que aconteceu o *VIII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (SEMINTUR)* e o *I Hospitalidade em Colóquio: Ensino e Pesquisa*, na Universidade de Caxias do Sul, entre os dias 02 e 04 de julho de 2015. Os eventos aconteceram simultaneamente, organizados em torno do que foi chamado de "grandes rodas".

A Grande Roda de Conversação I foi, na prática, uma tradicional conferência de abertura, proferida por um pesquisador de referência no tema geral do evento: Leonardo Boff, que falou sobre 'Hospitalidade, Ética e Turismo'. Emocionado, o professor e teólogo deu um recado para lá de importante: a ética prática é um desafio universal, mas depende da postura cotidiana de cada um de nós, que conferimos, por nós mesmos, valor aos nossos atos e sentido à nossa existência.

A Grande Roda Temática de Conversação II foi conduzida pelos pesquisadores Isabel Baptista (Universidade Católica Portuguesa), Pablo Szmulewicz (Universidad Austral de Chile) e Evaldo Antonio Kuiava (Universidade de Caxias do Sul) e girou em torno dos temas 'Ética, Hospitalidade e Pedagogia Social', 'Ética, Turismo e Sustentabilidade' e 'Ética, Ciência e Tecnologia'. Ao final, houve espaços para perguntas e respostas, caracterizando-se a grande roda como um painel, com oportunidade para o estabelecimento de diálogos iniciais, que poderiam ser aprofundados em outro momento.

Seguiram-se às grandes rodas as chamadas Rodas Temáticas de Conversação, distribuídas em quatro grandes temas: (a) Conversações sobre Hospitalidade, (b) Conversações sobre Turismo, Epistemologia e Educação, (c) Conversações sobre Turismo, Cultura e Sociedade e (d) Conversações sobre Turismo, Gestão e Sustentabilidade. Em todas essas rodas temáticas, havia dois coordenadores e três pesquisadores-âncora, aos quais cabia incitar discussões e fazer comentários sobre os trabalhos apresentados pelos participantes (previamente divulgados, na forma de resumos expandidos), à luz de sua experiência pessoal e profissional, como docente e pesquisador. Entre os pesquisadores-âncora havia pessoas com mais experiência e posição de destaque no cenário acadêmico nacional e internacional, bem como pesquisadores em início de carreira, mas que já figuram como referência nos contextos em que atuam e nas comunidades científicas de que participam. Ao todo, foram sete coordenadores e 12 pesquisadores-âncora.

No último dia, realizou-se a Grande Roda de Fechamento das Conversações, com

relatos das conclusões das Rodas Temáticas de Conversação e encaminhamentos para as próximas edições do evento. Encerrou-se o evento com os pesquisadores da Grande Roda Temática II.

O evento contou ainda com ocasiões de confraternização (um coquetel, um jantar e uma festa, além dos almoços e intervalos para o café).

A grande colaboração dos eventos realizados em Caxias do Sul foi dada pela inovação no formato, com a adoção das chamadas “rodas”. Quebrando paradigmas e construindo círculos de conversa ao invés de adotar o formato tradicional e hegemônico da plateia que assiste, passiva, à fala do expositor, a UCS inova e dá voz (e vez) a pessoas que, em um evento tradicional, disporiam de somente cerca de 20 minutos para expor seu trabalho e, eventualmente, responder a uma ou duas perguntas, caso fossem feitas. Diante da roda, que coloca a todos em uma mesma posição, equilibrando discursos e anulando posições de poder, cria-se a oportunidade do diálogo efetivo e da proximidade com o outro, em situação de igualdade, construindo-se laços sociais mais sólidos e duradouros e incentivando-se a alteridade.

Os eventos citados parecem carregar um ponto em comum: ao escapar de formatos regulares, inovam no sentido de promover o que Alison Phipps e Ronald Barnett (2007) chamam de “hospitalidade acadêmica”, ou o esforço real de construção de um espaço adequado ao acolhimento das ideias do outro e de construção de redes de interação efetiva e afetiva. Autores como Lynch et al. (2011), Kuokkanen (2003, 2008), Dikeç, Clark e Barnett (2009) e Bauman (2011) vêm chamando atenção para a importância do combate de posições hegemônicas e para a promoção do aprendizado em rede, destacando a importância da construção de espaços relacionais que anulem práticas restritivas dominantes e diminuam o distanciamento entre pesquisadores.

Para Kuokkanen (2008, p. 74-75), “a ética e o futuro da academia requerem hospitalidade. Sem a abertura para o outro, a responsabilidade em relação ao outro, não há futuro para e na academia. O futuro da universalidade é a abertura para o outro”.

O fundamento da construção de uma ética prática e de uma hospitalidade efetiva entre acadêmicos passa pela promoção de eventos científicos inclusivos e democráticos, em que prevaleça o diálogo, em que se flexibilizem rituais e protocolos ultrapassados, em que se exercite a alteridade.

Neste sentido, ao valorizar os saberes dos participantes e colocá-los no papel de produtores do conhecimento (nas rodas de conversas) e ao dar voz a pesquisadores em início de carreira (que expõem dificuldades e fracassos, para além de seus sucessos), os eventos promovidos pela ABRATUR e pelo PPGTURH dão enorme co-

laboração, apresentando à comunidade acadêmica que se dedica ao estudo dos temas do turismo e da hospitalidade, no Brasil, a oportunidade de (re)pensar as formas de idealização de eventos acadêmicos e o desafio da construção de eventos que sejam efetivamente inovadores e relevantes.

O aspecto mais interessante dos formatos citados talvez seja exatamente o fato de acrescentarem às experiências pessoais de participação em eventos acadêmicos a perspectiva das ações colaborativas, que coordenam o compartilhamento de experiências, incentivam o diálogo e o debate e promovem o aprendizado comum. Para a Fundação Victor Civita (2011, p. 77), “as ações formativas de natureza colaborativa estimulam o participante a tomar seu papel como sujeito ativo na produção e disseminação do conhecimento”. Em contextos como este, os benefícios são percebidos tanto em nível individual quanto coletivamente.

É neste sentido que destaco a iniciativa de rompimento dos modelos clássicos de eventos científicos das áreas de turismo e hospitalidade e que saúdo a competência e a coragem das equipes organizadoras dos eventos citados, nas pessoas dos professores Glauber Eduardo de Oliveira Santos (do IFSP, à frente do evento da ABRA-TUR) e Pedro de Alcântara Bittencourt César e Márcia Maria Cappellano dos Santos (da UCS, à frente dos eventos do PPGTURH).

De minha parte, importa dizer ainda que depois desta reflexão não vejo sentido em que relatos de experiências de participação em eventos científicos sejam escritos individualmente. Gostaria de ter podido fazê-lo em colaboração com outros, o que não foi possível por não haver colegas que tivessem participado de ambos os eventos. Talvez isso queira dizer que, em termos de participação, temos também que nos preocupar em nos espalhar mais pelo território brasileiro, em ir mais longe e em estar mais presentes. E juntos.

Por último, esclareço que foi uma decisão pensada submeter este texto a um periódico que não estivesse baseado nas regiões sul ou sudeste do Brasil. Isso não significa torná-lo mais acessível a um ou a outro leitor, até porque, de fato, nossas revistas científicas estão todas disponíveis em portais eletrônicos. Mas que signifique um gesto em prol da ampla integração do pensamento, bem como de aproximação com a Cenário, a mais nova integrante do contexto de periódicos científicos das áreas de turismo e hospitalidade, no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTELO, Absael. Internationalization of research. *Journal of International Education and Leadership*, Volume 2, Issue 1 Spring 2012. p. 01-06. Available at <http://www.jielusa.org/wp-content/uploads/2012/01/Internationalization-of-Research-Antelo.pdf>, access 12/07/2015.

BAUMAN, Zygmunt. *A ética e possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Zahar, 2011(2008).

DIKEÇ, Mustafa, CLARK, Nigel, BARNETT, Clive. Extending hospitality: giving space, taking time. In: DIKEÇ, Mustafa, CLARK, Nigel, BARNETT, Clive (eds.). *Paragraph: a journal of modern critical theory*, v. 32, n. 1, march 2009. Extending hospitality: giving space, taking time. p. 01-14. DOI: 10.3366/E0264833409000376.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. *Formação continuada de professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros. Relatório final.* São Paulo: Fundação Victor Civita, 2011. Disponível em http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/os_caminhos_da_formacao_pedagogica.pdf, consulta em 12/07/2015.

GATTI, Bernardete A. Formação de grupos e redes de intercâmbio em pesquisa educacional: dialogia e qualidade. *Revista Brasileira de Educação*. Set/Out/Nov/Dez 2005, n. 30, p. 124-181.

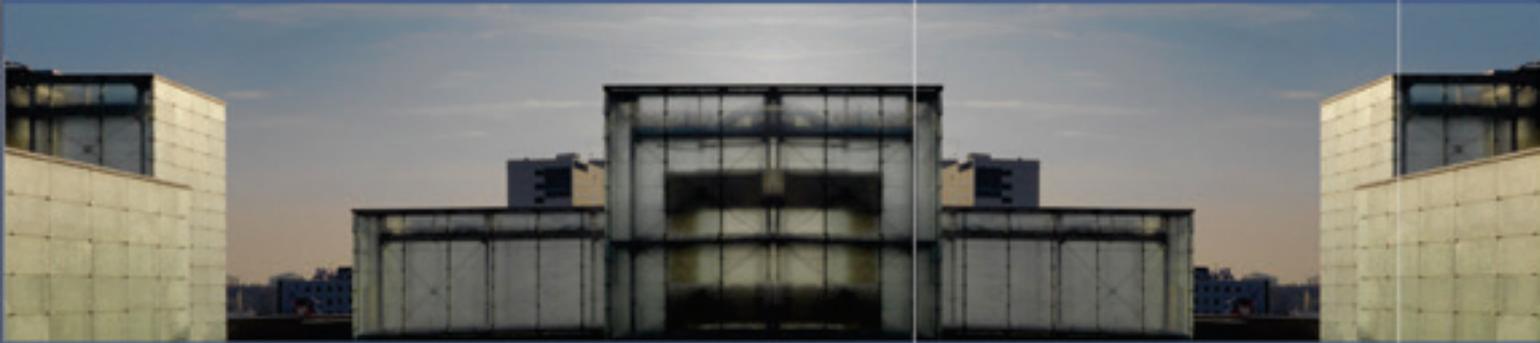
KUOKKANEN, Rauna. Toward a New Relation of Hospitality in the Academy. *The American Indian Quarterly*, 2003, Volume 27, Number 1&2, Winter/Spring. pp. 267-295. DOI: 10.1353/aiq.2004.0044.

KUOKKANEN, Rauna. What is hospitality in the academy? Epistemic ignorance and the (im)possible gift. *The Review of Education, Pedagogy, and Cultural Studies*, 2008, 30:60-82. Taylor & Francis Group, LLC. DOI: 10.1080/1071441071821297.

LYNCH, Paul, MOLZ, Jennie Germann, MCINTOSH, Alison, LUGOSI, Peter, LASHLEY, Conrad. Editorial: Theorizing hospitality. *Hospitality and Society*, Intellect Limited, 2011,1 (1), p. 3-24.

PHIPPS, Alison, BARNETT, Ronald. Academic Hospitality. *Arts and Humanities in Higher Education*, 2007, vol 6(3) 237–254. DOI: 10.1177/1474022207080829.

SOLON, Ana Paula G.; PANOSSO NETTO, Alexandre; BAPTISTA, Isabel. Interação em pesquisa e a importância do exercício da hospitalidade em ambiente acadêmico. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. XII, n. especial, p. 179 - 217, mai. 2015.



Cenário #04

Revista associada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo
Centro de Excelência em Turismo - Universidade de Brasília

